

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

CARLA APENBURG TRINDADE

“DA LAMA AO CAOS, DO CAOS A LAMA, UMA ‘MULHER’ ‘VIOLENTADA’ NUNCA SE
ENGANA”: OS TERRITÓRIOS PESQUEIROS SÃO CRISTOVENSES EM CONFLITO



São Cristóvão

2023

CARLA APENBURG TRINDADE

“DA LAMA AO CAOS, DO CAOS A LAMA, UMA ‘MULHER’ ‘VIOLENTADA’ NUNCA SE
ENGANA”: OS TERRITÓRIOS PESQUEIROS SÃ CRISTOVENSES EM CONFLITO

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Geografia, no
Setor de Educação e Ciências Humanas, na Universidade Federal de
Sergipe, como requisito à obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho

São Cristóvão

2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Trindade, Carla Apenburg
T833d “Da lama ao caos, do caos a lama, uma ‘uma mulher’
‘violentada’ nunca se engana” : os territórios pesqueiros são
cristovenses em conflito / Carla Apenburg Trindade ; orientador
Eraldo da Silva Ramos Filho. – São Cristóvão, SE, 2023.
103 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2023.

1. Geografia. 2. Marisco – Pesca – São Cristóvão (SE). 3.
Mulheres – Condições sociais. 4. Divisão do trabalho por sexo –
Aspectos sociais. 5. Territorialidade humana. 6. Desenvolvimento
econômico – Aspectos sociais – São Cristóvão (SE). 7. Violência
contra mulheres. 8. Conflito social. I. Ramos Filho, Eraldo da Silva,
orient. II. Título.

CDU 911.3:639.2.057(813.7)

CARLA APENBURG TRINDADE

**DA LAMA AO CAOS, DO CAOS A LAMA, UMA MULHER
VIOLENTADA NUNCA SE ENGANA:**

Os territórios pesqueiros São Cristovenses em conflito

Dissertação, apresentada a Universidade Federal de Sergipe (UFS), como parte das exigências para a obtenção do título de mestre(a).

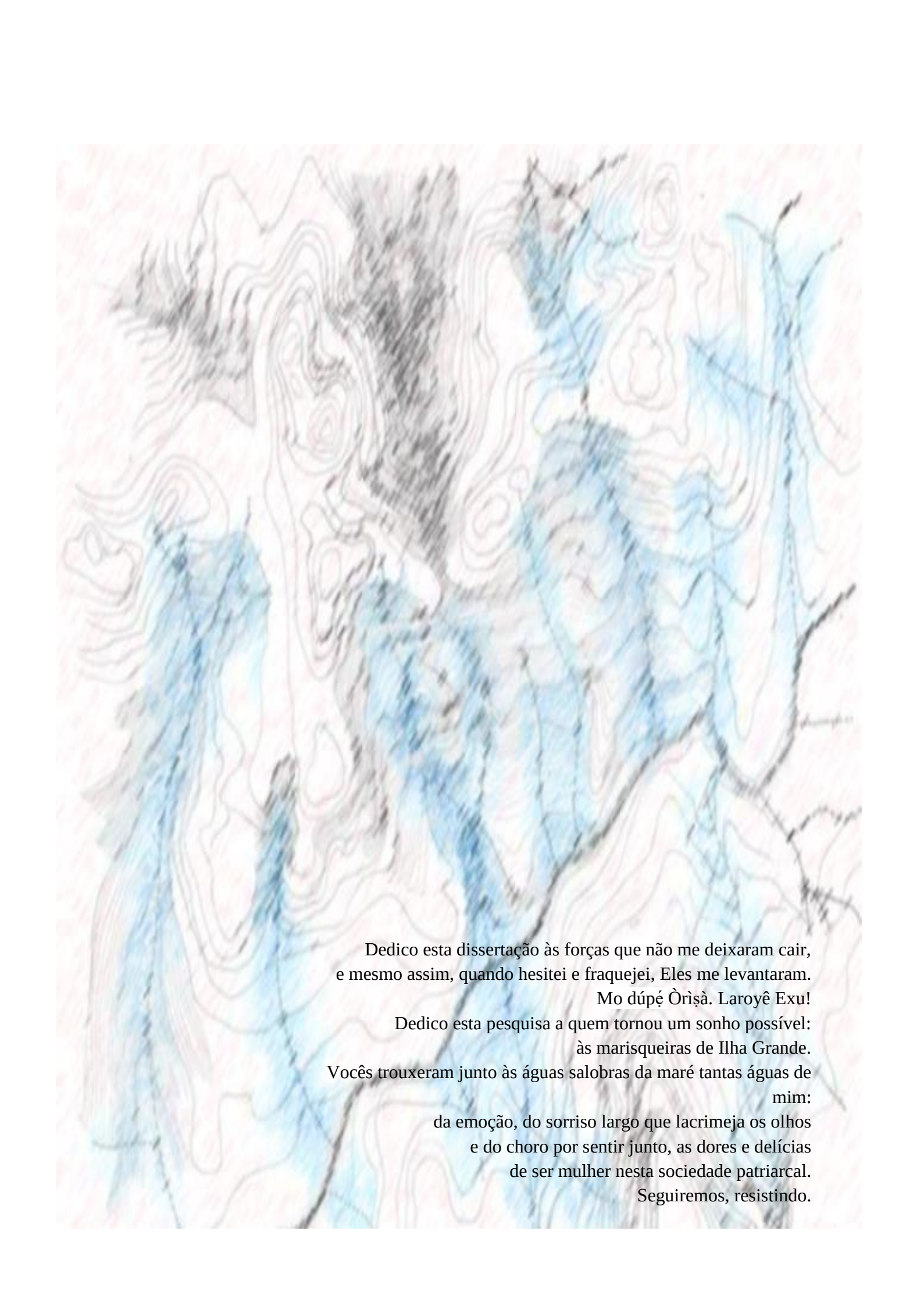
São Cristóvão, 28 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho
(PPGEO – UFS)

Prof.^a Dr.^a Rosana de Oliveira Santos Batista
(PROFCIAMB – UFS)

Prof.^a Dr.^a Gabriela Fernandes Feliciano Murua
(PEAC – UFS)



Dedico esta dissertação às forças que não me deixaram cair,
e mesmo assim, quando hesitei e fraquejei, Eles me levantaram.

Mo dúpé Òrìṣà. Laroyê Exu!

Dedico esta pesquisa a quem tornou um sonho possível:
às marisqueiras de Ilha Grande.
Vocês trouxeram junto às águas salobras da maré tantas águas de
mim:
da emoção, do sorriso largo que lacrimeja os olhos
e do choro por sentir junto, as dores e delícias
de ser mulher nesta sociedade patriarcal.
Seguiremos, resistindo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Exu por me ensinar com a pedagogia da encruzilhada, todos os dias, o saber pedir licença, às vezes recuar, silenciar para não perder a língua por falar demais e enfim, poder impulsionar no caminho. Aprender como seguir seu movimento nessa grande encruza que é a vida. Foi e é, em tantos momentos, a partir desta sabedoria ancestral, pelo caos da ordem do senhor dos caminhos, que eu pude aprender a cair e mesmo assim, seguir caminhando. Laroyê Exu! Agradeço a Orí por me permitir a grandeza de ser simples, por compreender a partir do Orixá destinado desde o Orum a cuidar de minha cabeça, que “O peixe vence os obstáculos usando a cabeça”, e assim foi, entre as idas e vindas da maré, desse caminho cheio de águas salgadas que foi o mestrado. À minha mãe, Yemojá, por nutrir meu orí com suas águas férteis, por nunca me abandonar ainda que, nos momentos mais difíceis, eu tenha tentado desistir de mim... Foi no abraço-casa que só uma Iyabá consegue dar, que consegui refazer o laço comigo mesma. Mo dúpé Òrìṣà! Sigo todos os dias aprendendo a me olhar com carinho e firmeza através do brilho prateado de seu abebé. Sigo entendendo que meu corpo é quartinha que guarda e reflete suas águas. Erù Iyà! À minha criança encantada, cheia de vida como as águas de “mamãe sereia”, “muito esperta” e também infinitamente sábia. Agradeço-te com lágrimas nos olhos e sorriso no rosto, emocionada como uma erêzinha quando vê “pirulito de coração” e “biscoito de maisena”. Antes de te conhecer não sabia que a infância poderia, ao mesmo tempo, ser tão doce e ensinar tanto! Foi com você que entendi que precisava me curar de mim e aprender a crescer. Onipé Ibéjì! Agradeço a justiça de Xangô que sempre guardou meus caminhos na sua verdade. Por meu pai ter bradado fúria como trovão e cortado a maldade que, muitas vezes não enxergo, como um raio. Por ser o fogo que corta o céu, destrói a Terra, mas que transforma, protege e ilumina o caminho. Lembrarei sempre que seu machado é afiado e rasga os que não honram o poder de seu axé. Kaô Kabecilê, Xangô! À minha mãe Oxum por me lembrar, todos os dias, sempre que precisei (e preciso), a necessidade de finalmente entender que preciso lavar primeiro “minhas jóias”, para que o brilho delas possa iluminar o caminho de “meus filhos”. Se hoje vou “sendo” com a firmeza e doçura de algumas “colheres de mel na boca” é graças a seu axé. É como dizem por aí “É a gente que precisa de Orixá, não o contrário”. E eu ainda preciso aprender muito com você. Ora Yê Yê Ô! Agradeço aos encantados que me ensinam a errar e acertar, a bambear, envergar, mas nunca cair para não levantar. Que me instruem a viver a vida como ela é: Cheia de mistérios-conselhos das andanças no passo rápido-lento, no tempo do Tempo. Gratidão à sabedoria dos meus ancestrais, do meu povo: da rua, da encruza, da malandragem, das matas e das águas. Axé! Agradeço aos meus pais, Mônica e Carlos, por me

incentivarem a buscar o conhecimento através das letras e por criarem em mim o amor pelos livros desde muito pequena. Por me ensinarem a persistir e por ser minha maior rede de apoio, sem vocês não seria possível ter chegado até aqui... Toda construção precisa de um alicerce e de uma base consistente, carrego a garra de ser uma ‘Porto’ e o saber cuidar de um ‘Trindade’. Aprendi com vocês que ser forte é saber utilizar minha sensibilidade ao meu favor, e ir seguindo, imensa como as águas do oceano. Agradeço a meu pequeno “curuminho” Daniel, por poder todos os dias encontrar na doçura do seu olhar, o motivo de continuar. Você me deu caminho quando brotou em meu ventre e continua até hoje os abrindo com seus abraços, suas palavras de uma maturidade infantil profunda. Ensina-me sobre a beleza que nasce em meio ao caos. Amo você. Agradeço a minha esposa Mirna por ser meu refúgio e respiro... Não daqueles que a gente se esconde do mundo, mas do que nos resguardamos. Com você aprendi a mergulhar e voltar à superfície no momento certo para tomar fôlego e continuar. Como uma boa filha de Oyá, me ensina que existe o tempo de ser forte, como uma búfala, e em outros é necessário ser leve – e se transformar – como uma borboleta. Agradeço por ser cuidado, paciência, amor e o porto que ancoo e deixo fluir minhas águas. Minha companheira de correria e de vida, te amo. Agradeço à minha psicóloga Klarissa por me acompanhar neste longo percurso que é a busca incessante pela cura de mim mesma. Com você aprendi a ser mestra em equilíbrios, a compreender e aceitar o relevo – acidentado – da vida, bem como conviver de maneira mais empática com a existência desses altos e baixos. Aprendi contigo a escalar montanhas íngremes e árduas sem perder a beleza que mora nas planícies de calmaria. Agradeço ao meu orientador Eraldo pelos sete anos de relação, onde aprendi a ser pesquisadora, professora e ser humano. Por todas as palavras de incentivo, por ser paciente e, mesmo com todas as intempéries, no fundo, acreditar que eu era capaz de seguir esse caminho. Também agradeço aos meus mestres que me ensinaram o pensar-fazer geográfico no período de graduação e pós-graduação, em especial a Rosana Batista, por tanto ter sido inspiração de vida quanto de profissão. Você que, em 2014, me trouxe vontade e condições suficientes para que eu pudesse enfim escolher “sair da caverna” sem queimar meus olhos com o vislumbre de um mundo ilusório e desumano – como a universidade muitas vezes se mostrou pelo caminho – me proporcionando sempre buscar as essências, o conhecimento que faz sentido para a construção de uma racionalidade mais humana, por um mundo com mais utopia para seguir caminhando... Você foi primordial também nesse percurso de entender a ordem dentro do meu caos. Minha eterna gratidão! Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio e fomento a esta pesquisa. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) por todo conhecimento trocado e zelo pela qualidade. Tenho orgulho de ser uma filha da casa que continuou o caminho profissional e acadêmico neste programa. E por fim, mas NUNCA menos importante: agradeço às mulheres

marisqueiras de Ilha Grande, na pessoa de Dona Madá e Dinha. Não há preço que pague – e vocês me ensinam com suas existências a valorizar a simplicidade natural das coisas – o acolhimento em suas casas, em seu território. Sem as longas conversas banhadas a muitas águas de mulher: desde nossos sorrisos largos que ancoram no cais da memória dos nossos – família-terra-água – até a chuva que escorre dos olhos ao contarmos nossas dores, nutrindo laços-apoio. Não há livros que ensinem o que aprendi na lama de Ilha Grande. Obrigada por me permitirem estar em família, ser mimada com peixes e mariscos no café da manhã e jantar na casa da vó-matriarca, por presenciar verdadeiros banquetes de afeto, carinho e cuidado. É feito “tamanqueiro”, pisando forte o pé nesse chão, que inicio os caminhos desta dissertação ao som da voz das mestras Adelaide e Madalena saudando a todes: *“Boa noite minha gente, boa noite eu venho dar, esse samba é da ilha, eu quero apresentar, esse samba de coco, tem uma tradição...”*.

A cabeça pensa
A partir de onde
Os pés pisam.
Estou certa de que
As mulheres marisqueiras de Ilha Grande,
Já sabem disso desde o nascimento.
Pisam todo santo dia onde a cabeça pensa.
Onde o coração pulsa.
Onde a natureza cria, nutre e sustenta.
Enquanto pisam na lama do mangue
Pensam nos baldes cheios de sururu, camarão, siri e
massunim,
nos frutos que Nanã proporciona no berçário da criação,
O alimento de seus filhos e netos.
Enquanto pisam nas águas do Paramopama
Pensam nas redes cheias de tainha e carapeba
Fatura abençoada por Bom Jesus dos Navegantes
Nutrindo e alentando as famílias
Que se tornam fecundas e fartas
Com o avançar das marés do Vaza-Barris.
Enquanto pisam no território de Ipaum Guaçu
E colhem suculentas mangas e cocos da baía,
Que trabalhadas pelas mãos habilidosas e encantadas,
Fortalecem a comunidade com a renda que provém dos
doces da terra.
Enquanto pisam na vastidão da mata
Pensam feito sementes, transformando sua própria
natureza no que ela é: vida.
Assim a cabeça (re)conhece as raízes deste povo.
Como a mandioca, (re)fazem a ancestralidade indígena.
Mulher e marisco, envolvidos por lama e águas,
revolvendo o caos de suas entranhas-terras-águas...
Mostraram-me que só é possível entender que
"A cabeça pensa
A partir de onde

Pisam os pés"

Quando alinhamos território-natureza-corpo.

“Ori é Território”

Carla Apenburg Trindade.

RESUMO

O modelo civilizatório moderno, legitimado sob uma lógica colonial, imperialista e capitalista, baseia e se estrutura a partir da expropriação, violação de direitos, exploração e violência contra os sujeitos que possuem um modo de vida baseado na economia natural. Com isso, retomamos a teoria de Chayanov (1966) a fim de delimitar e diferenciar o trabalho camponês e de povos tradicionais que, a partir do cultivo, pesca, coleta e cata de mariscos na terra-lama-água busca satisfazer as necessidades de suas famílias e comunidades. Logo, esses povos são reconhecidos por estabelecerem em seus territórios, uma relação simbiótica entre os ciclos complexos da natureza e seu modo de vida permeado por saberes e práticas ancestrais (Diegues, et. al., 2000). Adquirem também uma marca condicionante de gênero, pois o trabalho de mariscagem – central neste estudo – é desenvolvido, em grande parte, por mulheres. Essa é uma característica que se conforma historicamente, uma vez que há maior proximidade entre o mar-de-dentro – rios, estuários e mangues – com os domicílios, do que com o mar de fora – marítimo – (Ramalho, 2006). Essa condição se faz necessária tendo em vista que as mulheres conciliam seus trabalhos profissionais, seja na pesca e mariscagem ou na elaboração de produtos artesanais, com os afazeres domésticos (Álvares; Manesch, 2011) e, devido a esta proximidade, também é possibilitado que as marisqueiras levem seus filhos e filhas para ocupar as margens das regiões estuarinas, mangues ou rios. Esses, além de acompanhá-las também aprendem e trabalham no ofício da pesca e captura de mariscos desde muito cedo. Em Ilha Grande, São Cristóvão, a prática de extração de mariscos é predominantemente feminina, tendo poucos homens que executam a atividade de forma esporádica. Essas mulheres vivem e trabalham no berçário da biodiversidade considerado por tantos, mera fonte de recursos: os manguezais. A partir dos empreendimentos de infraestrutura, agrohidronegócio e atividades de desenvolvimento capitalista, estes ecossistemas se tornam caras engrenagens da acumulação de capital promovendo, por meio da apropriação de frações de natureza, a violência, exploração, expropriação e degradação socioambiental contra as mulheres, natureza e seus territórios. Assim, a presente pesquisa objetiva compreender como os conflitos por terra e água, decorrentes deste cenário, também reafirmam a lógica patriarcal que violenta estrutural e cotidianamente os corpos e territórios das mulheres marisqueiras. Para isso, o estudo foi fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico dialético e operacionalizado a partir de pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória utilizando-se do instrumental das entrevistas semi-estruturadas (Triviños, 1987). À vista disso, os estudos realizados demonstraram que o nó estrutural do Patriarcado-Capitalismo-Racismo (Saffioti, 1987) sustenta a contradição que preside cada uma dessas estruturas, que unidas, apresentam uma dinâmica própria, permeando também os conflitos que atingem os corpos e territórios das marisqueiras de maneira específica. Materializa-se então, através das situações de violência que decorrem dos conflitos territoriais, a condição patriarcal de controle que subordina as mulheres – enquanto reprodutoras, corpos objetificados e força de trabalho mais passível à exploração – e os territórios à lógica expansiva e destrutiva intrínseca ao desenvolvimento capitalista. Uma vez imersas na lama e nas águas, as marisqueiras experienciam o contato direto com o mangue, que segue cada vez mais envenenado pela ganância dos atores do capital. A contaminação da terra e água, juntamente à exploração de petróleo e gás, o cercamento das águas e espaços historicamente designados ao uso comum na atividade da pesca e mariscagem, a expansão da especulação imobiliária, construção de tanques artificiais para a execução da atividade da carcinicultura, desvelando o avanço do agrohidronegócio nos territórios tradicionais (Romero et al. 2018) representam, simultaneamente, a imposição da lógica predatória do capital contra a natureza e patriarcal sobre as mulheres marisqueiras e seus territórios.

Palavras-chave: marisqueiras; conflito; agrohidronegócio; violência.

ABSTRACT

The modern civilizational model, legitimized under a colonial, imperialist and capitalist logic, is based and structured on the basis of expropriation, violation of rights, exploitation and violence against subjects who have a way of life based on the natural economy. With this, we return to Chayanov's theory (1966) in order to delimit and differentiate the work of peasants and traditional peoples who, from the cultivation, fishing, collection and collection of shellfish in the land-mud-water, seek to satisfy the needs of their communities. families and communities. Therefore, these peoples are recognized for establishing in their territories a symbiotic relationship between the complex cycles of nature and their way of life permeated by ancestral knowledge and practices (Diegues, et. al., 2000). They also acquire a gender-conditioning mark, as shellfish gathering work – central to this study – is carried out, in large part, by women. This is a characteristic that conforms historically, since there is greater proximity between the inner sea – rivers, estuaries and mangroves – with households, than with the outside sea – maritime – (Ramalho, 2006). This condition is necessary given that women reconcile their professional work, whether in fishing and shellfishing or in the elaboration of handcrafted products, with domestic chores (Álvares; Maneschky, 2011) and, due to this proximity, it is also possible for them to shellfish gatherers take their sons and daughters to occupy the shores of estuarine regions, mangroves or rivers. These, in addition to accompanying them, also learn and work in the craft of fishing and shellfish capture from a very early age. In Ilha Grande, São Cristóvão, the practice of shellfish extraction is predominantly female, with few men performing the activity sporadically. These women live and work in the nursery of biodiversity considered by many to be a mere source of resources: the mangroves. Based on infrastructure projects, agrohydrobusiness and capitalist development activities, these ecosystems become expensive gears for capital accumulation, promoting, through the appropriation of fractions of nature, violence, exploitation, expropriation and socio-environmental degradation against women, nature and their territories. Thus, this research aims to understand how conflicts over land and water, resulting from this scenario, also reaffirm the patriarchal logic that structurally and daily violates the bodies and territories of shellfish gatherers. For this, the study was based on the theoretical-methodological assumptions of dialectical historical materialism and operationalized from bibliographic research and exploratory research using the instruments of semi-structured interviews (Triviños, 1987). In view of this, the studies carried out have shown that the structural knot of Patriarchy-Capitalism-Racism (Saffioti, 1987) sustains the contradiction that presides over each of these structures, which together, present their own dynamics, also permeating the conflicts that affect the bodies and territories of shellfish gatherers in a specific way. Then, through the situations of violence that result from territorial conflicts, the patriarchal condition of control that subordinates women – as reproducers, objectified bodies and workforce more susceptible to exploitation – and territories to the expansive and destructive logic intrinsic to the capitalist development. Once immersed in the mud and water, the shellfish gatherers experience direct contact with the mangrove, which continues to be increasingly poisoned by the greed of capital actors. The contamination of land and water, together with the exploration of oil and gas, the enclosure of waters and spaces historically designated for common use in fishing and shellfishing, the expansion of real estate speculation, construction of artificial tanks for the execution of shrimp farming activities, revealing the advance of agrohydrobusiness in traditional territories (Romero et al. 2018) represent, simultaneously, the imposition of the predatory logic of capital against nature and patriarchal on women shellfish gatherers and their territories.

Keywords: seafood restaurants; conflict; agrohydrobusiness; violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Localização via imagem de satellite: Ilha Grande Ilha Pequena.....	Pg.19
FIGURA 2 – Porto das Pedreiras atualmente.....	Pg.41
FIGURA 3 – Produção de mangas e cultivo de bananas em Ilha Grande/São Cristóvão.....	Pg.42
FIGURA 4 – Cultivo de coco verde, Ilha Grande/São Cristóvão.....	Pg.43
FIGURA 5 – Criação de galinhas em Ilha Grande/São Cristóvão.....	Pg.44
FIGURA 6 – Massunim coletado em Ilha Grande/São Cristóvão.....	Pg.45
FIGURA 7 – Peixes pescados no rio Vaza-Barris por Pescadores e marisqueiras em Ilha Grande/São Cristóvão.....	Pg.45
FIGURA 8 – Camarões catados em Ilha Grande/São Cristóvão por marisqueiras locais.....	Pg.46
FIGURA 9 – Mapa da Zona de Abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC).....	Pg.47
FIGURA 10 – Festa do Bom Jesus dos Navegantes na Igreja de Santa Cruz, Ilha Grande/São Cristóvão.....	Pg.58
FIGURA 11 – Igreja de Santa Cruz, Ilha Grande/São Cristóvão.....	Pg.58
FIGURA 12 – Elementos religiosos do catolicismo, Ilha Grande/São Cristóvão.....	Pg.59
FIGURA 13 – Fotografias de família que M. nos mostra com orgulho.....	Pg.61
FIGURA 14 – Produção de queijadas, doces de manga, mamão e goiaba, elaboração de pé de moleque.....	Pg.62
FIGURA 15 – Artesanato em fuxico, máquina de costura na casa de uma das marisqueiras e flores feitas de tecido.....	Pg.63
FIGURA 16 – Após a pesca, marisqueira limpa, trata, tempera e assa peixes provenientes do rio Vaza-Barris.....	Pg.64
FIGURA 17 – Distância entre empreendimento VIDAM Náutico Clube & Praias e Ilha Grande/São Cristóvão.....	Pg.78
FIGURA 18 – Píer construído no VIDAM Náutico Clube & Praias.....	Pg.79

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
PCTs	Povos de Comunidades Tradicionais
PEAC	Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	pg.01
1.1 PROBLEMÁTICA	pg.09
1.2 OBJETIVOS	pg.24
2 METODOLOGIA	pg.25
3 POR TERRA E ÁGUA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA PESCA NO BRASIL	pg.34
4 AS TERRAS BANHADAS PELO VAZA-BARRIS: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DE SÃO CRISTÓVÃO/SE	pg.38
5 TRABALHO E MULHERES DAS ÁGUAS: CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO, SOCIAL E POLÍTICO “MARISQUEIRAS” FRENTE A CONFLITUALIDADE.....	pg.48
5.1 A TERRITORIALIDADE DAS MARISQUEIRAS DE ILHA GRANDE: RELAÇÃO MULHER E NATUREZA, CORPO E TERRITÓRIO.....	pg.54
6 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E PATRIARCADO: SIMBIOSE CLASSE, GÊNERO, RAÇA	pg.67
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	pg.76
8 REFERÊNCIAS	pg.80
9 ANEXOS	pg.86

1 - INTRODUÇÃO

A água está presente no imaginário social desde os mitos da criação do mundo seja pelo viés da cosmovisão indígena, a partir do credo cristão – apregoadado pelo protestantismo ou por meio do catolicismo – ou expressa na fé às divindades dos povos tradicionais de terreiro – religiões de matriz afrobrasileira – até à concretude de suas várias formas de apropriação e uso cotidiano.

Assim, é indubitável a importância que este elemento da natureza possui no desenvolvimento das sociedades, tendo em vista que é considerado um dos principais meios para a reprodução tanto simbólica quanto material dos mais diversos sujeitos, como por exemplo, os povos originários e de comunidades tradicionais pesqueiras.

A existência deles está – como condição – intrínseca ao pleno funcionamento do ciclo natural das águas, de forma que a biodiversidade – compreendida na narrativa dos sujeitos como “dádiva de deus” – proveniente dos rios e marés, mantenha viva a sua própria identidade de pescadores/as e marisqueiras, bem como possibilite a manutenção e perpetuação do modo de vida tradicional (Diegues, 1998).

De acordo com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), historicamente, o modelo de pesca artesanal é responsável por garantir, em grande parte, a segurança alimentar da sociedade brasileira haja vista que 70% dos pescados produzidos no país concernem a esta forma de realizar tal atividade. Logo, demonstrando a contribuição econômica e social do trabalho dos homens e mulheres das águas em âmbito nacional.

Há também de ser ressaltado que a existência das comunidades pesqueiras, apresenta à sociedade uma série de saberes e elementos culturais de matriz indígena, africana e lusa – portuguesa – traduzidos e materializados na prática do trabalho tradicional. Ou seja, estes sujeitos manifestam no espaço uma forma específica de se relacionar com a natureza através do labor artesanal, logo, constituindo-se em povos que se diferenciam social e culturalmente.

Essa diferenciação se dá em torno, principalmente, da visão e forma de apropriação da natureza indicada pelos povos de comunidades tradicionais, uma vez que estes a apreendem como diversa e utilizam-na de acordo com os ciclos de funcionamento natural, compreendendo-a quanto portadora de valor de uso, destinada à subsistência familiar e comunitária.

Contudo, esse espectro sobre a natureza não a confere o sentido de selvagem e intocada, tendo em vista que esta, na lógica do trabalho artesanal, também é domesticada e manipulada, porém, diferencia-se da lógica capitalista no sentido de que não a reconhece enquanto recurso medida pelo valor de troca, com vistas ao lucro e acumulação de capital.

A natureza, para os povos tradicionais, não é entendida como recurso, mas sim como “[...] um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia, na qual ser humano e natureza fazem parte, cada um conforme sua essência” (Diegues; Arruda, 2000, p. 32), por tal motivo, atuam como defensores dos territórios pesqueiros e resistem ao avanço destrutivo do capital nestes.

Através do modelo de desenvolvimento capitalista em curso, o patrimônio histórico, social, econômico, cultural e ambiental das comunidades pesqueiras vem sendo apropriado privadamente, explorado e degradado a partir da construção de empreendimentos hoteleiros com vistas ao turismo predatório, realização de atividades de mineração, aquicultura industrial e carcinicultura, bem como instalação de empreendimentos energéticos em áreas historicamente caracterizadas pelo uso comunitário.

Essas atividades priorizam a dimensão econômica se utilizando do alibi de que a produção em larga escala – com propósito de exportação – gera riqueza nacional, logo, conferindo importância a mais uma necessidade criada pelo capital. Assim, a razão do agrohidronegócio se expande tanto nas cidades quanto no campo, impactando principalmente os sujeitos que retiram seu sustento e sobrevivem do uso da natureza.

Embora o conceito de agrohidronegócio seja empregado para referir-se ao avanço da agropecuária de base capitalista e sobre o processo da modernização do campo a partir deste mesmo modelo de desenvolvimento econômico, Thomaz Júnior (2009; 2016) amplia essa definição a partir dos desdobramentos da realidade concreta em que empresas monopolistas – de capital nacional e/ou internacional – buscam apropriar-se tanto da terra quanto da água.

À vista disso, a base do desenvolvimento do agrohidronegócio está ancorada no controle territorial – terra e água – de forma articulada, ou seja, fomentando a precarização do trabalho artesanal, buscando a destruição deste por meio da degradação sistêmica do trabalho, mediante a massiva destruição da natureza e dos ambientes em que os sujeitos comunitários, historicamente, labutam (Thomaz Júnior, 2009; 2016).

Dessa maneira, a aquicultura se torna um ramo importante no complexo do agronegócio, enquadrando-se na perspectiva de desenvolvimento capitalista, uma vez que a produção de cultivos de peixes, mariscos e crustáceos em larga escala alia tecnologia, promoção de políticas de crédito e criação de políticas públicas, bem como realização de mudanças na legislação ambiental com vistas a facilitar o acesso e expansão da lógica do capital, nos territórios tradicionais (Oliveira, 2014).

Ao passo que toda a produção é incrementada com insumos, tal qual é alargada em torno da especialização, expressa no monocultivo de espécies, muitas vezes, exóticas

destinadas à exportação, a biodiversidade natural presente nos rios, maré e mangue diminui vertiginosamente, causando tanto o aprofundamento da pobreza, quanto os processos de proletarianização dos sujeitos tradicionais que passam a trabalhar nas redes hoteleiras instaladas, nos empreendimentos de aquicultura industrial e carcinicultura ao serem impedidos de acessar – quando não são, de fato, expulsos – as áreas tradicionais de pesca e mariscagem onde desempenham o trabalho artesanal.

Mesmo que as comunidades tradicionais pesqueiras estejam inseridas no modo de produção capitalista, desenvolvem-se de maneira diferenciada dentro desse sistema. Estas representam exemplos de formas sociais de produção que, por não atenderem à lógica de acumulação de capital, sofrem constantemente a tentativa de desarticulação do seu modo de vida, tendo em vista que são obrigadas a coexistir em seu espaço de uso comum com diversos empreendimentos econômicos que comprometem, diretamente, o desenvolvimento e continuidade de seu trabalho e, conseqüentemente, de sua existência.

Portanto, é em função da expansão das grandes corporações, implantação de grandes projetos e realização dessas atividades de desenvolvimento capitalista em seus territórios, que as comunidades pesqueiras convivem com sérios conflitos tanto pelo território-terra quanto pelo território-água, haja vista que na visão destes sujeitos, ambos os elementos são indissociáveis.

Para compreender as formas pelas quais o agrohídronegócio avança nos territórios tradicionais, é preciso entender que sua lógica de funcionamento parte da unificação de interesses tanto da iniciativa privada através de conglomerados relacionados à produção de commodities – de origem alimentar, agro, química ou financeira – quanto do próprio Estado, que, muitas vezes, financia os projetos e atividades, a exemplo dos recursos que são disponibilizados e acessados por intermédio de instituições financeiras como o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Governo Federal, 2023).

Portanto, os conflitos por terra e água demarcam o antagonismo das lógicas de apropriação e uso do território tradicional pesqueiro, uma vez que de um lado estão os interesses do capital e do Estado – que atuam na tentativa de controlar, negar ou eliminar a existência de pescadores artesanais, ribeirinhos e marisqueiras – e de outro, os próprios sujeitos sociais lutam cotidianamente pelo direito à água, terra e em defesa dos seus territórios, constantemente em disputa.

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) observa-se, ao longo dos anos, o aumento da ocorrência de conflitos pela apropriação, uso e controle de frações de natureza presente nos territórios pesqueiros, intensificando, inclusive, os processos de

violação de direitos e o acontecimento de inúmeras violências contra os sujeitos que sobrevivem da pesca e mariscagem.

Somente somando os dois anos de pandemia da COVID-19, a CPT (2021) listou mais de 650 conflitos de diferentes situações: destruição ambiental, impedimento de acesso à água, diminuição do acesso, ameaça de expropriação e não cumprimento de procedimentos legais em torno do uso deste elemento natural. Segundo a mesma fonte, só no ano de 2022 ocorreram 76 (setenta e seis) conflitos por água, impactando 10.694 (dez mil seissentas e noventa e quatro) famílias na região Nordeste.

De acordo com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP, 2016) a tentativa de controle dos territórios pelos agentes do capital, através do domínio tecnológico expresso nas ações dos agrohidronegócios, proporciona tanto a destruição dos ecossistemas como do modo de vida tradicional, uma vez que a atividade da pesca artesanal, cada vez mais, é inviabilizada seja pela diminuição do pescado e biodiversidade, cercamento de espaços de uso comum ou poluição pelo uso de insumos químicos na agricultura monocultora, aquicultura ou carcinicultura circundante.

Baseamos-nos nas formulações teóricas de Fernandes (2014) haja vista que ele se debruça na observação acerca do antagonismo entre as classes camponesas e o Estado, trazendo potencialidade explicativa para compreendermos também os conflitos entre comunidades tradicionais e o avanço dos múltiplos agentes do capital em seus territórios.

O autor afirma que esses conflitos por possuírem natureza territorial, não devem ser compreendidos apenas como um momento de enfrentamento, pois as relações estabelecidas, territorializam – através do trabalho seja de base tradicional e artesanal ou de base industrial e capitalista – lógicas distintas de viver e produzir. Vale ressaltar que, as relações estão em constante movimento no espaço e tempo, logo, ocorrem de maneira processual, expressando a conflitualidade (Fernandes, 2014).

Esse é um processo alimentado pelas contradições e desigualdades intrínsecas ao modo de produzir capitalista e para o autor, esse movimento se dá também de forma paradoxal “[...] ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais” (Fernandes, 2014, p. 2).

Para que a reprodução ampliada do capital prossiga efetivamente, os conflitos entre os sujeitos que sobrevivem tradicionalmente da pesca artesanal e os agentes do capital precisam ser garantidos, frequentemente, por meio do uso da violência. Conforme Luxemburgo (1985) “O capital não conhece outra solução senão a violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua

gênese, mas até mesmo hoje” (Luxemburgo, 1985, p. 255).

À vista disso, a violência torna-se habitual, e até mesmo intrínseca, a racionalidade do capital, na medida em que para o sistema garantir que o processo de acumulação ocorra com a velocidade necessária à sua maior expansão, faz-se indispensável à imposição de sua lógica, a destradicionalização, de maneira violenta, dos modos de vida que representam resistência a este (Ribeiro, 2017).

A materialização deste processo se desvela nos inúmeros casos de perseguições, intimidações, tortura e até mesmo assassinatos contra lideranças e sujeitos tradicionais ao tentarem resistir à apropriação de seus territórios. Muitas vezes os seguranças – jagunços modernos – das empresas que se instalam nos territórios são mandados para executar essa ação contra as comunidades.

Além de mercantilizar frações de natureza pertencentes aos territórios tradicionais, o capitalismo inclui nessa mesma lógica, todas as relações sociais, dentre elas estão – especificamente – o gênero, raça e etnia como estruturas de poder entrelaçadas em um “nó” que marca e conforma o corpo social.

Comungamos com Saffioti (2015) quando ela afirma que “A análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, da análise das demais, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas” (Saffioti, 2015, p. 134), mas que, essas estruturas de poder quando unidas ganham uma nova dinâmica própria e única: deixam de serem em si para, dentro das relações, se unificarem, tornando-se a complexidade que se materializa na condição de ser mulher em uma sociedade Patriarcal-Capitalista-Racista (Saffioti, 1987).

Destarte, entendendo a partir de Leff (1986) que é por meio do processo de produção material, acumulação e expansão do capital – respaldado nas diversas técnicas de apropriação e transformação da natureza – que o funcionamento dos ecossistemas é condicionado, essa pesquisa permeia os debates sobre as estruturas sociais que marcam a relação sociedade-natureza/homens-mulheres, estando ambas subjugadas à lógica destrutiva do capital, bem como através da simbiose Patriarcado-Capitalismo-Racismo (Saffioti, 1987) a fim de compreender como a territorialização do capital em suas diversas faces subjuga, expropria, explora e violenta diretamente as mulheres marisqueiras de Ilha Grande, São Cristóvão.

A escolha por este lócus de estudo se deu em razão da pesquisadora possuir identificação pessoal com o município, haja vista que nasceu e viveu toda a sua vida, até então, neste lugar assim, surgindo interesse por conhecer, pesquisar e contribuir cientificamente com a visibilidade e enaltecimento da cultura dos povos e comunidades

tradicionais locais.

Outro motivo para que a comunidade de Ilha Grande/ São Cristóvão, fosse escolhida é sua relevância no contexto histórico, cultural e econômico local, tendo em vista que o município possui uma localização geográfica abundante em recursos hídricos – a exemplo do rio Vaza-Barris que desemboca no Oceano Atlântico e seu afluente, o rio Paramopama que banha a comunidade –, possibilitando o desenvolvimento das atividades pesqueiras e de mariscagem que contribuem com o crescimento da cidade.

Os moradores de Ilha Grande trabalham majoritariamente com a pesca fluvial, mariscagem e agricultura de subsistência. Através dos saberes ancestrais que permeiam a prática do trabalho familiar e artesanal – desempenhado primordialmente por mulheres - desenvolvem estas atividades e também produzem doces, queijadas, licores, bolos, beijos e comidas que provém desta relação diferenciada culturalmente com a natureza.

Para entender melhor o contexto em que vivem esses sujeitos, algumas questões de pesquisa nortearam este estudo, sendo elas: Quais os principais empreendimentos e atividades de desenvolvimento capitalista que impactam negativamente as comunidades tradicionais de pesca artesanal e mariscagem de Ilha Grande/São Cristóvão? Quais os tipos de violência contra as mulheres marisqueiras são produzidos espacialmente a partir da construção desses empreendimentos e atividades?

Também indagamos como – a partir da ótica dos conflitos por terra e água – esses empreendimentos e atividades de desenvolvimento capitalista afetam, especificamente, os corpos e territórios das mulheres marisqueiras, bem como se elas enxergam alguma relação entre seu corpo e seus territórios de vida.

Dessa maneira, a fim de compreender tanto às questões de pesquisa que impulsionaram este estudo quanto à própria problemática exposta acima, adotou-se a perspectiva da Pesquisa Qualitativa com base nas metodologias de Observação Participante, Pesquisa Bibliográfica e de Entrevistas Semi-estruturadas (Triviños, 1987).

Ao afiançar que toda teoria precisa ser direcionada por uma matriz de pensamento, afirmamos o método do materialismo histórico dialético no sentido de compreender a práxis social de uma maneira em que seja possível a superação da alienação ao tratarem-se as categorias analíticas deste estudo.

Dessa forma, para compreender os conflitos territoriais em torno da questão agrária envolvendo os povos e comunidades tradicionais de Ilha Grande – com ênfase no sujeito político e social das marisqueiras e pescadoras/es artesanais – em suas especificidades, bem como o avanço da lógica predatória do capital nos territórios pesqueiros, dividimos esse

estudo em 8 (oito) capítulos.

Iniciamos com o capítulo de introdução, subdividindo-o nos tópicos de “Problemática” e “Objetivos” a fim de contextualizar o tema estudado e demonstrar as pretensões da pesquisa. Em seguida percorremos os caminhos metodológicos executados para alcançar os objetivos.

Após, iniciamos o primeiro capítulo teórico desta dissertação intitulado “Por Terra e Água: uma perspectiva histórica da pesca no Brasil”, onde a atividade da pesca é debatida com base na história de formação territorial do nosso país, incluída nos ciclos econômicos. Neste espaço trazemos temas em torno da posse e uso das águas brasileiras ao longo do tempo, demonstrando como a luta por terra possui intrínseca relação com as formas em que foi pautado o uso da água no Brasil pelos sujeitos tradicionais e atores do capital – evidenciando o histórico e permanente conflito entre estes desde muito tempo –.

Este também é um capítulo que afirma e situa a temática dos povos e comunidades tradicionais da pesca e mariscagem dentro da Questão Agrária brasileira. Neste também serão debatidos os conceitos de territorialização do capital, monopolização dos territórios (Oliveira, 2001) e agrohidronegócio (Thomaz Júnior, 2010).

Afirmando a importância do entendimento da base histórica sobre a qual é construído o locus de estudo selecionado, o próximo capítulo denominado de “As terras banhadas pelo Vaza-Barris: Aspectos geográficos e históricos de São Cristóvão/SE”, é onde recuperamos a historiografia local para demonstrar a importância dos recursos hídricos, bem como da atividade da pesca artesanal para o município, caracterizando-o como de suma importância para a economia da pesca no estado de Sergipe.

No capítulo “Trabalho e Mulheres das Águas”: Caracterização do sujeito histórico, social e político ‘Marisqueiras’ frente à conflitualidade” são esboçados as principais características do modo de vida das comunidades que trabalham com a pesca artesanal de modo a especificar tanto a identidade tradicional quanto de gênero das mulheres que labutam na cata, beneficiamento e comercialização de peixes e mariscos.

Neste capítulo e no próximo tópico, se esboçam a discussão acerca dos sujeitos protagonistas da temática estudada, que se distinguem tanto pelo que representa o seu trabalho, quanto por ser mulher em uma sociedade marcada por classe, gênero e raça. Esse também é um debate que relaciona a construção histórica, logo, também social, acerca da natureza e do sexo/gênero, vinculando o corpo das marisqueiras aos seus territórios.

Também elencamos como a perspectiva dos conflitos por apropriação e uso das terras e águas desvela ação dos diversos agentes do capital ao territorializar-se ou tentar

monopolizar os territórios tradicionais pesqueiros, demarcando – ou não – um projeto de dominação tanto das mulheres quanto da natureza, de seus corpos e territórios.

No subtópico “A territorialidade das marisqueiras de Ilha Grande: Relação mulher e natureza, corpo e território” aprofundamos a relação de trabalho e identidade dessas mulheres a partir do contato com a natureza, a fim de compreender como sua existência das marisqueiras de Ilha Grande é intrínseca a sobrevivência dos ecossistemas de manguezal, desvelados como territórios de vida para elas.

Para compreender quais são as estruturas de poder – bem como essas se entrelaçam em forma de “nó” estrutural – que permeiam as relações até então expostas nos capítulos anteriores, aprofundamos no capítulo “Modo de produção capitalista e patriarcado: Simbiose Classe, Gênero e Raça” a leitura acerca do Patriarcado-Capitalismo-Racismo com base em Saffioti (1987). Por fim, os últimos capítulos se debruçam sobre as considerações finais – para não concluir, mas traçar horizontes –, as referências utilizadas neste estudo e anexos.

1.1 - PROBLEMÁTICA

Obedecendo à filosofia cartesiana, por meio dos adventos da modernidade, vivenciamos a dicotomização de vários aspectos da vida, onde a cisão entre o “racional” e o “selvagem” marcam também a separação – esta embebida na intencionalidade antropocêntrica – entre sociedade e natureza.

O paradigma da modernidade passa a se materializar no espaço geográfico – sobretudo no espaço agrário – através da “[...] exploração intensiva das potencialidades dos recursos da natureza como meio e fim da felicidade dos homens” (Conceição, 2004, p. 3). Ancora-se então, a noção de desenvolvimento iluminista trazendo à acumulação capitalista, a justificativa “[...] no direito incomensurável do uso dos recursos naturais” (Conceição, 2004, p. 4).

Numa constante síndrome de Erisícton, o desenvolvimento capitalista se torna insustentável, tendo em vista que a crescente e desenfreada produtividade do mercado, não serve para alimentar os milhares de bocas e estômagos dos famintos, miseráveis, pobres, mulheres, crianças e populações marginalizadas pela lógica descomensurada da acumulação de capital.

No mito, Erisícton, após derrubar uma árvore muito antiga e importante para a deusa Deméter, é amaldiçoado pela mesma com uma fome avassaladora e voraz, fazendo-o devorar tudo a sua frente. Inclusive a si mesmo. Assim, a destruição de tudo ao seu redor se torna a sua própria destruição, analogia que podemos referenciar o período do Antropoceno “[...] em que a humanidade, sem limites éticos e morais, segue num processo de autodestruição consumindo tudo o que há até não restar mais nada” (Léna; Issberner, 2022, p.1), mas também, a própria lógica sociometabólica do capital.

Mais importante, o Antropoceno atribui à humanidade (antropos) status e magnitude de uma força geológica. Na era do Antropoceno é cada vez mais reconhecido que o modo como a vida humana se organiza é ecologicamente prejudicial e põe em risco a existência da maioria dos seres vivos. O crescimento exponencial de nossa liberdade e poder, ou seja, de nossa habilidade de transformar a natureza, é traduzido em uma limitação de nossa liberdade, incluindo a desestabilização das próprias condições de vida biológica (Coltro; Borinelli, 2020, p. 157).

Segundo Butler (2021) o processo de individuação, pautado na ideologia liberal masculina de autossuficiência, imprime na sociedade – na simultaneidade de que as relações também são afetadas pelas determinações sociais capitalistas – a compreensão de centralidade da ação antrópica baseada no princípio ativo da exploração, consumo descomedido e degradação socioambiental.

Se sujeita frações de natureza ao domínio da mecanização e mercadorização,

entendido-a enquanto um meio – recurso – e não enquanto o princípio fundador e mantenedor de todas as coisas – através de seu estado naturalmente cíclico e complexo, ao quais os seres humanos são parte constituinte, numa condição de interdependência –. Negligencia-se o fato de que:

Todas (as) capacidades humanas básicas são apoiadas de uma forma ou de outra. Ninguém se locomove, respira ou encontra alimentos sem o auxílio de um mundo que oferece um ambiente construído para a locomoção, que prepara e distribui alimentos para que cheguem à nossa boca, um mundo que preserva o ambiente que possibilita um ar de certa qualidade, respirável. A **dependência** (grifo nosso) pode ser parcialmente definida como a confiança nas estruturas sociais e materiais, e no meio ambiente, pois este também torna a vida possível (Butler, 2021, p. 47).

Assim, o capital enquanto uma estrutura social hegemônica, ao desprezar o sentido de uma existência humana intrínseca à natureza, solidifica na sociedade a ilusão do homem autossuficiente. Esta é consequentemente desmascarada, demonstrando seu caráter contraditório, ao mesmo tempo em que, o consumo da natureza sob a lógica capitalista do lucro se torna uma espécie de ação antropofágica, no sentido de que ao destruir pouco a pouco a natureza, o homem destrói, em longo prazo, a si mesmo.

Por isso, um dos motivos pelos quais é tão difícil convencer governos como o dos Estados Unidos de que o aquecimento global é uma ameaça real para o futuro do mundo habitável é que o direito de expandir a produção e os mercados, explorar a natureza e lucrar, permanece centrado no aumento da riqueza e do poder nacionais. Talvez os governos não concebiam a possibilidade de que suas ações afetam todas as regiões do mundo e o que acontece em todas as regiões do mundo afeta a própria possibilidade de continuidade de um meio ambiente habitável, aquele do qual todos dependemos. Ou talvez eles saibam que estão no meio de uma atividade globalmente destrutiva e isso lhes pareça um direito, um poder, uma prerrogativa que não deveria ser comprometida por nada nem ninguém (Butler, 2021, p. 48-49).

De acordo com Furtado (2004) a doutrina antropocêntrica está vinculada a uma visão relacional dos seres humanos e natureza de caráter meramente utilitarista, haja vista que atua por meio da negação do valor intrínseco do meio ambiente, ressaltando assim, uma relação hierárquica que supervaloriza a humanidade em detrimento de toda a comunidade natural restante. Consequentemente, decorre a separação ideológica entre homem e natureza.

De acordo com Shiva (1988) essa divisão ideológica está pautada, simultaneamente, tanto em um projeto de fragmentação da própria natureza, quanto de separação hierárquica entre público e privado, trabalho produtivo e reprodutivo, desempenhado por homens e mulheres, consequentemente, também determinando desigualdades estruturais entre estes. Algumas vertentes científicas acompanha esse percurso na criação de um discurso operacionalizado por conceitos de base reducionista que tendem a uniformizar, homogeneizar, se apossar e controlar a natureza e as mulheres.

Logo, é a partir do fundamento patriarcal e capitalista que compreendemos as relações hierárquicas e desiguais contidas nas estruturas de poder que constituem, e contaminam toda a sociedade. Mesmo que haja uma divisão pública e privada do espaço – assim como uma divisão sexual do trabalho em produtivo e reprodutivo – estes espaços estão “[...] profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social” (Saffioti, 2015, p. 54).

Assim, é através da visão reducionista e universalizante em torno tanto da natureza – no sentido fragmentário de meio ambiente a ser coisificado, possuído, explorado, degradado e mercantilizado – quanto da natureza feminina – a ser desprezada, controlada e subjugada na sociedade patriarcal – que são desveladas múltiplas violências aos sujeitos que vivem da/na terra, água e floresta.

Seja nas múltiplas violências expenciadas no âmbito doméstico com seus maridos e ex-conjuges, com a dependência de uma figura masculina para serem validadas socialmente, bem como irem à maré executar seu trabalho – haja vista a vulnerabilização¹ e perigos que são expostas ao deslocarem-se por longas distâncias sozinhas – ou no peso desigual – em meio a tantas jornadas de trabalho não reconhecidas enquanto tal – de ser a responsável pelo lar, família, comunidade e trabalho meticuloso da captura, beneficiamento, preparo e comercialização dos mariscos, peixes e produtos, suportando a degradação de seus territórios promovida pelo avanço do capital, as mulheres marisqueiras vivenciam duramente o ônus de sua identidade cultural e de gênero.

Concomitante as desigualdades culturais, de classe, gênero e raça, essas mulheres sentem, literalmente, na pele e em seu cotidiano o controle patriarcal e capitalista sobre suas vidas, trabalho, comunidades e territórios. Essas marcas se desvelam em sua história de vida ao serem confrontadas tanto com o domínio de seus maridos, ex-conjuges e homens vizinhos da própria comunidade quanto com os múltiplos agentes do capital, expressos a partir das atividades do turismo, pesca predatória e industrial, carcinicultura e estações coletadoras de petróleo.

A ação desses agentes e atores resulta no controle de suas sexualidades, em várias formas de violência e também em acesso restrito – ou totalmente impossibilitado – aos recursos econômicos, sociais, ao poder político e até mesmo ao seu próprio território, invadido, cercado, apropriado privadamente, expropriado do sentido comunitário, degradado e

¹ A grafia da palavra é realizada desta maneira intencionalmente, uma vez que não comungamos com o ideal estereotipado de que é parte constituinte da expressão de gênero feminina, ser passiva, frágil e vulnerável. Entendemos que ao pensar as relações através das estruturas de poder Patriarcais-Capitalistas-Racistas, há um lugar social de vulnerabilidade endereçado às mulheres. Logo, esta é uma ação desferida a elas, demarcando uma condição social patriarcal de vulnerabilidade e não por qualquer atributo biológico e natural do ‘ser mulher’.

envenenado.

Segundo Harvey (2016) o capital em seu sociometabolismo é responsável por criar seu próprio ecossistema onde à unidade contraditória entre capital e natureza se expressa na unidade contraditória entre valor de uso e valor de troca – o primeiro manifestado em sua forma material e o segundo sob a configuração de valorização social –.

Não há espaço para que a natureza se reproduza da maneira imprevisível e espontânea tal qual sua própria complexidade, sendo forçosamente moldada e conformada através das ações do capital – por seus múltiplos agentes –. Esta “produção da natureza” (Smith, 2007) farsante impõe o tempo acelerado da produção e do mercado gerando consequências que são vivenciadas por toda a sociedade, em diferentes e, sobretudo, desiguais intensidades.

Desta forma, o campo na América Latina, especificamente no Brasil, tornou-se ao longo dos anos palco principal das várias facetas e invenções destrutivas do capital. Assim, reinventa-se o latifúndio colonial que, por sua vez, adquire novas faces – sem abandonar as velhas roupas sujas de sangue indígena e suor negro – gestando junto ao mercado internacional, o nascimento do agrohídronegócio.

Este, sendo um conceito importante ao nosso estudo, uma vez que proporciona o entendimento de que atualmente, a expansão do capital no campo se sustenta a partir da mercantilização de três pilares: terra, água e trabalho, nos possibilita a demonstração de que “A monopolização da propriedade privada da terra se apresenta como essencial estrutura para garantir a posse da água, seja ela subterrânea ou superficial, e para submissão do trabalhador” (Cunha; Carvalho, 2014, p. 70).

Para compreender a dinâmica complexa do agrohídronegócio se faz necessário pensar os processos históricos que o fundamenta. Segundo Cunha e Carvalho (2014) há dois pontos cruciais: a revolução verde que trouxe no pós-segunda guerra mudanças significativas nas técnicas agrícolas e a reestruturação produtiva fomentada pelos Estados Centrais, organizações supranacionais e os diversos agentes do capital.

Os autores afirmam que a partir do processo de crise estrutural desenvolvido na década de 1970, “[...] a ideologia monetária neoliberal assumiu o posto de orientadora, através da implementação de um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do ciclo de produção do capital” (Cunha; Carvalho, 2014, p. 72), dessa maneira balizando o sistema metabólico social vigente a partir da lógica destrutiva do capital, onde “[...] o valor de uso do trabalho e dos recursos naturais é totalmente subordinado ao seu valor de troca” (ibid, p. 72).

O capital vê necessariamente a natureza – e devo destacar que ela poderia ser e é considerada de modo muito diferente dentro do capitalismo como um todo – como uma grande reserva de valores de uso potenciais (de processos e coisas) que podem ser usados direta ou indiretamente (por meio da tecnologia) na produção e na realização de valores das mercadorias. A natureza é “um imenso posto de gasolina” (para citar Heidegger), e os valores de uso naturais são monetizados, capitalizados, comercializados e trocados como mercadorias. Só então a racionalidade econômica do capital pode se impor no mundo (Harvey, 2016, s/n).

Por mais que o capital se utilize de uma compreensão fragmentada sobre a natureza, a fim de facilitar o domínio sobre os territórios e sujeitos, é por meio do entendimento de uma relação integrada entre água e terra, visando à posse e uso privado de ambos, que é garantida a continuidade, em ritmo e volume, da produção capitalista em todos os lugares do globo. Não obstante:

A natureza é fracionada e dividida na forma de direitos de propriedade privada garantidos pelo Estado. A propriedade privada implica o cercamento dos bens naturais comuns. Embora seja difícil cercar determinados aspectos da natureza (como o ar que respiramos e os oceanos em que pescamos), podemos imaginar uma variedade de alternativas (em geral com a ajuda do Estado) para monetizar e comercializar todos os aspectos dos bens comuns do mundo natural (Harvey, 2016, s/n)

Dessa forma, a lógica que permeia o agrohidronegócio, além de reconhecer a propriedade privada da terra e da água, precisa legitimar a mercadorização de ambas sob o julgo dos ditames do capital.

Para essa interpretação, é preciso considerar a água como Recurso Hídrico, um bem econômico, passível de utilização com tal fim. Partimos do pressuposto de que um dos pilares para entender a função que a água desempenha ao capital é a compreensão dos conflitos de interesse (luta de classes), relacionados à lógica mercadológica transferida para tal bem e a submissão dos seus valores de uso aos valores de troca (Cunha; Carvalhal, 2014, p. 86).

Uma vez que tratamos de uma sociedade baseada na estrutura capitalista de poder, pensar a produção do espaço agrário segundo o complexo ‘agrohidronegócio’ é também considerar as oportunas contradições imbricadas a este sistema. Segundo Júnior (2009), é a partir do movimento, inerente ao acontecimento da vida material cotidiana, que:

O território emerge como elemento central no processo de compreensão das contradições do modo de produção capitalista, tendo em vista que a apropriação privada caracteriza a formação do mesmo, colocando-se como vetor de afirmação da propriedade privada e do trabalho abstrato concomitantemente, sem tal processo não haveria possibilidade de reprodução ampliada do capital (Júnior, 2009, p.183-184).

Assim, uma das noções acerca da categoria território se manifesta na produção do espaço agrário de acordo com a forma de valorização deste, seja pelo uso ou troca. Logo, a disputa por terra e água é uma disputa pela apropriação dos territórios e, sobretudo, também uma disputa ideológica em torno de concepções antagônicas sobre as frações de natureza:

essas sendo usadas pelos sujeitos tradicionais ou apropriadas por agentes do capital – e em muitos momentos essas formas de apropriação ocorrem simultaneamente, em conflito –.

A partir desta leitura, os territórios se constituíam a partir da organização de determinados grupos sociais frente ao uso da natureza, este sendo um dos elementos necessários para a reprodução, tanto das comunidades quanto do capital. Ou seja, a valorização da natureza depende intrinsecamente do tipo de relação social estabelecida nos territórios.

Nesse estudo utilizamos a compreensão da categoria geográfica “Território” à luz de Raffestin (1993), tendo em vista que o autor comunga e ancora sua teorização a partir do que Lefebvre (2008) apreende por espaço social – outro conceito empregado nesta pesquisa –. Dessa forma, o primeiro afirma que “[...] o espaço é anterior ao território” e logo, este “[...] se forma a partir do espaço” (Raffestin, 1993, p. 143).

Logo, é imprescindível entender a leitura de Lefebvre (2008) sobre essa categoria analítica. Este autor elucida que é por meio do espaço percebido e concebido que se formula qualquer teoria do espaço, uma vez que a própria concepção de espaço teórico se estabelece em meio ao movimento da realidade concreta vivida.

Dessa forma, “Em outras palavras, o espaço resulta do trabalho e da divisão do trabalho; a esse título, ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, funcional” (Lefebvre, 2008, p. 44).

À vista disso, o autor revela o caráter social do espaço dentro de suas elaborações, levando em consideração que, para ele, este também é um espaço produzido onde se reproduz as relações de produção. Logo, “[...] não consideramos o espaço como um dado *a priori*, seja do pensamento (Kant), seja do mundo (positivismo). Vemos no espaço o desenvolvimento de uma atividade social” (Lefebvre, 2008, p. 55).

Isto significa que a conceituação lefebvriana perpassa a natureza diacrônica e sincrônica da realidade, sendo impossível separar espaço e tempo na compreensão do que constitui enfim, o espaço social. Assim, a partir dos princípios de uma dialética espacial, Lefebvre (2008) afirma que “O espaço ora depende de uma lógica preexistente, superior e absoluta, quase teológica, ora ele é a própria lógica, o sistema da coerência, ora, enfim, ele permite a coerência autorizando a lógica da ação (praxiologia ou estratégia)” (Lefebvre, 2008, p. 56).

Sobre esses aspectos, Schmid (2012) corrobora com o pensamento do autor quando afirma que:

O espaço representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. Tempo, por outro lado, denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social. Sociedade aqui não significa nem uma totalidade espaço-temporal de “corpos” ou “matéria”, nem uma soma total de ações e práticas. São centrais para a teoria materialista de Lefebvre, os seres humanos em sua corporeidade e sensualidade, sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas (Schmid, 2012, p. 91).

Essa ação é direcionada por distintos – compreendendo as lógicas antagônicas de existir e produzir – sujeitos e atores, localizados e condicionados de maneira desigual dentro da sociedade burguesa.

O espaço comum às atividades diversas e parcelares, no quadro imposto da sociedade burguesa, é um esquema do qual essa sociedade se serve para tentar constituir-se em sistema, para atingir a coerência. Como? Mascarando suas contradições, aí incluídas as do próprio espaço, esse caráter ao mesmo tempo global e pulverizado, conjunto e disjunto. [...] Nesta hipótese, não há espaço absoluto [...] O espaço mental e social é um espaço específico, portanto, qualificado, mesmo se não percebido como tal. É uma modalidade da produção numa sociedade determinada, no seio da qual contradições e conflitos se manifestam (Lefebvre, 2008, p. 56).

Este estudo, diante da teoria acima debatida, se propõe analisar o espaço social a partir da compreensão que a sociedade em questão se baseia na estrutura Patriarcal-Capitalista-Racista (Saffioti, 1987), conseqüentemente, declaramos e ratificamos que o espaço não se explica a partir de si mesmo, mas sim, a partir de determinadas lógicas, condicionadas à qual modo de produção e reprodução da vida esse está ancorado.

Segundo Lefebvre (2008) “As *contradições do espaço* não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista” (Lefebvre, 2008, p. 57). Logo, quando Raffestin (1993) conceitua o território como:

[...] resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (Raffestin, 1993, p. 143-144).

O autor está afirmando que o espaço apropriado pressupõe o estabelecimento de relações de poder, esse, sendo exercido de forma relacional, multidimensional e interestelar (Raffestin, 1993).

No corpo conceitual elaborado por Raffestin (1993) estão compreendidas as noções de atores, recursos, trunfos e campos do poder, território, territorialidades, sistemas territoriais, redes e poder. A partir do diálogo com Foucault (1976), demarca que o poder não

é algo que se adquire, mas sim é exercido – salientando seu aspecto relacional –, não é exterior às relações econômicas e sociais – ressaltando sua multidimensionalidade – mas sim, inerente a estes e por fim, vem de baixo de maneira intencional, logo, também é passível a sofrer resistências.

O autor diferencia os atores sintagmáticos – representados pelo Estado, família e organizações – dos paradigmáticos – estes classificados através de uma divisão classificatória de indivíduos, como por exemplo, um grupo populacional localizado em um território específico –.

Embora esta seja uma definição geral acerca da categoria, validamos o que Raffestin (1993) desenvolve em seu pensamento sobre os sistemas territoriais, disponíveis para estudo da realidade social, ser uma produção já elaborada. Mesmo que esta seja uma “[...] Produção suscetível de mudanças [...]” no tempo-espaço, é “[...] suficientemente fixa para ser analisada” (Raffestin, 1993, p. 153).

Assim, corroboramos com o autor quando ele expõe as questões em torno da linguagem. Sem linguagem, não há leitura possível, logo não há conhecimento acerca das ações que produzem o território – permeado destas racionalidades antagônicas, e, portanto, que se expressam no conflito por frações de natureza a serem apropriadas –. É por meio da linguagem que se traduz o entendimento acerca das relações, natureza e produção, que se materializam no espaço.

Repitamos que o espaço inteiro torna-se o lugar da reprodução das relações de produção. Outrora, o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e seu valor de uso, com os prazeres naturais ligados ao uso, se esfumam; ao mesmo tempo e que eles se compram e se vendem, tornam-se rarefeitos. A natureza, como o espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista. As exigências da recondução das relações sociais envolvem, assim, a venalidade generalizada da própria natureza (Lefebvre, 2008, p. 53-54).

Assim, o território para o capital é construído a partir da apropriação e uso das frações de natureza em torno da lógica da acumulação e lucro. O território é estabelecido através desta racionalidade, enaltecendo o poder na produção da mercadorização da natureza e estabelecendo antagonismo expresso nos conflitos com as comunidades tradicionais pesqueiras, que se relacionam de forma distinta com a terra e a água.

Hoje, por causa da utilização e do consumo aumentados pelos crescimento demográfico e econômico, todos os países se confrontam com os problemas relacionados à água. A água, como qualquer outro recurso, é motivo para relações de poder e de conflitos. O controle e/ou a posse da água são sobretudo de natureza política, pois interessam ao conjunto de uma coletividade. As relações conflituais que se travam a propósito da água são viáveis em grande escala, como por exemplo nas zonas irrigadas submetidas à repartição das águas, ou em pequena escala, onde duas nações disputam entre si uma bacia hidrográfica (RAFFESTIN, 1993, p. 231-232).

Dessa maneira, os recursos terra e água – integrados – traduzem-se em objeto das relações de poder e:

[...] estão no centro de estratégias múltiplas, estão integrados em técnicas que evoluem constantemente. As técnicas de utilização do solo e da água não param de ser aperfeiçoadas, para obter plantas e animais alimentares ou não. Porém, essas técnicas são consumidoras, num nível cada vez mais elevado, de recursos não-renováveis e, em particular, de energia (RAFFESTIN, 1993, p. 232).

A partir do antagonismo expresso no entendimento acerca do que venha a ser “território”, se desvela o conflito entre os sujeitos que defendem a manutenção do modo tradicional de produzir e viver e os agentes que promovem tanto o monopólio dos territórios pelo capital quanto à própria territorialização dos diversos processos de acumulação com vistas à mercadorização da natureza.

Os povos de comunidades tradicionais se distinguem por possuir um modo de vida próprio, baseado numa relação respeitosa com a natureza e, por ter em sua prática atividades de baixo impacto a partir de técnicas rudimentares, de proteção à biodiversidade nos ambientes de mangue e estuários (Leuzinger, 2009).

São grupos que prezam pela memória de uma história comum que se desvela nos costumes, tradições, crenças e forma de viver sendo transmitida por meio da oralidade e hereditariamente. Em meio a muitas discussões e lutas políticas conseguiram o reconhecimento do Estado brasileiro que, na criação do Decreto 6.040/2007, demarca-os enquanto:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Contudo, é imprescindível pontuar que, embora o Estado tenha sua definição acerca dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's), em muitos espaços é o próprio grupo que se define enquanto uma comunidade tradicional por meio da auto-atribuição. Assim, tanto o sentido de ser um sujeito tradicional quanto de Território tradicional, perpassa questões históricas, políticas, sociais e culturais em torno da identidade.

Portanto, é na constante tentativa do capital territorializar-se e estabelecer o seu monopólio no campo brasileiro, que indústrias, empresas e agentes participantes do complexo do agrohidronegócio se apropriam, privatizam, consomem e destroem a natureza, ora negando o modo de vida tradicional, subalternizando e violentando as comunidades, ora, quando conveniente, fomentando e se aproveitamento da existência de relações de trabalho, realizadas pelos sujeitos de classe oposta a si.

Os sujeitos adquirem também uma marca condicionante de gênero, pois a pesca artesanal, especificamente a atividade de mariscagem – tema central deste estudo – é considerada enquanto um trabalho eminentemente feminino, uma vez que no estado de Sergipe há o predomínio de mulheres pescadoras, estas representando 54,99% deste segmento social (Brasil, 2012).

Assim, concordando com o poeta José Julián Martí que “lo pasado es la raíz de lo presente. Ha de saberse lo que fue, porque lo que fue está en lo que es” (Martí, 1973, p. 302) objetivamos neste estudo refletir as bases históricas, econômicas e sociais que estruturam os territórios de comunidades tradicionais, a fim de compreender como os conflitos por terra e água, também trazem em seu cerne a lógica patriarcal que violenta estrutural e cotidianamente os corpos e territórios das mulheres marisqueiras no município de São Cristóvão.

Ao longo dos anos e conflitos advindos das invasões coloniais, muitas águas, literalmente, rolaram pelas terras são cristovenses: A cidade teve sua localização mudada duas vezes. Sempre a margem de rios, foi erguida em meados de 1590, mais próxima ao litoral, perto da foz do Vaza-Barris (Silva, 2011).

Logo em seguida, a partir da constante ofensiva francesa, por medida de segurança à possível invasão – nos anos entre 1595 e 1596 – do território, a cidade foi transferida para uma elevação que se aproximava da barra do Rio Poxim. Em meados de 1607, São Cristóvão finalmente se instala à beira do Rio Paramopama – afluente do Vaza-Barris –.

Sempre rodeado por águas, a economia do município também embarca na abundância destas, haja vista que se concentra em torno das fontes de águas minerais, pesca de peixes, criação de camarões e captura de mariscos. Dessa maneira, a paisagem de São Cristóvão abriga cenários comuns e singulares onde crianças brincam na rua concomitante aos pescadores tecendo redes enquanto seus barcos encontram-se ancorados nos portos das ilhas que o compõem: Ilha Grande e Ilha Pequena.

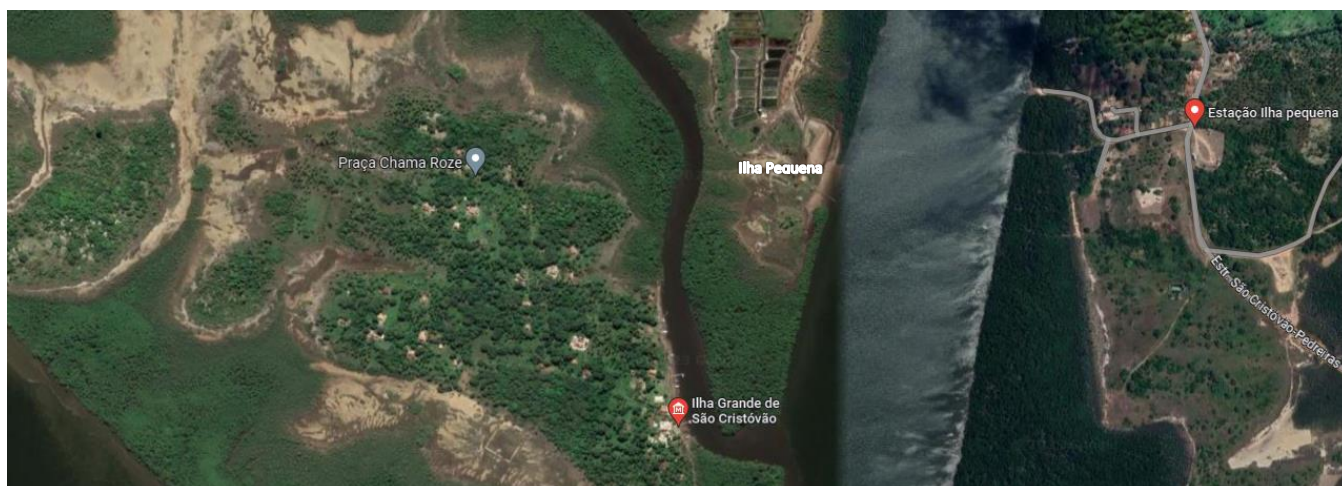


Figura 1: Localização via imagem de satélite: Ilha Grande e Ilha Pequena. Fonte: Google Maps.

Berço de apicuns e manguezais, o município é conhecido por sujeitos que desempenham o trabalho da pesca artesanal e mariscagem. Este último é caracterizado tanto pelo momento de captura de mariscos e crustáceos no rio e mangue, quanto pelo beneficiamento dos produtos a serem consumidos pelas famílias da comunidade e/ou comercializadas no mercado, também como meio de subsistência destas.

As mulheres que sobrevivem desta atividade enquadram-se enquanto autônomas, ou seja, elas são as detentoras dos meios de produção de forma independente. Silva (2011) descreve o trabalhador autônomo como alguém que realiza uma atividade sem vínculo empregatício, havendo, portanto a possibilidade de escolher as condições por meio de sua necessidade.

Aqui estão sendo descritas mulheres que nos moldes em que Marx (2008) pensou as trocas entre homem e o meio natural, desenvolveram-se a fim de transformara natureza em um bem de subsistência, assim, transformando também a si mesmas.

Mesmo diferenciando as atividades de pesca e mariscagem, a última:

Pode ser considerada pesca artesanal, pois se caracteriza por uma pesca de baixo impacto ambiental, realizada através de instrumentos rudimentares muitas vezes confeccionados pelas próprias marisqueiras. A diferenciação entre pescadores e marisqueiras se dá porque o uso do espaço é diferente nas distintas artes de pesca. No entanto, a mulher também participa da cadeia produtiva da pesca realizada por homens, pois cabe a ela tratar o pescado trazido do mar e, muitas vezes, comercializá-lo nas feiras, além de confeccionar partedos instrumentos e preparar a alimentação que vai a bordo (Figueredo; Prost, 2014, p. 83).

Assim, imersas em águas e em alguns casos na lama, as mulheres marisqueiras experienciam por meio do seu trabalho, o contato direto com a natureza, o mangue. Este segue cada vez mais envenenado pela ganância dos atores do capital, uma vez que as

atividades de desenvolvimento capitalista, representadas pelo complexo do agrohidronegócio, são responsáveis por aplicar “[...] fertilizantes y químicos-agrotóxicos, envenenando y contaminando los cursos de aguas y pozos comunitarios [...]” (Romero et al. 2018, p. 76).

A contaminação da terra e das águas juntamente ao cercamento e privatização dos espaços designados historicamente para uso comum na atividade da pesca e mariscagem, a expansão da especulação imobiliária, instalação de corporações transnacionais do setor energético e avanço do agrohidronegócio nos territórios tradicionais (Romero et al. 2018) representam assim, não somente a imposição da lógica capitalista predatória contra a natureza, mas também masculinista e patriarcal sobre as mulheres marisqueiras e seus territórios.

Consequentemente:

Las mujeres que habitan estos territorios son las principales afectadas, debido al lugar social que ocupan en sus comunidades, como reproductoras y cuidadoras de su familia y, comunidad, el que muchas veces no pueden cumplir, por las prohibiciones de acceso al mangle, a la tierra y al agua, que les impone el sistema económico descrito (Romero, et. al. 2018, p. 80-81).

Assim, a condição de dominação da natureza também se faz em paralelo à da natureza biológica que domina as mulheres e encarcera-as em seus corpos e casas, traduzidas também nas triplas jornadas de trabalho que essas enfrentam. As duas condições confundem-se sendo muito familiares, uma vez que as mulheres se tornam a própria natureza “encarnada” – haja vista que estas foram consideradas durante séculos enquanto selvagens, instáveis, servis, passíveis de serem (ambas, natureza e mulher) contidas, exploradas, dominadas e até mesmo queimadas, assim como as “bruxas” e as florestas dizimadas a caminho da civilização vindoura – (Federici, 2019).

Estos territorios que pasan a la esfera de la acumulación del capital por el extractivismo, sufren una modificación de sus lógicas, produciéndose un reforzamiento de la patriarcalización del espacio a varios niveles. Hemos establecido en concreto 3 dimensiones que evidencian esta patriarcalización: 1) Dimensión estructural (Roles) 2) Dimensión Ecológica (Ciclos de vida) 3) Corporal (Control) (VÁZQUEZ, 2017, p. 1).

A feminização da natureza – tomada enquanto associada ao desconhecido e descontrolado, portanto passíveis do controle de outrem – junto à mercadorização da vida – regida pela concepção racional ocidental de natureza exterior, formalizada em mero recurso econômico – demonstra a lógica patriarcal de dominação que permeia a produção capitalista do espaço agrário.

De acordo com Romero, et. al. (2018), as atividades agrícolas em Sergipe não só atendem ao padrão do agronegócio – pautado a partir do pacote tecnológico da revolução verde em meados de 1960 a 1970 – como se estende também sobre o território das águas,

sobrea lógica do agrohídronegócio – a partir do desenvolvimento de uma “revolução azul” – que constantemente nega e subalterniza o trabalho sobre bases tradicionais, assim como contamina a terra, água e sujeitos que sobrevivem da pesca artesanal e da mariscagem.

A premissa de mercantilização da terra, água e, conseqüentemente, também do trabalho, solidifica a expansão do capital nos territórios de comunidades tradicionais. Territórios onde há abundância hídrica tornam-se, cada vez mais, alvo de empresas privadas e do próprio Estado. Monopoliza-se a propriedade privada da terra a fim de garantir que este bem natural seja convertido em um recurso a ser apropriado pelos atores do capital.

O agrohídronegócio vincula, intencionalmente, a água e a terra, uma vez que para garantir o desenvolvimento da produção, é necessário a posse e controle de ambos. Portanto se torna imprescindível à monopolização da propriedade privada da terra, assim como a garantia de apropriação privada da água nos territórios com grande disponibilidade hídrica, para que assim, sejam produzidos os monocultivos.

A lógica sociometabólica do capital atua na inversão do valor de uso dos bens naturais em valor de troca. Essa é uma tática utilizada desde o período colonial, onde os rios estrategicamente possibilitavam o acesso ao interior do país facilitando a apropriação das riquezas por meio da exploração do trabalho escravo indígena e negro (Ioris, 2009).

Portanto, historicamente a água se traduz em uma matéria prima essencial para o processo produtivo de base capitalista. Essa contradição expõe a insustentabilidade do desenvolvimento pautado no modelo agroexportador que explora e se apropria de forma destrutiva do recurso de que tanto necessita para continuar seu processo sociometabólico: a acumulação de capital.

Utilizamos o conceito de agrohídronegócio com base nas formulações de Thomaz Júnior (2010) em torno da análise da agricultura moderna no cerrado brasileiro, haja vista que a teoria do autor nos traz potencialidade explicativa para tratar também dos processos que se projetam sobre o território tradicional pesqueiro.

O conceito nos ajuda a compreender como a ação do capital, via os agentes do complexo do agrohídronegócio, reflete a realidade que demonstra como a junção da monopolização das terras e das águas, sob uma lógica meramente mercadológica, degrada e explora a natureza e os sujeitos que sobrevivem da pesca e mariscagem.

Para que se efetive a territorialização deste sistema complexo de produção, circulação e consumo a água precisa tornar-se uma mercadoria apoiada na propriedade privada da terra que, conseqüentemente, denota também a posse irrestrita dos recursos hídricos – cada vez mais contaminados e destruídos através do emprego de agrotóxicos,

químicos e seu uso indiscriminado para irrigação dos monocultivos – (Thomaz Junior, 2010).

Logo, em meio às alianças entre os diversos atores do capital e as disputas de modos de vida e lógicas antagônicas, se materializa o agrohidronegócio – e a resistência à ele – nos mais diversos rincões do Brasil. Assim, a questão agrária, que segundo Ramos Filho e Mitidiero Junior (2016) se traduz em uma “problemática estrutural do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo”(p. 9), acaba sofrendo profundas transformações através da constante presença dos conflitos territoriais.

Estes materializam no espaço geográfico modos específicos de apropriação e dominação dos corpos e territórios dos sujeitos que compõem as comunidades tradicionais. Portanto, são a partir da compreensão das contradições expressas no movimento da conflitualidade que se desvelam inúmeros processos de violência contra as mulheres marisqueiras por meio da degradação dos territórios e na tentativa de destruição de seu modo de vida.

Os conflitos de acordo com Fernandes (2008) “não se limitam apenas a momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento, utilizamos o conceito de conflitualidade” (FERNANDES, 2008, p. 2).

Sendo necessário analisar o conflito enquanto processo geográfico, dessa maneira, levando em consideração o espaço-tempo, percebe-se que este não é externo ao desenvolvimento, mas, concordamos com Fernandes (2008) quando este afirma que “[...] acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida” (FERNANDES, 2008, p. 2).

Paradoxalmente, este também promove a “territorialização-desterritorialização-reterritorialização” (FERNANDES, 2008) de modos de vida distintos e antagônicos, uma vez que é através do impulso imperioso do desenvolvimento, que nasce, a muitas mãos e pés organizados, a territorialização da luta pela terra e água, em defesa dos territórios tradicionais.

Mais especificamente, o capital para expandir a acumulação de riquezas – em paralelo ao aprofundamento da pobreza e miséria – necessita tanto territorializar-se e monopolizar os territórios de povos e comunidades tradicionais pesqueiras, quanto confinar as mulheres na condição de subalternidade em relação aos homens (FEDERICI, 2019), conferindo aos fatores econômicos e conflitos por terra e água, um caráter cada vez mais misógino.

Neste sentido, o extrativismo de base predatória e capitalista é uma das formas de remover grandes volumes de bens naturais – convertidos em recursos – e direcioná-los à

exportação, fomentando e consolidando o processo de dependência econômica de países exportadores de *commodities*² ao mercado mundial (MUÑOZ; VILARREAL, 2019), ao passo que simultaneamente é enfraquecida a possibilidade de soberania dos povos e comunidades tradicionais.

Outras formas estão expressas na privatização de áreas de uso comum – como o manguezal e caminhos os quais elas percorrem para chegar até os rios – impedindo as marisqueiras de utilizar os seus locais de trabalho e vivência, em detrimento da construção de tanques de carcinicultura, projetos de energia, empreendimentos hoteleiros, etc.

Diversos são os problemas socioambientais e fundiários que estes empreendimentos e atividades de desenvolvimento capitalista causam na dinâmica dos ambientes naturais e comunitários. Dentre eles estão a privatização de áreas públicas, expulsão das marisqueiras e pescadoras/es de seus locais de trabalho, bem como a ilusão da promessa de empregos fixos que precarizam a mão de obra e as exploram a salários irrisórios.

Muitos desses grandes projetos e atividades econômicas são regulamentados pelo Estado brasileiro, bem como apoiada por instituições públicas de fomento – a exemplo do Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – demonstrando que a violação dos territórios e corpos de povos e comunidades tradicionais possui o consentimento estatal e são marcadas pela institucionalização da violência decorrente desses conflitos.

Os impactos negativos vão desde a desregulamentação do funcionamento natural do mangue e seu entorno, promovendo desmatamento, avanço das dunas e aprofundamento do processo de desertificação, poluição dos corpos hídricos, salinização de águas doces e diminuição do pescado proporcionalmente à intensificação da violência, exploração, empobrecimento e expropriação dos povos e comunidades tradicionais de seus territórios de vida.

² De acordo com Svampa (2013) esse é um processo que advém da mudança de paradigma entre o Consenso de Washington (base de avaliação financeira) ao Consenso das Commodities (baseado na exportação de matérias primas em grande escala).

1.2 - OBJETIVOS

Portanto, é a partir da prévia exposição da problemática e tema de pesquisa que nos propomos a compreender como os conflitos por terra e água, impactando as comunidades tradicionais da pesca situadas na comunidade de Ilha Grande - São Cristóvão/SE, também reafirmam a lógica patriarcal que violenta estrutural e cotidianamente os corpos e territórios das mulheres marisqueiras.

Para que este objetivo geral seja alcançado através do caminho metodológico adotado, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- Verificar, a partir do modo de vida tradicional, como é desenvolvido o trabalho da pesca artesanal e mariscagem no território das marisqueiras em Ilha Grande - São Cristóvão/SE
- Identificar as principais atividades e empreendimentos que impactam a comunidade tradicional de pesca artesanal e mariscagem situada em Ilha Grande - São Cristóvão/SE;
- Demonstrar como estes empreendimentos e atividades afetam especificamente às mulheres marisqueiras em Ilha Grande - São Cristóvão/SE em suas territorialidades;

2 - METODOLOGIA

Assim como na construção da história do pensamento geográfico, os métodos e caminhos metodológicos para desenvolver uma pesquisa científica também foram sendo pensados e transformados ao longo do tempo e espaço.

De acordo com Triviños (1987) em meados da década de 70, os fenômenos sociais, principalmente na América Latina, ganham maiores explicativas de cunho qualitativo, desafiando a forma de reflexão, até então hegemônica, do pensamento tradicional positivista:

[...] de aplicar ao estudo das ciências humanas os mesmos princípios e métodos das ciências naturais, começaram a elaborar-se programas de tendências qualitativas, para avaliar, por exemplo, o processo educativo, e a propor "alternativas metodológicas" para a pesquisa em educação (Triviños, 1987, p. 16).

Dessa forma, pesquisadores da área de ciências humanas, principalmente na Antropologia e Sociologia, passam também a desenvolver estudos de natureza qualitativa a partir da observação e percepção de que há aspectos da vida dos povos e sociedades que não são, necessariamente, passíveis de quantificação e, portanto, carecem serem lidos e interpretados de maneira outra que a ferramenta estatística positivista proporcionava (Triviños, 1987).

De acordo com Minayo (1994) a pesquisa qualitativa apresenta 5 (cinco) pressupostos acerca do objeto de estudo e suas especificidades, sendo eles:

- a) Sua condição histórica, ou seja, todo objeto de estudo está localizado temporalmente, o que também permite que esteja passível de transformações no tempo;
- b) Todo conhecimento científico é permeado de sentido, este não sendo somente atribuído pela/o pesquisadora/or, mas também pela própria sociedade – que confere também significados e intencionalidades à realidade a que refletem as construções teóricas –;
- c) Ao propor investigações em torno das relações humanas, a/o pesquisadora/or possui uma identidade com os sujeitos pesquisados (mesmo que não seja, diretamente, pertencente ao mesmo segmento social que eles), haja vista que também está inserido no contexto social;
- d) A impossibilidade em se manter a construção do conhecimento neutra, pois este sempre “veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigentes”

(Minayo, 1994, p. 21), logo, é claramente ideológico;

- e) Assim como, o fato de ser essencialmente qualitativo não exclui a possibilidade do uso de dados quantitativos.

Segundo Triviños (1987), também há estudos de base qualitativa dentro do método positivista – este não sendo apenas desenvolvido através de dados estatísticos –, uma vez que as pesquisas fundamentadas nessa leitura de mundo passaram a validar leis gerais acerca das realidades culturais por meio do estrutural-funcionalismo.

Logo, a pesquisa qualitativa pode ser direcionada por diversos e distintos caminhos, seja por meio da leitura positivista, fenomenológica ou marxista. No entanto, o presente estudo está situado em uma visão histórico-estrutural, pois esta proporciona o aprofundamento de processos dinâmicos e complexos da sociedade, privilegiando o conhecimento da realidade a partir da leitura dialética (Triviños, 1987).

Dessa maneira, entendemos que ao apresentar em quais bases se ancora a prática de pesquisa, bem como a forma que esta foi sendo realizada, é preciso elucidar o caminho do pensamento na apreensão da realidade. Portanto, o método científico é o responsável por demonstrar a visão de mundo veiculada através da teoria utilizada na discussão da temática proposta.

A compreensão da realidade se dá tanto pela concepção teórica quanto por meio das técnicas definidas pela/o pesquisadora/or a fim de alcançar os objetivos de pesquisa anteriormente delimitados. Assim, a metodologia explicitada também carrega opções teóricas fundamentais que se prenunciam na compreensão determinada da realidade e dos sujeitos com ela (Minayo, 1994).

A leitura de mundo adotada neste estudo está pautada nas formulações a partir do materialismo histórico e dialético, tendo este em suas premissas a prática social como critério da verdade (Triviños, 1987), justificando, portanto, a escolha da tipologia de observação participante, haja vista que assim, é possibilitada a interação necessária entre teoria e prática, compondo a práxis.

Admitindo preliminarmente duas formas de execução, a observação participante pode realizar-se de maneira natural – quando a observadora pertence à comunidade estudada – ou artificial – quando ela se integra ao grupo a fim de investiga-lo – (Gil, 1999).

Encaixamo-nos na segunda opção, logo, alguns desafios-problemas podem surgir na observação. Isso se deve, pois a pesquisadora é um sujeito externo à dinâmica da comunidade, sendo necessário, portanto traçar uma estratégia de abordagem sensível, cuidadosa e humana

de contato com as mulheres marisqueiras da comunidade estudada.

Portanto, a inserção na comunidade deve ser realizada com cuidado para que paulatinamente seja conhecida a realidade destas mulheres sem que haja grande estranhamento ou deste contato decorram situações que causem constrangimento, dano e até mesmo violências contra as mesmas.

Assim, com a autorização das marisqueiras, acompanhamos parte de seus hábitos familiares e de convivência com os sujeitos e atores inseridos na realidade concreta de seu território, assim como a rotina de trabalho que vai desde a preparação e percurso até chegar ao mangue/rio, a captura até o beneficiamento dos peixes e/ou mariscos e sua comercialização – quando elas se responsabilizam também por esta etapa –.

A escolha da metodologia de observação participante está pautada na possibilidade de acesso a informações – dados – decorrentes das situações habituais que os sujeitos tradicionais da pesca estão envolvidos, assim como a possibilidade de captar, através do convívio, elementos subjetivos e objetivos tanto do comportamento destes quanto da condição em que se encontram em meio à conflitualidade.

A depender do nível de intimidade que se cria com a comunidade, também é possível acessar dados que o grupo considera de domínio privado, próprio do seu núcleo social. Em vista disso, é preciso também estabelecer um consenso junto aos sujeitos estudados do que pode ou não ser exposto na escrita e divulgação do material de pesquisa posteriormente.

Essa metodologia também impõe desafios, inerente às restrições que assume o papel externo de pesquisadora, como por exemplo, o acesso restrito aos diferentes sujeitos que compõem a realidade da comunidade³. Assim, é preciso evitar a tendência à homogeneização do grupo, haja vista que muitas vezes não conhecemos as particularidades que compõem o todo.

A autora de *Gênero, Patriarcado e Violência*, Saffioti (2015), demarca bem que “O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças, são bem-vindas” (Saffioti, 2015, p. 39) e nos lembra da necessidade de reconhecer que mesmo se tratando do sujeito político “mulheres” e do segmento social “marisqueiras” é preciso demarcar as diferenças e desigualdades provenientes das estruturas de classe, raça e até mesmo gênero.

A formação estrutural do Patriarcado-Capitalismo-Racismo (Saffioti, 1987) é uma

³ Haja vista que estamos trabalhando somente com as mulheres marisqueiras, essas sendo apenas uma parte dos sujeitos que compõem as comunidades tradicionais pesqueiras, não podemos inferir que sua condição – que também é heterogênea – diz respeito à totalidade.

chave teórica importante no entendimento de que na sociedade brasileira há um direcionamento histórico e hegemônico em torno da divisão da sociedade em classes, das diferenças étnico-raciais e de gênero convertidas em práticas culturais, políticas, econômicas e sociais desiguais entre os sujeitos.

Logo, as relações sociais presentes nos territórios também estão engendradas por estes pilares de poder que regem pensamentos e demarcam ações que consolidam a subordinação feminina como condição estrutural à exploração capitalista. Assim, valorizamos a particularidade na totalidade.

As marisqueiras sofrem de maneiras distintas as explorações e violências contra seus corpos, significando-as também de diferentes formas, mas não se pode esquecer que as marcas da degradação, poluição, expropriação e apropriação dos territórios pelos atores do capital são vivenciadas pelo conjunto dos sujeitos que sobrevivem da pesca e mariscagem artesanal no contexto de avanço do capital.

Tendo isto em vista, utiliza-se a reflexão dialética do conhecimento para significar a realidade em suas correlações concretas (Carvalho, 2008), analisando-as mediante as contradições, lidas pertinentemente pelo materialismo histórico. Concordamos, pois com Lukács (2015) quando afirma este ser o primeiro método que possibilita:

[...] desvendar a origem real e, por isso mesmo, a essência concreta das categorias de nosso ser de nossa consciência, de explicitar como produtos do desenvolvimento histórico-social as formas de pensamento tomadas em sua imediatez como naturais e eternas (Lukács, 2015, p. 120).

Propomo-nos a percorrer um caminho de método e metodológico que, para além de buscar as causas e consequências dos problemas, seja capaz de realizar transformações a partir do entendimento da realidade em suas “[...] tradições, relações, qualidades e dimensões quantitativas” (Triviños, 1987, p. 125).

Assim, utilizamos como instrumental para que sejam atingidos os objetivos descritos anteriormente, livros, textos e documentos pertinentes à pesquisa bibliográfica e as entrevistas do tipo semi-estruturadas no que consta a pesquisa exploratória, a fim de captar por meio dos conteúdos teóricos, informações e narrativas dos sujeitos tradicionais da pesca e mariscagem não só a descrição aparente dos processos, mas também a essência dos fenômenos observados e estudados.

Assim, concordando com Marconi e Lakatos (2003) que o ato de observar não se resume apenas a ver e ouvir, estando diretamente relacionado à possibilidade de examinar fatos e fenômenos caros ao estudo, afirmamos que as visitas de campo compõem uma etapa

da investigação, porém há uma miríade de formas de aproximar-se do objeto de estudo, sendo também uma delas, a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica realizada neste estudo abrange procedimentos metodológicos que buscam maior compreensão e, até mesmo, solução da problemática analisada – entendendo que o caminho a ser percorrido pode, não necessariamente, resultar em confirmação da hipótese/tese, mas também em sua refutação ou surgimento de outros questionamentos acerca da temática – de maneira ordenada e não aleatoriamente.

Para isso, é preciso reafirmar que toda e qualquer pesquisa se faz a partir da atitude teórica da/o pesquisadora/or que busca compreender processos que ocorrem em permanência e de forma inacabada, acompanhando o movimento – mutável – da realidade. Esta apresenta “uma carga histórica” e exige posicionamentos – contrapondo a ideia de uma suposta neutralidade científica – frente a tal (Minayo, 1994, p. 23).

Ressaltamos que as incursões de campo não são empregadas no intuito de tão-só confirmar o arcabouço teórico utilizado, haja vista que é no contato com o empírico que os processos, relações e consequências mostram-se enquanto possibilidade, sendo a bibliografia ratificada, ou não, pelos sujeitos que vivenciam cotidianamente tal realidade.

É neste sentido que a investigação de cunho histórico-estrutural a partir do materialismo histórico dialético proporciona a observação do fenômeno por meio da sua estrutura íntima, ou seja, não apenas através da aparência, mas também do não visível (Triviños, 1987) permitindo “[...] identificar as forças decisivas responsáveis por seu desenrolar característico” (Triviños, 1987, p. 129).

Na pesquisa qualitativa com raízes no materialismo dialético, como já dissemos, o fenômeno tem sua própria realidade fora da consciência. Ele é real, concreto e, como tal, é estudado. Isto significa enfocá-lo indutivamente. Porém, ao mesmo tempo, ao descobrir sua aparência e essência, está-se avaliando um suporte teórico, que atua dedutivamente, que só alcança a validade à luz da prática social. Em outros termos, o fenômeno social é explicado num processo dialético indutivo-dedutivo. E compreendido em sua totalidade, inclusive, intuitivamente (TRIVIÑOS, 1987, p. 129-130).

Destarte, os procedimentos dentro da pesquisa qualitativa ancorada neste método não ocorrem de forma etapista, uma vez que a coleta de dados muitas vezes acontece em simultâneo à análise dos dados obtidos por meio das entrevistas. Estas, por sua vez, possibilitam no contato entre pesquisador e sujeito pesquisado, o surgimento de novos assuntos e tópicos que demandam tanto aprofundamento quanto os que já estão previstos nas questões do instrumental proposto.

De acordo com Triviños (1987) a entrevista semi-estruturada:

[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (Triviños, 1987, p. 146).

Consequentemente, a opção por esta ferramenta metodológica está pautada, principalmente, na liberdade e espontaneidade proporcionadas ao/a informante para responder as perguntas abertas, trazendo assim, maior detalhamento de informações que avolumam e aprofundam a temática estudada.

No entanto, afirmamos baseados em Triviños (1987) que o fato de as perguntas serem abertas não quer dizer que a entrevista semi-estruturada é elaborada de maneira aleatória, todas as questões “[...] são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa [...]” (Triviños, 1987, p. 146).

Portanto, a partir das leituras realizadas tanto em torno do sujeito político e social ‘marisqueiras’, suas vivências no modo de vida comunitário e tradicional, do trabalho com a pesca e mariscagem quanto sobre as violências decorrentes dos conflitos com outros sujeitos e com os diversos agentes do capital, estruturamos a elaboração das questões em 8 (oito) temas transversais que perpassam o objeto de estudo.

Na primeira parte da entrevista foram coletados dados identificatórios dos sujeitos entrevistados, a exemplo da idade, escolaridade, local de residência, profissões exercidas, se atualmente trabalha com pesca artesanal ou não, bem como se, em algum momento, a pessoa chegou a se afastar de suas atividades laborais – esta pergunta abrange também o motivo pelo qual houve o afastamento, quando ocorrido –.

Em seguida, nos demais tópicos foram elaboradas indagações sobre as origens, tanto da comunidade quanto dos sujeitos em si, estrutura familiar, acesso a serviços na comunidade, relação sujeito/natureza, trabalho na pesca artesanal e mariscagem, conflitos envolvendo sujeitos comunitários e agentes do capital e saúde das mulheres marisqueiras⁴.

Todas as questões elaboradas perpassam estudos teóricos previamente realizados pela pesquisadora e estão passíveis a receber respostas-dados que confirmem as hipóteses e tese explicitada anteriormente nesta seção, que a refutem ou que abram novos horizontes de reflexão e observação da realidade estudada.

⁴ Cada tópico deste possui questões abertas que direcionam o diálogo com as mulheres marisqueiras em torno dos assuntos que abrangem a temática. Para vê-las, ir até a lista de anexos da dissertação.

Dessa forma, tanto as seleções da bibliografia e dos sujeitos entrevistados quanto à formulação de indagações que possibilite abrangência e aprofundamento da temática investigada são de extrema importância ao andamento da pesquisa de maneira que se façam atingíveis os objetivos desta.

Posto isto, para melhor aproveitamento das visitas de campo, as estruturamos em subdivisões de tópicos e grupos. Compreendemos que para melhor visualização da problemática em torno dos conflitos por terra e água que impactam as comunidades tradicionais da pesca em Ilha Grande, São Cristóvão, se fez necessário selecionarmos, inicialmente, a quantidade média de 20 (vinte) mulheres marisqueiras.

Considerando-se que a comunidade é composta por uma população de aproximadamente 60 (sessenta) pessoas (Theodoro, 2022), essa amostra foi pensada preliminarmente objetivando abarcar mulheres que trabalham atualmente com a mariscagem e algumas já afastadas da atividade laboral da pesca, conferindo maior amplitude às questões a serem observadas e analisadas.

Apesar de termos tido que reduzir significativamente o quantitativo de mulheres marisqueiras entrevistadas por conta de uma série de problemas de ordem logística, dentre outras questões, pudemos ao menos perceber a partir das entrevistas realizadas de maneira efetiva, quais as permanências e mudanças ocorridas ao longo do tempo, bem como em meio às diferentes condições – no que consta estrutura e acesso a serviços básicos como educação, moradia, saúde, água e saneamento básico – entre as mulheres marisqueiras através de suas experiências laborais e de vida entre elas.

A maré de anos atrás não é a mesma de hoje, haja vista que o avanço do desenvolvimento capitalista em suas múltiplas faces também se modificou e intensificou no tempo e espaço, ou seja, questões objetivas – de estrutura – e questões subjetivas – de percepção individual e coletiva – também transparecem na narrativa, diferentes nuances da problemática estudada. Em vista disso, diversificamos também a nossa amostra em termos geracionais e na presença, ou não, na atividade laboral da pesca artesanal.

Concordamos com Triviños (1987) quando ele afirma que as etapas concernentes à entrevista se desenvolvem em um processo de retroalimentação, logo, buscamos a partir dos procedimentos metodológicos aplicados, acessar também as lacunas e pontos conflitivos ou divergentes que surgem na fala dos entrevistados, haja vista que a variedade das respostas é crucial na tentativa de compreender as particularidades na totalidade.

Cada visita feita à comunidade, além da entrevista, contou com as anotações provenientes da observação da pesquisadora no diário de campo, bem como registro

fotográfico armazenado em acervo próprio – e utilizado somente mediante a autorização dos sujeitos fotografados, filmados e entrevistados, como contido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP) –.

Todas as entrevistas foram gravadas com o auxílio de um gravador e telefone móvel, deste modo, outra etapa imprescindível consistiu na sistematização e tratamento dos dados obtidos. Triviños (1987) recomenda que:

[...] se a entrevista tiver sido gravada, deve ser imediatamente transcrita e analisada detidamente pelo pesquisador ou equipe de investigadores, antes de realizar outra entrevista com o mesmo sujeito ou outras pessoas (Triviños, 1987, p. 147).

Posto isto, após a transcrição das entrevistas foi realizado o estudo do produto destas a fim de examinar minuciosamente as falas, relatos e narrativas individuais e do grupo sobre aspectos histórico-culturais-sociais que abrangem a temática pesquisada previamente através do suporte teórico da investigadora.

As anotações gerais em diário de campo também contribuem a esta etapa, uma vez que demonstram detalhes observados pela pesquisadora que, muitas vezes, não se fazem perceptíveis na fala das entrevistadas, dando consistência e aprofundando ao material da visita de campo, bibliografia estudada e a consolidação do documento de dissertação apresentado.

Por fim, devido a estarmos lidando com seres humanos e assuntos delicados – como, por exemplo, conflito, violência e violação de direitos das comunidades tradicionais da pesca artesanal – são necessários que todo o caminho metodológico de pesquisa seja construído e percorrido com sensibilidade, cuidado e empatia.

Antes de iniciar a entrevista mesma, o investigador deve estar plenamente convencido da necessidade de desenvolver, no desenrolar dela, todos os elementos humanos que permitam um clima de simpatia, de confiança, de lealdade, de harmonia entre ele e o entrevistado. Isto é essencial para atingir a máxima profundidade no espírito do informante sobre o fenômeno que se estuda. Para conseguir isto, não existem regras que se devam seguir em detalhe. Porém, sem dúvida, são importantes as condições de personalidade do informante e a disposição do cientista para tratá-lo como ser humano, como pessoa. A modéstia, e não a arrogância contribui de maneira singela para que se estabeleça o ambiente que permite a mais ampla expressão de naturalidade, de espontaneidade (Triviños, 1987, p. 149).

Esta é uma opção política que adotamos em nossa postura acadêmica, e, portanto, deve acompanhar todo o percurso teórico e metodológico da pesquisa. Assim, nas seções posteriores, serão expostas observações empíricas, reflexões teóricas, narrativas e análises que demonstram a pertinência em ouvir, referenciar e fazer ecoar as vozes ribeirinhas expressas a partir do trabalho da mariscagem e pesca artesanal.

Desta forma, desvelamos, com a autorização e apoio dos sujeitos que compõem esta investigação, a realidade em suas muitas, e contraditórias, nuances para que possamos pensar uma sociedade culturalmente diversa, a fim de combater a constante tentativa do capital de cultivar monocultivos e envenenar constantemente à diversidade natural da vida.

3 - Por Terra e Água: uma perspectiva histórica da pesca no Brasil

Vista como um laboratório de experimentos políticos de cunho neoliberal, a América Latina tornou-se ao longo dos séculos, palco principal das várias facetas e invenções destrutivas do capital. Nem mesmo as mais terríveis tempestades, serpentes marinhas famintas e monstros que rondavam o imaginário europeu conseguiu barrar a expansão territorial do modelo exploratório capitalista sobre a natureza, homens e mulheres da América.

Os portugueses afirmavam que “[...] o vento do oeste trazia cadáveres estranhos [...]” (Galeano, 2019, p. 29) enquanto, do outro lado do oceano, os povos originários que abrigavam o litoral da América do Sul – sobretudo indígenas – foram os que avistaram ao longe o verdadeiro leviatã⁵ soprar os ventos da destruição em direção às margens do Atlântico.

Por mais que a influência da navegação portuguesa compareça até hoje na história do desenvolvimento das embarcações e formas de desbravar os mares, foram os indígenas, a partir do acúmulo de saberes acerca dos corpos hídricos, que principiaram a maior parte das técnicas de pesca utilizadas desde o período colonial (Silva, 1988).

Um bom exemplo disto é que mesmo no século XVIII, após alguns avanços nas técnicas de navegação e pesca, “[...] a jangada continuava sendo o veículo fundamental da pesca marítima e de transporte” (Silva, 1988, p.37), este sendo um instrumento utilizado desde antes da chegada dos portugueses, pelo povo Tupinambá localizados no litoral do Nordeste – região onde surgiu a maioria dos povoados de pescadores neste período –.

Simultâneo, e decorrente do vigorante regime de fome ao quais os negros escravizados estavam submetidos, os mangues e rios, que hoje nomeamos berçário de espécies estuarinas e marinhas, tornavam-se verdadeiras mães dos filhos órfãos de alimento: “[...] o negro escravo sustentava a si próprio, [...] pescando nos mangues e nos rios. Ou pescava por profissão, sendo para isto explorado por seu senhor” (Silva, 1988, p. 30-31).

Dessa forma, a vida dos pescadores artesanais no Brasil remete, desde o período colonial, aos conflitos onde emergem distintas – e antagônicas – intencionalidades, expressas sobre a dinâmica de uso das águas marinhas e fluviais nos territórios. Um exemplo histórico que expressa essa realidade é a construção dos currais de peixe na costa nordestina.

Esta era uma técnica considerada nociva à biodiversidade marinha e à conservação

⁵ O leviatã, do latim *Leviathan*, é uma espécie de monstro marinho do caos primitivo, mencionado na Bíblia a partir do livro de Jó e representado na mitologia fenícia. Também se torna conhecido desde a metáfora que dá o título da obra “O Leviatã” escrito por Thomas Hobbes (1651). Neste sentido, retomamos a simbologia deste ser mitológico, evocando o sentido de bestialidade, para nos referirmos ao caráter destrutivo do capitalismo – baseado na violência e exploração dos povos que viviam também da pesca no momento histórico descrito acima – desde sua forma mercantil exportada para o litoral brasileiro junto às caravelas.

das costas pertencentes a Portugal através do decreto régio de 3 de maio de 1802. Contudo, desde meados do século XVIII, até os dias atuais, – mesmo mediante as leis que proibiam ou exigiam novos parâmetros para sua construção – os currais de peixe nunca deixaram de existir. Em suma, o procedimento consistia no cercamento de um sítio à beira mar – portanto, envolvendo propriedade de água e terra – com estacas (Silva, 1988).

Vale ressaltar que os currais pertenciam somente a uma pessoa – que coincidiam com os donos das terras circundantes – ou a mais de uma pessoa através da política de sociedade ou “meia”⁶. Estes proprietários, por meio do arrendamento dos currais aos pescadores despossuídos, exploravam sua mão de obra a custo do recebimento de todo o pescado obtido ou da quantia de dez mil réis – variando conforme a condição produtiva da localidade – (Silva, 1988; Freyre, 1985).

Assim como o arrendamento de partes do mar para a produção nos currais de peixes, também se arrendava aos pescadores, pequenos lotes de terras circundantes a fim de estes poderem levantar cabanas de moradias próximas ao trabalho. O pagamento para esta falsa regalia, era de 12 vinténs por ano e por coqueiro existente na propriedade.

Cada vez mais os “curraleiros” aumentavam suas cobranças em torno do uso das praias, acirrando assim, conflitos de intencionalidade pelo uso das águas com os pescadores despossuídos, sobreviventes da pesca artesanal. Estes se revoltaram contra as inúmeras violências sofridas, resistindo às exigências impostas com o não pagamento da renda dos currais e dos sítios aos proprietários.

Assim, a leitura das linhas da história demonstra o quanto Martins (1994) estava correto ao afirmar que “[...] na verdade, a questão agrária engole todos e tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (Martins, 1994, p. 12-13), revelando assim, que a questão agrária permanece e avança também sobre a posse – por meio do direito ao uso, seja coletivo ou privado – das águas.

Ao passo que nos concentramos em compreender a história da formação territorial do Brasil através dos ciclos produtivos da agricultura, esquecemo-nos de ressaltar a importância que, desde esse período, a pesca artesanal exercia na economia colonial. Segundo Silva (1988) existia pelo menos três formas de desempenhar a atividade, sendo elas: a) Pelos escravos após a sua jornada de trabalho (principalmente nos engenhos de cana de açúcar); b) Pelos escravos que pescavam e comercializavam no mercado de peixe, sendo assim explorados por seus senhores; c) Pelos pescadores livres, sobretudo indígenas, que vendiam

⁶ Conforme o pedido de licença endereçado à Câmara do Recife em 19 de outubro de 1816 se estabelecia a política de “meia”, consistindo no pedido de licença que um proprietário solicitava para construir um novo curral em parceria – a designada “meia” – com outra pessoa. Vale ressaltar que não há registros de pescadores como donos de currais.

os peixes no mercado ou nos engenhos.

Dessa forma, o mangue, os rios e o mar eram territórios que proviam o sustento aos povos indígenas e negros escravizados – seja na forma de subsistência ou de comercialização, no sentido de troca nos mercados por outros produtos necessários – mas também, haja vista sua grande funcionalidade produtiva, são territórios atravessados por relações conflituosas entre – e intra – sujeitos e classes sobre o uso desse bem natural, convertido pela lógica do capital, em recurso.

De acordo com De Paula (2020) existe uma distinção, de natureza teórica – e destacamos, que também, de leitura de método –, entre os estudos em torno dos impactos ambientais, das disputas no território e dos conflitos por território, mesmo que os três caminhos evidenciem na prática, o avanço e aprofundamento da territorialização do capital nas comunidades pesqueiras.

A primeira perspectiva diz respeito aos impactos ambientais provocados por atividades econômicas que carregam a marca da industrialização, urbanização, agricultura e pesca industrial, resultando muitas vezes na tentativa de extinção dos territórios tradicionais que sobrevivam da pesca artesanal. A principal categoria a ser estudada é, portanto, o ambiente.

Já o estudo das disputas sobre e no território salientam as categorias analíticas ambiente e território, uma vez que por meio das ações e atividades neste se manifesta a apropriação dos recursos ambientais por sujeitos de intencionalidades, modos de produzir e de viver antagônicos, ressaltando também, a existência de relações de poder no território. Essa disputa se dá principalmente entre os sujeitos da pesca artesanal, e os atores da aquicultura, pesca industrial, pesca comercial e hidrelétricas (De Paula, 2020).

Mudam-se os atores, mas não se modifica a lógica – do capital –. Dessa maneira, o atual modelo econômico mineral-agroexportador instaurado no Brasil é responsável por dar continuidade à carga histórica de espoliação, exploração e expropriação tanto da natureza quanto das comunidades que dela retiram seu sustento por meio do trabalho tradicional nos territórios.

Esses estão permeados por diversos conflitos, sendo este o foco do nosso estudo, que ocorrem por meio da tentativa de apropriação do território tradicional por atividades econômicas que possuem relação direta com questões fundiárias, construção de unidades de conservação, turismo e especulação imobiliária. (De Paula, 2018A).

Portanto, valorizando o conhecimento acerca da história de construção do município de São Cristóvão, o próximo capítulo trará a discussão acerca dos aspectos socioeconômicos,

históricos e geográficos desde o período da invasão colonial, a fim de demonstrar a indissociabilidade do território-terra e do território-água tanto na perspectiva da conquista territorial quanto para o desenvolvimento da identidade social e cultural dos sujeitos pertencentes às comunidades tradicionais pesqueiras desta cidade.

4 - As terras banhadas pelo Vaza-Barris: Aspectos Geográficos e Históricos de São Cristóvão/SE

*“A natureza confirma a sabedoria que dela é íntima;
Fez das pedras à beira do Vaza-Barris;
obstáculo aos olhos gordos, que procuravam ancorar grandes barcos;
e saquear os frutos da terra e das águas;
Ao mesmo tempo em que concedeu a matéria-prima para abrigar o seu
povo;
Como uma mãe que sobre o manto de suas marés;
acolhe os filhos e os alimenta de seu seio-seiva”
Poesia de autoria própria.*

Carregado de significado, o estado de Sergipe traz em seu próprio nome, a ancestralidade do povo originário: os indígenas. Entendendo que a história conta sobre as marcas que o tempo produz através dos passos que transformam o espaço, retomar a memória do Cacique Serigy⁷ nos remonta a aspectos fundamentais de nossos territórios.

Sergipe, nome originário do tupi-guarani *si'ri ü pe*. Seu significado revela a forte presença das águas – e biodiversidade presente nestas – no território: “no rio dos siris”. Cirizipe ou Cerigipe significa “ferrão de siri” e antes de intitular o nosso estado, nomeou um dos cinco caciques que resistiram ao processo de dominação portuguesa. Em seu nome podemos retomar parte da herança dos povos que tanto sofreram com a colonização que tentou por meio do genocídio, extingui-los (Santos, 2015)

Contudo, é em meio à destruição e caos que brota o imperativo da resistência e assim – em sua expressão sobre várias formas – os povos indígenas não puderam ser esquecidos. Seja na toponímia do nosso estado ou nos muitos costumes provenientes desta cultura herdada e exercida até hoje no trabalho e cotidiano das comunidades tradicionais, sobretudo as pesqueiras, que eles serão sempre lembrados, estarão sempre vivos.

Conta-se na historiografia local, que nas terras banhadas por sangue e resistência indígena foi construído um forte, próximo à foz do rio Sergipe, mais especificamente próximo à faixa de terra que o interliga ao rio Poxim: este local foi nomeado de São Cristóvão (Silva, 2018).

Esse topônimo traz consigo as marcas da história da colonização brasileira, uma vez que possui intrínseca relação com a figura responsável por “partilhar”⁸ entre sua família – mais especificamente com o filho, haja vista que só homens poderiam ter aposse da terra nesta

⁷ O Cacique Serigy, importante personalidade na história do estado de Sergipe, foi um dos responsáveis por comandar a resistência à colonização. Ele liderou os indígenas de sua comunidade durante quase três décadas, até o momento da conquista portuguesa em 1590, quando foi fundada a Capitania de Sergipe Del Rey (Santos, 2015).

⁸ Na falta de um sinônimo mais adequado para utilizar-se nesta fase, mas com o sentimento de que, reafirmamos e fincamos neste escrito a não neutralidade do pensamento científico, utilizamos as aspas, pois acreditamos que a romantização no abrandamento da palavra ‘partilha’, encobre parte do que foi, em essência, a divisão das sesmarias em capitanias hereditárias no período colonial e na história de formação do território brasileiro: o processo de concentração fundiária criando e aprofundando cada vez mais a segregação, marginalização, desigualdade e miséria que acomete mulheres, pretos e pobres até os dias atuais.

época – a nova capitania (Silva, 2018).

Então, a partir disto, Cristóvão de Barros destinou o cargo de capitão-mor da capitania de Sergipe a um homem, Thomé da Rocha, para que fosse estruturada uma vila colonial onde se concentraria toda estrutura político administrativo – localizada na parte da “cidade alta”⁹ como o é até os dias atuais –.

A escolha desta localidade para essa função possui intrínseca relação com o estabelecimento de um controle mais eficiente das vias de comunicação, adaptando-se às condições topográficas acidentadas que possibilitava a manutenção de “[...] ligações entre locais de maior interesse no cotidiano do lugar. Assim, uma constante no ordenamento de tais centros era a valorização das praças como pontos de grande importância” (Silva, 2018, p. 54).

Com o título de quarta cidade mais antiga do país, a história de São Cristóvão segue as fatalidades desenhadas pelo processo de colonização do Brasil. Com o intuito de firmar um local que facilitasse o controle do território sergipano pelas nações invasoras – holandesa, espanhola e portuguesa –, a primeira capital de Sergipe foi instituída em São Cristóvão.

Esse feito se deu, principalmente, devido a seu relevo favorável à visualização de todo o território: São Cristóvão – especificamente a sede – é conhecido por possuir uma paisagem com muitas vertentes, ou seja, o município possui uma topografia acidentada que conforma o morro da Cidade Alta com a Cidade Baixa às margens do rio Paramopama.

Entendendo que a produção do espaço acontece no desenvolvimento do tempo, afirmamos que a fragmentação dos conglomerados urbanos coloniais entre cidade alta e cidade baixa não ocorreu no mesmo período histórico, bem como ressaltamos que cada um desses lugares também possui funções díspares (Silva, 2018).

Ao pensarmos o espaço no tempo, na maior parte das vezes, as cidades altas se desenvolveram previamente, levando em conta que esses eram lugares onde se concentravam funções administrativas, de residência – em menor intensidade, somente da população mais abastadas – e militares que serviam aos interesses de um grupo reduzido. Já as cidades baixas, geralmente, surgem no intuito de desencadear o desenvolvimento do comércio e atividades marítimas, como é o caso de algumas ilhas e comunidades pesqueiras e de mariscagem em São Cristóvão até hoje.

Ao longo do tempo, devido ao movimento de invasão dos neerlandeses a localização do município foi mudando¹⁰, até o momento em que se firmou onde se encontra até os dias

⁹ A paisagem de São Cristóvão, referenciando Bonjardim e Vargas (2010) “[...] é típica do período colonial brasileiro, plena de rugosidades de um tempo que não existe mais: a parte antiga da cidade está localizada no topo de uma colina, com muitas igrejas, casarões antigos, ruas estreitas, largos e ladeiras. Essa cidade se desenvolveu segundo o modelo urbano português, em dois planos: a cidade alta, com a sede do poder civil e religioso, além dos casarões da aristocracia da época, e a cidade baixa, com o porto, as fábricas e a população de baixa renda” (Bonjardim; Vargas, 2010, p. 196).

¹⁰ Na bibliografia estudada não é explicitado o motivo central destas mudanças de localização, porém, de acordo com Varnhagen (1927) este feito ocorreu inúmeras vezes devido à topografia do terreno em que o futuro município se situava. Portanto, as ladeiras de São Cristóvão representavam uma verdadeira “espada de dois gumes”, sendo favoráveis ao controle do território pelos invasores estrangeiros, também deixavam expostos e

atuais: à margem do rio Paramopama.

Além da história que remonta o passado colonial e nos relembra as estruturas de poder que construíram a sociedade brasileira como um todo, também existe uma miríade de histórias locais que através da oralidade retratam o imaginário popular bem como aspectos do cotidiano de nosso estado e município.

Um bom exemplo é o mito de que a resistência e ira do Cacique Serigy – e de todo povo indígena – em ter sido expulso de seu território, foi responsável por criar uma maldição: de que as terras entre os rios Vaza-Barris e Sergipe, nunca mais dariam bons frutos. Por sua vez, o município de São Cristóvão – localizado a leste no estado de Sergipe – nos conta outra versão da história. Situado sobre uma colina acima do rio Vaza-Barris, mais especificamente à margem do rio Paramopama – um de seus afluentes – que:

[...] traduz-se no elemento mais marcante na paisagem, pois corta o município já próximo a sua foz com terraços e planícies fluviais bem demarcados e ilhas predominantemente dominadas por manguezais. Por sua posição próxima ao litoral o relevo suave ondulado e dissecado em colinas e interflúvios tabulares domina a paisagem, assentado sobre solos do grupo Barreiras (terciário) (Torres, 2014, p. 52).

No século XVI a maior parte da produção são cristovense concentrava-se na faixa litorânea e estava atrelada aos engenhos e currais de gado (Silva, 2018). Em decorrência da fertilidade das terras banhadas pelo Cotinguiba em confluência com o rio Paramopama, em meados do século XVII, a cultura canavieira – de acordo com Simas Filho (1980) existia 32 engenhos de açúcar em São Cristóvão na época – foi ganhando espaço juntamente à produção de algodão.

Não é difícil adivinhar que, mesmo que a metrópole tentasse proibir que grandes potentados fossem construídos, as terras herdadas das capitanias hereditárias, davam lugar à concentração de extensas propriedades rurais nas mãos de poucos proprietários, que, conseqüentemente, detinham o poder não só sobre a terra e a economia local, mas também sobre a vida política-administrativa destes territórios.

As culturas produzidas nessas longas extensões de terra deram origem à boa parte da construção de sobrados e casarões em São Cristóvão, posteriormente expandindo-se significativamente no sentido oeste, delimitando a vindoura área urbana que se desenvolvia em direção à cidade baixa – local de fluxo das mercadorias –.

Após, quando São Cristóvão foi elevado ao posto de cidade – em meados de 1820, acompanhando a independência da capitania de Sergipe em relação ao domínio da Bahia – a zona de expansão realoca-se da área administrativa para a cidade baixa, que passa a aglutinar

mais expressivamente tanto o setor de moradia quanto de comércio, devido à neste também se localizar os portos da cidade.

Na cidade baixa os portos não comportavam embarcações de grande porte, haja vista que a própria dinâmica natural¹¹ dos atracadouros dificultava o acesso dos navios com cargas maiores. Fazendo jus a esta realidade, o porto, bem como o povoado onde se localiza, chama-se, respectivamente, “Porto das Pedras” e “Pedreiras”.



Figura 2: Porto das Pedreiras atualmente. Fonte: acervo próprio.

Assim situa-se a justificativa principal para a transferência da, até então, capital de Sergipe para outra região que comportasse a construção do porto a fim de facilitar o escoamento da produção açucareira no estado, tendo em vista a falta de cursos d'água com capacidade de navegação para embarcações de grande porte em São Cristóvão. Logo, a capital é transferida para Aracaju.

Essa retrospectiva demonstra que muito do aspecto histórico de São Cristóvão se

¹¹ Por existir muitas rochas ao longo do leito do rio, acumulando-se ao fundo e nas margens, os navios muito pesados não conseguiam navegar e, portanto, não realizavam a função de transportar as mercadorias a longas distâncias.

desenvolveu através do movimento das águas. É assim que nas imediações do encontro entre o Rio Vaza-Barris e seu afluente, o Rio Paramopama se anuncia as maiores riquezas do município.

Portanto, a biodiversidade se expressa nos mais diversos artigos presente na economia são cristovense, proveniente das terras e águas trabalhadas por inúmeras comunidades que lá residem. Entre os produtos podemos citar na agricultura a produção de frutas como a mangaba, coco da baía, manga e banana, de grãos como o feijão e milho, raízes como a mandioca, etc (Sergipe, 2002).



Figura 3: Produção de mangas e cultivo de bananas em Ilha Grande/São Cristóvão. Fonte: acervo próprio.



Figura 4: Cultivo de coco verde, Ilha Grande/São Cristóvão. Fonte: acervo próprio.

Também há presença da agropecuária com a criação de aves em grande escala comercial, gado de corte, leite e suínos por pequenos produtores, mas este local é conhecido por sua produção na área da pesca artesanal, sendo responsável por abastecer com peixes e mariscos, não só o território de São Cristóvão, como também a atual capital de Sergipe, Aracaju (Sergipe, 2002).



Figura 5: Criação de galinhas em Ilha Grande/São Cristóvão. Fonte: acervo próprio.

Assim, o município se torna, desde muito longe na história, lar de inúmeras comunidades que sobrevivem da pesca e mariscagem. Esse dado não é somente relevante a este estudo devido à temática abrangida, mas sim, pois a massiva presença de comunidades de pesca e mariscagem no território banhado pelo rio Vaza-Barris demonstra a grande biodiversidade existente tanto no que consta a fertilidade de suas terras, quanto de suas águas.

Haja vista que só há pescador e marisqueira onde há peixe e marisco, decorrente da grande incidência de mangues e rios, São Cristóvão abriga uma expressiva população que pesca, coleta, cultiva, beneficia e vende sua produção de mariscos e peixes. Os principais produtos coletados são o siri, aratu, massuni, peixes e camarão.



Figura 6: Massunin coletado em Ilha Grande/São Cristóvão. Fonte: acervo próprio.



Figura 7: Peixes pescados no rio Vaza-Barris por pescadores e marisqueiras em Ilha Grande/São Cristóvão. Fonte: acervo próprio.



Figura 8: Camarões catados em Ilha Grande/São Cristóvão por marisqueiras locais. Fonte: acervo próprio.

De acordo com a espacialização realizada pelo Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), São Cristóvão localiza-se na região central do litoral de Sergipe, abrangendo as seguintes comunidades tradicionais de pesca: Apicum, Arame I, Arame II, Caípe Velho, Carmo/Coqueiro, Colônia Miranda, Ilha Grande, Loteamento Lauro Rocha/Sede, Pedreiras, Rita Cacête e Tinharé.

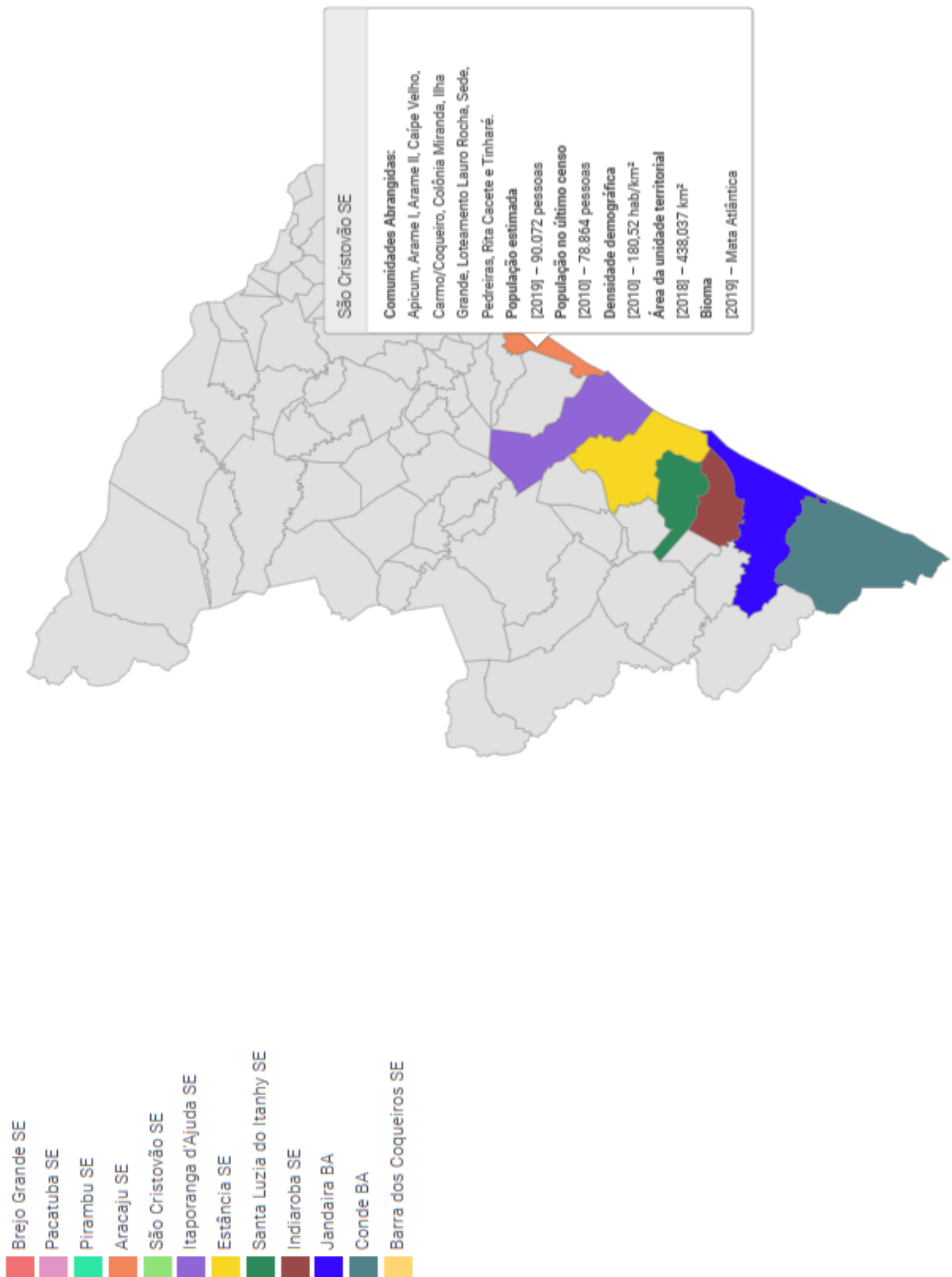


Figura 9: Mapa da zona de abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). Fonte: PEAC.

Essa localização reafirma que São Cristóvão, além de ser um município com grande disponibilidade de recursos hídricos em seu território, é composto por inúmeras famílias que se identificam, e diferenciam-se, culturalmente como povos de comunidades tradicionais que trabalham com pesca artesanal e mariscagem, logo, sendo um lócus de estudo que também foi selecionado tendo em vista a relevância à temática estudada.

A seguir iremos discutir, inclusive, quais são as características que demarcam essa identidade para os próprios povos tradicionais da pesca, bem como as especificidades de gênero em torno da identificação das mulheres como marisqueiras e não somente enquanto pescadoras artesanais – demarcando com isso, também, a forma diferenciada de se relacionarem com a natureza frente ao avanço do capital em seus territórios, gerando o movimento da conflitualidade –.

5 - Trabalho e Mulheres das águas: caracterização do sujeito histórico, social e político “Marisqueiras” frente à conflitualidade

Os sujeitos da pesca possuem intrínseca afinidade com a natureza. Dessa maneira, o ser pescador não está somente relacionado com a caracterização de seu trabalho, mas sim com a defesa de um modo de vida. Sejam designados a partir da terminologia artesanal ou tradicional, as comunidades de pesca e mariscagem guardam conhecimentos ancestrais e técnicas que são repassadas através da oralidade de forma geracional.

A definição de pesca artesanal se opõe a outra tipologia deste mesmo trabalho – que se dá por bases ideológicas e produtivas antagônicas –: à pesca em larga escala, que utiliza tecnologias sofisticadas e envolve investimentos que não estão acessíveis – intencionalmente – às comunidades pesqueiras (Platteau, 1989).

Antagônico à classe capitalista, o trabalho da pesca artesanal é apresentado – a partir dos moldes de compreensão do capital acerca do modo de produzir, do volume e circulação das mercadorias – enquanto uma atividade de baixa produtividade e taxas de rendimento (FAO, 1975; Lawson, 1977; Smith, 1979).

Responsável pela subsistência de muitas brasileiras/os, a pesca artesanal é ressaltada por sua capacidade de resistência em meio às intempéries advindos da degradação promovida pelo modo de produção capitalista nos territórios que vivem os povos de comunidades tradicionais, pois consegue, mesmo assim, ajustar-se rapidamente às mudanças ambientais decorrentes dessa problemática (Durand et al., 1991).

As especificidades desta atividade consistem em considerar tanto os fatores políticos e sociais quanto econômicos, institucionais e ambientais de cada local. Os instrumentos e estratégias desde a captura até o beneficiamento dos peixes e mariscos atendem primeiramente a disponibilidade de recursos nos territórios, de forma que a demanda não atinja negativamente a própria dinâmica da natureza (Diegues, 1983). Logo, os ambientes empregados com fins à pesca artesanal são utilizados comumente como indicadores de qualidade ambiental, gerando a conservação dos recursos pesqueiros nestes (Catella et al., 2012).

É, portanto, nos manguezais que as histórias de muito suor são escritas por cabeças, pés e mãos femininas que guardam saberes, mitos, contos e cantos entrelaçados às águas. As mulheres marisqueiras têm suas vidas interligadas a esse ecossistema complexo que dá o alimento, dignidade e sustento às suas famílias e comunidades.

Estes saberes não se encontram em altos níveis de escolaridade, mas possuem raízes fortes na relação subjetivo-objetiva, tradicional e familiar que ao longo de anos de observação e empiria, valoriza a natureza a partir do uso comum, respeitando a sua dinâmica cíclica. Ou

seja, é preciso enaltecer que a cultura está presente no modo de fazer e viver a pesca artesanal nestes territórios.

A rotina dessas mulheres é ditada pelo ritmo das marés. Entre cheias e vazantes, as marisqueiras observam quando está propício para pescar ou mariscar. A canoa só pode ir até onde as águas avançam e as pernas por onde conseguem abrir caminho entre a lama. Têm, portanto, balizado na natureza os horários de cada atividade que desempenham.¹²

Geralmente têm como rotina comum percorrer longas distâncias até encontrarem os pontos de coleta dos mariscos. Esse é um fato que tem se aprofundado, uma vez que os diversos atores do capital constantemente atuam cercando as áreas historicamente designadas para uso comum, dificultando e cerceando o acesso a rios, mangues e locais de trabalho dessas mulheres.

Juntamente à questão da apropriação de frações de natureza, está a redução da água potável no mundo e a liberalização comercial, assumindo proporções avassaladoras para toda a sociedade, mas principalmente, para os que dependem diretamente da biodiversidade proveniente deste bem natural. A partir do contexto de expansão de fronteiras de mercado, a água é mercantilizada, privatizada e, conseqüentemente, se torna cada vez mais escassa.

Além da escassez, a contaminação dos corpos hídricos tanto pelos setores de especulação imobiliária, turismo e redes de hotelaria, bem como os agrotóxicos e químicos despejados nos viveiros de carcinicultura em contato com as águas e mangue também diminuem cada vez mais a quantidade de pescado e mariscos disponíveis nos locais onde as marisqueiras geralmente trabalham.

Essa realidade nefasta é também reforçada a partir da compra de fontes de águas minerais nacionais por empresas transnacionais – a exemplo da Danone, CocaCola, Nestlé, Pepsi e etc. – que movimentam mais de 40 bilhões de dólares por anos no ramo de água (Arantes; Guedes, 2010).

Outro segmento de atores do capital que atuam na privatização da água no Brasil está presente nos projetos de irrigação carreados pelo agrohidronegócio, construção de barragens e hidrelétricas, transposição de rios e a atividade de carcinicultura.

Todas estas atividades de desenvolvimento capitalista afetam negativamente as comunidades tradicionais pesqueiras, mas as mulheres sofrem de maneira específica, haja vista a construção histórica da sociedade ocidental patriarcal que hierarquiza e valoriza os

¹² Por exemplo, é a partir do momento em que a água do rio vai se afastando do mangue que as marisqueiras conseguem catar os aratus, que saem dos buracos atraídos pelo canto delas. Esses animais geralmente vêm à superfície em busca de alimento. Nos períodos em que não há o que catar no fluxo das marés, as mulheres adiantam os trabalhos domésticos de cuidado com filhos, casa e beneficiamento do que foi coletado em dias anteriores.

seres humanos em razão de seu sexo.

Envolvidas no cuidado com os domicílios e família, as mulheres são as principais envolvidas na gestão doméstica da água, assim, tendo maior entendimento da indispensabilidade deste bem natural para a manutenção da vida nos territórios. São elas as responsáveis por transportar, armazenar e utilizar – de maneira a refletir o bem comunitário – a água. Dessa forma, também se envolvem diretamente na resistência a propostas com vistas à privatização, mercantilização e degradação dos ambientes naturais.

As mulheres do campo e das cidades, indígenas, negras e ribeirinhas sofrem, portanto, cotidianamente, tanto as investidas do capital na tentativa de territorializar-se e/ou monopolizar os territórios tradicionais pesqueiros, quanto ao fardo de ser mulher negra em uma sociedade marcada pelo patriarcado e racismo ambiental orientado pelos grandes projetos de desenvolvimento capitalista.

Logo, a realidade de violação dos direitos das comunidades tradicionais pesqueiras, também adquire uma marca condicionante de gênero, haja vista que especificamente a mariscagem – atividade na qual debruçamos as análises desta pesquisa – é considerado um trabalho eminentemente desempenhado por mulheres, representando 54,99% deste segmento social (BRASIL, 2012).

Aqui falamos não somente de sujeitos em razão de seu sexo, mas também de seu trabalho, e assim, consideramos esta uma categoria central no estudo. Entendemos que “Somente o trabalho tem na sua essência ontológica um claro caráter de transição: ele é essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica” (Lukács, 2013, p. 44).

Portanto, para se extrair o fruto da natureza, é necessário trabalho. Há algumas formas – antagônicas, inclusive – de transformá-la, sendo a pesca e mariscagem desempenhada de maneira artesanal, uma forma de apropriação da natureza a partir do sentido comunitário – vista não como recurso, mas bem comum – e não pela propriedade individual, mas uso coletivo.

Posto isto, essa maneira de compreender a natureza pressupõe que não há um binômio sociedade-natureza, mas que os sujeitos que dela vivem são parte constituinte da mesma. Assim, o trabalho desempenhado traduz-se no elo relacional sociedade/natureza, haja vista que “[...] as necessidades biológicas do ser social satisfeitas, ao mesmo tempo que, através do modo de vida, constrói-se a identidade pelo trabalho” (Nunes APUD Marx, Engels, 2007, p. 20).

Ou seja, as marisqueiras carregam consigo não tão somente a marca de gênero – do

ser mulher em determinada sociedade – mas também são diferenciadas socialmente através do seu trabalho. Este, fala do sentido que os elementos como a maré, o rio e o mangue possuem enquanto construtor de identidades e histórias. Essas mulheres entrelaçam não somente seus corpos na lama, mas também seu cotidiano e (sobre)vivência. É da labuta nas águas que, a partir de saberes ancestrais, o contato direto com a natureza opera um sentido de totalidade existencial – articulador de sentir e agir –.

Assim, tampouco esta é apenas uma questão conceitual, pois é preciso delimitar o sentido do trabalho ontológico e diferenciá-lo do trabalho mercador para que se faça notável o antagonismo entre o modo de vida artesanal dos pescadores e marisqueiras e a lógica do capital. Esta última tem seu sociometabolismo (Mészáros, 2002), na ordem de reprodução que está, justamente, no uso da natureza em virtude do valor de troca – ignorando totalmente, ou parcialmente quando conveniente para a continuidade de seu desenvolvimento, a preservação ou conservação¹³ da natureza –.

Visto como “coisa de mulher”, ou seja, constantemente negado, o trabalho das marisqueiras está às margens patriarcais que baseiam a lógica predatória do capital sob a natureza e seus corpos. A expressão da hierarquia dos gêneros é reproduzida através das relações de poder e traduzida nas desigualdades históricas, portanto, socialmente construídas.

Essa realidade se expressa por meio da negação da condição específica de mulher em uma sociedade claramente generificada¹⁴. Com cotidianos mesclados entre as jornadas como donas-de-casa e trabalhadoras da pesca artesanal, elas lutam para acessar direitos trabalhistas, previdenciários e as políticas públicas que cabem à sua condição de marisqueiras – ainda há o predomínio do reconhecimento e poder aos pescadores homens nas colônias e espaços públicos, como o mar –.

Levando em consideração a pesca extrativa – que pode se dar tanto em escala artesanal quanto industrial, localizada no mar ou em águas continentais – os dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA, 2007) afirmam que a produção total de pescado do Brasil decresceu em 3,2% no ano de 2007 – totalizada em 243.210,0 toneladas, representando 22,7% da produção total –. Deste quantitativo, a região Nordeste produziu 68.497,0 toneladas, apresentando crescimento de 1,5% comparado ao ano de 2006, representando 28,2% da produção de pesca continental do país.

¹³ A diferença entre conservação e preservação está prevista nas leis brasileiras. A primeira diz respeito à proteção dos recursos naturais a partir de um uso que não degrade os mesmos, no sentido de que haja uma garantia da existência futura destes. Já a segunda visa à integridade de forma perene indicando a “intocabilidade”. Geralmente é realizada a preservação quando há potencial perda de biodiversidade, seja de espécies em extinção ou de todo ecossistema ameaçado.

¹⁴ Sentido de que a sociedade, em dado espaço e tempo, esteve – e ainda assim o é – organizada em torno das significações de gênero, sendo este a construção social e histórica do que é considerado ser mulher e homem. As características construtoras do gênero estão passíveis a mudanças nas diversas sociedades e tempos históricos, logo, não pode ser entendida enquanto categoria analítica homogeneizante.

O estado de Sergipe, como se pode observar na tabela abaixo, possui expressividade tanto na pesca extrativa artesanal continental, quanto na captura de mariscos e crustáceos, sendo, portanto, um território marcado pela presença dos sujeitos tradicionais.

Parte considerável deste trabalho é executada por mulheres, de acordo com José Fritsch (2004) estas representavam 24,35% do registro geral da pesca e mais de 25% desta atividade produtiva também é desempenhada por elas. A contribuição desta produção não está explícita apenas no mercado, mas também se expressa na garantia de sobrevivência das famílias que vivem da pesca e mariscagem.

Dessa forma, as mulheres que efetivam a labuta de pescadoras e marisqueiras experienciam o trabalho de maneira específica, haja vista que também são as responsáveis pelo trabalho doméstico de manutenção e cuidado de suas famílias e, conseqüentemente, das comunidades.

Elas lutam cotidianamente por acesso às colônias de pescadores e ao próprio território, haja vista que diversos atores do capital ameaçam a possibilidade destas adentrarem as áreas de uso comum, como rios e mangue, por reconhecimento dos direitos trabalhistas, previdenciários e de crédito, assim como exigem a consolidação de pautas básicas como educação, moradia e saúde (Massena de Melo, 2006).

Quando considerado a partir da ontologia, o trabalho para Lukács (2012) transforma a/o trabalhadora/or e a natureza de maneira que o ser social não se dissocia desta, não há como conceber o sujeito sem natureza. Não há marisqueira, sem mangue. Em contrapartida, há a constante tentativa de territorialização do modo de produção capitalista nos territórios tradicionais seja por apropriação de terras e águas, via cercamento de corpos hídricos, ou por instalação de megaprojetos econômicos e de desenvolvimento.

Conseqüentemente, é na desregulamentação do funcionamento natural do mangue e seu entorno, promovendo desmatamento, avanço das dunas e aprofundamento do processo de desertificação, poluição dos corpos hídricos, salinização de águas doces e diminuição do pescado que se intensifica a violência, exploração, empobrecimento e expropriação dos povos e comunidades tradicionais de seus territórios de vida.

Logo, entendendo que “Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens” (Marx; Engels, 2007, p.35) é que a determinação em torno do trabalho alienado ou do que considera as necessidades humanas é a forma de intercâmbio com a natureza.

Por isso, compreendendo que as marisqueiras ancoram a sua atividade laboral na lógica do trabalho ontológico, estabelecendo relação direta e respeitosa aos ciclos e tempos da

natureza, é que se consegue entender os limites desta para com a lógica de dominação presente no trabalho alienado.

O modo de produção capitalista para desenvolver-se precisa dominar frações de natureza e explorar a mão de obra dos que estão livres de toda a propriedade, e, portanto, estão aptos a vender seu trabalho em troca de salário. O uso da natureza faz-se valer em torno dos valores de troca, logo, esta é exteriorizada do sujeito.

Já o modo de vida das comunidades tradicionais tem como pressuposto o trabalho em seu sentido ontológico – em mediação com a natureza – realizado através de relações familiares e de vizinhança, logo, coletivas, de forma a priorizar o valor de uso em detrimento do valor de troca.

Neste caso, o trabalho da pesca artesanal constrói sociabilidades distintas – e antagônicas – à lógica do capital, haja vista que essa atividade não implica, necessariamente, o assalariamento, pois “[...] a natureza não é algo fora de suas vidas e sim lugar de vida, e faz com quem esses trabalhadores e trabalhadoras resistam cotidianamente vivendo da pesca frente a todas as dificuldades impostas, nas áreas litorâneas e estuarinas” (Nunes, 2018, p. 21).

Pensar o território na perspectiva dos povos de comunidades tradicionais pesqueiros e de mariscagem é ter em mente que não há como setorizar e dissociar o território-água do território-terra, haja vista que “A pesca-artesanal, atividade extrativista, depende do acesso a terra e à água” (Nunes, 2018, p. 21).

Portanto, os corpos femininos – quando adquirem o sentido social do trabalho – entrelaçam-se de diversas formas ao território. A seguir iremos discutir de forma mais profunda tanto a cosmovisão dos povos de comunidades tradicionais pesqueiras, que intrinsecamente têm relacionado mulher e natureza através do trabalho de mariscagem, quanto à construção histórica da ideologia patriarcal, capitalista, ocidental e racista que emparelha ambos por meio de sua exploração e violação.

5.1 - A territorialidade das marisqueiras de Ilha Grande: Relação mulher e natureza, corpo e território

Existem várias formas de narrar às histórias que entrelaçam os corpos ribeirinhos às águas paradas e lamacentas presentes no ecossistema manguezal. Escolho iniciar esta seção com o encanto que encontro nos olhos das marisqueiras todas as vezes que estas falam sobre o mangue. “Ah... O rio aqui é uma riqueza. A maré né? Aqui é nossa riqueza, nosso rio. É mamãe maré!” (M., 78 anos, marisqueira aposentada, Ilha Grande, 2023).

Como uma mãe para as marisqueiras, o mangue cuida destas na medida em que é cuidado por elas, oferecendo o fruto de suas águas férteis: os peixes, mariscos e crustáceos responsáveis pela subsistência de inúmeras famílias que compõem as comunidades tradicionais pesqueiras e ribeirinhas em São Cristóvão.

Além do sustento, Ilha Grande representa para essas mulheres, um elemento imprescindível na construção de sua história, haja vista que este território nutriu de múltiplas formas suas existências desde muito antes de nascerem, através da vivência de seus ancestrais, que já moravam e trabalhavam ali.

Quando questionada sobre onde nasceu – mesmo com nossa expectativa em ouvir o nome do município de São Cristóvão, M. Responde-nos prontamente contrariando a obviedade e revelando o entrelaçar da natureza nativa de Ilha Grande com o início de sua vida:

Em casa. Ali, não tem aquela casa ali? Que tem um pé de Cajarana? Não tem a casa de farinha? Pra cá, *apontando para a esquerda* mais andando prá cá dentro do mato, era uma casona de palha. Eu nasci numa casa de palha. Assim, coberta de palha e tapada de barro. Nós nascemos ali. Diz que todo mundo nasceu ali. Pegava as palhas dos coqueiros, que aqui tem muito e cobria a casa de barro que vinha da beira do rio (M., 78 anos, marisqueira aposentada, 2023).

As moradoras da ilha também contam que boa parte das casas construídas em São Cristóvão contêm rochas provenientes do rio Vaza-Barris, demonstrando que desde muito antes, a população residente utilizava a natureza como um bem comum no sentido de prover sua sobrevivência de diversas maneiras: por meio da atividade da pesca, coleta de mariscos e crustáceos, na criação e venda de produtos provenientes de frutas e raízes cultivadas, na elaboração dos instrumentos de trabalho e das próprias moradias.

Esses elementos eram, muitas vezes, trocados no mercado localizado na sede do município ou entre a própria família por outros produtos da cesta básica que não eram cultivados e elaborados na própria ilha, como nos conta M.

Quem pesca, vende o peixe e às vez troca por outra coisa. V. chegou ali com 4 arraia nas costa. Ontem pegaram não sei quantas e tão com os balde cheio

de peixe. Tem arraia, tem rubal, xaréu, só de peixe, ainda tem os marisco. Aí vão vender pra sobreviver né? Aqui é todo mundo, quem não pega de uma coisa, pega de outra e troca entre a gente por outras coisas pra comer mesmo (M., 78 anos, marisqueira aposentada, 2023).

Ou seja, a existência das marisqueiras é efetivada na relação com a natureza – mediada pelo trabalho artesanal – desvelando a inerência, indissociabilidade e pertencimento de uma comunidade pesqueira com o rio e o mangue. Este, inclusive, é o sentido de natureza para o povo que vive em contato direto com esses bens, consequentemente, sendo também referenciado e construído o sentido de território tradicional para eles.

A natureza é aqui onde nós vive. Sabe por quê? Na natureza nós vive sossegado, sem atormentação [...] E a nossa natureza, a nossa mangueira, nosso rio, nossos marisco, nossos peixe, nossas coisas tudo natural, né? Acho que a melhor preservação que a gente tem é a natureza aqui da Ilha. Aqui no mangue é a mesma coisa, porque assim ói, eu botava aqui um feijão no fogo, às vezes não tinha nada, só uma redinha, uma tarrafinha que eu tinha pequeninha e a redinha de pegar camarão. Aí botava um facão, botei bicheiro, botei um baldezinho, levava os menino e dizia “bora pegar sururu que é mais fácil”. Catava siriri cama, no mangue, o siri fica na lama né? Aí vai... Ia com os menino pra maré, pegava um balde assim cheio de sururu, siriri, fazia um feijão de coco e pronto, comia todo mundo (M., 78 anos, marisqueira aposentada, 2023).

Além da busca pelo próprio sustento, no mangue também é desvelada a complexidade essencial à natureza dos territórios tradicionais pesqueiros, uma vez que esse ambiente representa para esses povos, a indissociabilidade e interdependência entre terra e água, bem como a demarcação da identidade, do trabalho e o modo de vida das mulheres que sobrevivem imersas ora no território-água, ora no território-terra-lama.

Segundo Cardoso (2001) a atividade pesqueira não dissocia estes dois elementos da natureza, sendo ambos indispensáveis à reprodução da condição do ser pescador, bem como necessários na produção espacial. Assim, a constante luta por terra e água se dá como forma de manter a existência destes sujeitos, tornando-se condição *sine qua non* de vida.

A natureza traduzida na vegetação do mangue, água salobra da maré, as rochas das margens do rio, a lama, as conchas, diversidade de peixes, crustáceos e mariscos, os caminhos percorridos até chegar ao manguezal são entendidos pelos sujeitos tradicionais da pesca como espaços de uso comum. Este, para as marisqueiras entrevistadas, é um espaço referencial tanto para o trabalho quanto para a existência e permanência da vida comunitária.

Permeada por aspectos subjetivos, místicos e religiosos, mas também pela materialidade expressa a partir das relações socioeconômicas, a maré se torna objeto definidor das práticas cotidianas das marisqueiras. Quando questionada como seria sua vida sem o rio, M. Responde com indignação – demonstrando que para ela é inconcebível pensar sua existência sem as águas salobras da maré –:

Aqui se não tivesse essa maré, minha e de todos né, o que há de ser da gente, né?! Porque tem lugar que tem rio doce, mas não é a pescaria, doce não é igual à maré. Porque assim, eu que moro aqui eu fazia queijada e bolachinha. Eu saía daqui com um balde de queijada e um balde de bolachinha pra Aracaju. Na segunda ia com um, em baixo do braço, um lado de um, um lado de outro, ia pra um bairro, aí na quarta-feira eu ia pra outro bairro, rodava aquela Aracaju toda pra vender as coisa, mas também ia pra maré. Porque se a gente quisesse ter alguma coisa a gente tem que trabalhar né? Pegar o peixe, o siri, os marisco. Aí me diga, e se não tivesse a maré? Eu saía pra vender com meus filho, mas também pra ir na maré atrás dos peixe, marisco, as coisa, porque as vez a pessoa passa uma dificuldade por falta de coragem de trabalhar (M., 78 anos, marisqueira aposentada, 2023).

Pensando a relação mítica segundo a mitologia iorubá, o mangue possui a conotação de espaço de grandeza demarcado por características concernentes ao feminino, sendo representado por divindades africanas como Nanã, Oxum – dos rios – e Iemanjá – quando o mar se encontra com o rio – relacionando-se a ideia matricial (terra) de “origem” e fecundidade (água) (Oliveira, 1993, p. 92).

Já para as marisqueiras e pescadores de Ilha Grande, fortemente influenciados a partir da chegada dos portugueses católicos ao Brasil, a abundância e fertilidade das águas do Vaza-Barris e rio Paramopama se dão pelas bençãos que o Senhor dos Navegantes concede, em forma de milagres, ao proteger o povo que depende da vida nas águas.

Segundo o canal G1 (2022), a festa do Bom Jesus dos Navegantes é construída no Brasil se baseando no contexto histórico do século XVIII, quando o mar era o caminho percorrido tanto para fins comerciais quanto para a realização do tráfico negreiro. Sendo este um percurso longo e cheio de adversidades – doenças eram contraídas devido às condições insalubres nos navios, bem como aconteciam os ataques de navios piratas – os comandantes começaram a pedir proteção divina em suas viagens, referenciando Bom Jesus dos Navegantes.

Esta tradição influenciou a população da comunidade de Ilha Grande, pois sempre que os homens e mulheres da pesca adentram no rio com sua canoas – seja a remo ou, mais recentemente, a motor – pedem a proteção de Bom Jesus dos Navegantes para que nenhum perigo nas águas seja maior que a divindade que os protege nesse território ao mesmo tempo tão conhecido pelos saberes ancestrais, mas também cheio de mistérios desconhecidos.



Figura 10: Festa do Bom Jesus dos Navegantes na Igreja de Santa Cruz, Ilha Grande/São Cristóvão. Fonte: Maria José.

M. nos contou que essa é uma tradição que se mantém, principalmente entre os moradores mais velhos de Ilha Grande, mas que vem se perdendo – inclusive, há alguns anos a tradicional festividade não vem sendo realizada – em razão de constantes mudanças de lideranças religiosas na Igreja de Santa Cruz.



Figura 11: Igreja de Santa Cruz, Ilha Grande/São Cristóvão. Fonte: Acervo próprio.

Chegando à ilha, em primeiro plano, presenciamos a obra arquitetônica da Igreja de Santa Cruz – construída em 1933 – demarcando e confirmando tanto o contexto histórico¹⁵ em que o município de São Cristóvão foi se desenvolvendo, quanto a forte influência do catolicismo – religião trazida pelos imigrantes portugueses – em toda a comunidade de Ilha Grande. Essa é uma realidade que se desvela tanto na narrativa dos nativos quanto nos elementos religiosos presente em seus domicílios.



Figura 12: Elementos religiosos do catolicismo, Ilha Grande/São Cristóvão. Fonte: acervo próprio.

Através da observação realizada em trabalho de campo, percebe-se que o corpo das marisqueiras – compreendido como social através do trabalho tradicional na pesca – está imbricado a uma concepção de natureza onde ser uma mulher das águas é ser um sujeito constituinte e constituído do berçário da vida, mesmo que comumente ao mangue – e consequentemente, aos seus corpos – são dadas outras conotações pejorativas.

Sacramento (2019) faz uma crítica e desvela a raiz discriminatória desse preconceito estabelecido – impossibilitando a dissociação de território e corpo, natureza e mulher – tanto em torno da natureza – degradada – quanto às comunidades que sofrem com esse cenário:

A lama muitas vezes gera asco e afasta as pessoas, pois é vista como um local contaminado e poluído. Comparo o asco que a lama provoca, e na qual as mulheres pescadoras estão imersas cotidianamente, ao asco à burguesia

¹⁵ Embora tenha sido construída no início do século XX, em meados de 1933, a história da Igreja de Santa Cruz remonta o período histórico da colonização, graças à influência deixada pelo catolicismo português à época e, sobretudo, à marcante presença dos jesuítas neste território durante o século XVI.

sobre o qual nos falou o poeta Cazuza. O asco das vísceras dos pescados é outro elemento que nos impõem processos de discriminação. Esse asco não é inerente a nós, mas é usado como justificativa para as manifestações de preconceitos que nos são impostos (Sacramento, 2019, p. 19).

O entrelaçar dos corpos ao território se explicita na escrita de Sacramento (2019) quando esta afirma que:

Pescadoras/es são povos que se movem pelos horários das marés, por determinação da lua e dos ventos, gente que conhece as espécies de pescados pelo movimento das águas. Qualquer intervenção realizada em uma comunidade pesqueira, para ser bem-sucedida, tem que se dar em profundo diálogo e imersão nas águas e na lama dessas especificidades, como se propõe alguém oriundo do local (Sacramento, 2019, p. 35).

Tanto M. quanto L. quando questionadas sobre como era à preparação para a ida à maré, relatam que esta começava no dia anterior, cozinhando a noite a comida que iam levar no dia seguinte para comer nos intervalos do trabalho da mariscagem. Essas pausas aconteciam de acordo com o tempo da maré, tendo em vista que havia espécies que só eram possíveis à cata quando a maré começava a baixar. Assim, seus corpos se orientam através do tempo da natureza, coordenando até a fome aos horários da maré.

Se passa um tantinho assim, a maré enche de novo e lá se vai o barco pelo rio, a gente perde os peixe e marisco no balde que vai carregar pela canoa e não volta pra casa. Já aconteceu uma vez quando a gente espiou a canoa já ia longe e aí tivemos que pegar no remo (M., 78 anos, marisqueira aposentada, 2023).

Portanto, é a partir do trabalho tradicional na pesca e mariscagem que essas mulheres se reconhecem “um corpo no mundo”¹⁶ que, como discutido na seção anterior, “Tem cor, tem corte” e carrega as marcas da “história do meu lugar”:

Meu pai é de Itaporanga, minha mãe é que é nascida daqui. Mãe dizia que a avó dela era filha daqui da Ilha já. Quer dizer, minha bisavó né? Ela disse que a família dela era daqui já. Agora de onde veio... Não sabe né? Eu sei que disse que elas eram tudo branca. Diz o povo que disse que acha que eles não eram brasileiro não, que diz que Sergipe não tinha branco né? Aí, mas daonde veio, depois... Dois mil ano e ninguém sabe né? Agora meu pai é de Itaporanga. A gente saiu moreno porque minha mãe era branca mas meu pai era moreno. Meu pai é da minha cor. A família paterna é tudo de lá de Itaporanga e a minha avó, a do meu pai, era ‘nêga de engenho’, era a minha bisavó, ela era nêga de engenho. Era daqui, lá dos Curiá, Itaporanga. Aí meu pai veio pra a Costa daí namorou com mãe, aí ela foi morar mais pai, casou com pai no civil. E... teve a gente (M. Marisqueira aposentada, 2023).

Ao retratar as origens de sua família, a fala de M. Remete-nos ao processo de miscigenação ocorrido no Brasil desde o período colonial, demonstrando que as raízes de sua existência se fincam junto à história de formação do território brasileiro. Mesmo que ela não

¹⁶ Referência à música que dá nome ao álbum “Um corpo no Mundo” de Luedji Luna lançado em 2017. Parte da letra fala: “Atravessei o mar, um sol; Da América do Sul me guia; Trago uma mala de mão; Dentro uma oração, um adeus; Eu sou um corpo, um ser, um corpo só; Tem cor, tem corte; E a história do meu lugar, ô; Eu sou a minha própria embarcação; Sou minha própria sorte”. Faz alusão aos lugares – no sentido de condição social – que as mulheres negras ocupam numa sociedade racista e com cabeças ainda fincadas nos longos anos de escravidão.

se identifique em sua narrativa como mulher negra – desvelando também o processo histórico de tentativa de apagamento da identidade negra pelos racismos – fica nítida, sob diversos aspectos observados, a herança dos povos vindos de África na alimentação, costumes e fenótipos da população – sua família – de Ilha Grande.



Figura 13: Fotografias de família que M. nos mostra com orgulho. Fonte: acervo próprio.

Para as marisqueiras o território é sinônimo de saúde, felicidade e realização, é a vida expressa no próprio funcionamento da natureza, com quem elas estabelecem uma relação também familiar e de pertencimento.

O rio é nosso pai. É tudo pra nós né?! É o rio que nos dá tudo, porque sem o rio nós... Se não tivesse mangue e essas coisas, não existia nada. O rio é quem dá os marisco, é quem dá os peixe, é quem dá tudo pra a gente. Pra mim o rio é grande coisa né. O mangue é meu irmão que foi quem me ajudou muito. Eu ia pra uma ostra, ia pra um sururu, saía daqui de manhã lá pro Itaipú quando eu voltava, voltava com o balde cheio. O mangue é muita coisa pra mim, me ajudou muito né? Se não tivesse o rio e tivesse o mangue, o que ia ter no mangue? Nada né? (A., 84 anos, marisqueira aposentada, 2023).

Outro aspecto que se evidencia nas palavras das marisqueiras entrevistadas é a especificidade do ecossistema manguezal, unindo características tanto dos ambientes costeiros quanto estuarinos – áreas de encontro do rio com o mar, desembocaduras – entrelaçando, inclusive, terra – lama – e água para que ocorra a disponibilidade da biodiversidade da qual elas necessitam para efetivar seu trabalho.

Outra característica marcante na história de vida das mulheres de Ilha Grande – sejam elas as mais velhas e aposentadas ou mais novas e ainda ativas no trabalho da maré – é que, embora elas afirmem que sobrevivem da pescaria e mariscagem, também desempenham outras atividades, como por exemplo, a produção de doces, queijadas, licores, beijos, comidas que enaltecem a cultura da comunidade pesqueira – a exemplo da moqueca de aratu na palha de bananeira, sendo estes dois elementos catados e cultivados na ilha – para turismo de base comunitária, bem como artesanato e costura caracterizando-as como pertencentes a uma economia familiar multiativa (Bartra, 2010).



Figura 14: Produção de queijadas, doces de manga, mamão e goiaba, elaboração de pé de moleque. Fonte: Acervo próprio.



Figura 15: Artesanato em fuxico, máquina de costura na casa de uma das marisqueiras e flores feitas de tecido. Fonte: acervo próprio.

Quando questionadas sobre qual o sentido de ser marisqueira, sobressalta ao debate as múltiplas jornadas de trabalho que essas mulheres enfrentam de maneira árdua, tendo em vista sua condição de trabalhadoras artesanais – sendo as principais responsáveis tanto pela cata quanto beneficiamento, limpeza e preparo dos peixes e mariscos obtidos na maré – e de trabalhadoras domésticas. Contudo, A. permanece cheia de orgulho de ser uma mulher “marisqueira e roceira”, como ela se caracteriza.

Quantas e quantas vezes eu me acordava duas horas, uma hora da manhã

para ir pra casa de farinha? Trabalhava de uma da manhã até três, quatro da tarde fazendo farinha pra ganhar dinheiro. Pra mim a marisqueira é uma mulher lutadora, enfrentadora né? Que gosta de enfrentar a vida porque eu fui uma dessas né? Que enfrentei a vida sendo marisqueira, pescando. A gente saía daqui sete horas da noite e chegava duas da manhã numa redinha, quando chegava catava os camarão, tirava as bagaçada, lavava o camarão, botava pra torrar até sete hora da manhã. Uma vez fui pro lado de lá, peguei dois balde de camarão, aí quando eu cheguei tive que tratar esse e o balde que pesquei também, cheio de peixe. Aí era tratando e cochilando *fala rindo*. Aí quando terminei de limpar, temperei a moqueca, fui tomar banho, tomei café, aí sim que eu fui dormir. Fui me deitar já era já umas nove e tanta do dia, antes de meio dia eu me acordei (A., 84 anos, marisqueira aposentada, 2023).



Figura 16: Após a pesca, marisqueira limpa, trata, tempera e assa peixes provenientes do rio Vaza-Barris. Fonte: acervo próprio.

O valor da natureza pra essas mulheres, mesmo sentindo em seus corpos o cansaço do trabalho árduo na maré, está no uso comunal e familiar que adquire cada elemento disponibilizado pela natureza. Ao falar sobre os peixes e mariscos que atravessam suas redes e mãos – muitas vezes até machucando a pele por serem pontiagudos –, as marisqueiras entrevistadas fazem emergir em suas falas a noção de território para a comunidade tradicional de Ilha Grande, mesmo que elas afirmem não saber definir tal categoria.

O território é uma coisa que a gente meche com ele né (se referindo a terra e a água) ***grifo nosso***. É uma coisa que dá as coisas pra a gente sobreviver. Verdura, fruta, a terra para mim é isso né? Peixe, aratu, camarão, a água para mim é isso né? Já essa coisa de território eu só sei que acontece porque a gente trabalha na maré e aí consegue ser quem a gente é. Mas não sei não o que é território (A., 84 anos, marisqueira aposentada, 2023, grifo nosso).

Simultâneo, a lógica do capital também enxerga valor nos territórios banhados por

águas e lamas férteis, mas não se pode afirmar que esta concepção consegue compreender o que os povos de comunidades tradicionais, com sua própria existência, provam acerca do valor que a natureza tem para eles.

É preciso então, diferenciar as formas adversas de valorar a natureza por meio dos conceitos de valor de uso e do valor de troca. Para isso nos remetemos à teoria do valor em Marx. Esta explica que a valorização das coisas – e assim também para com os bens naturais – é dada a partir da organização social e do trabalho no que consta a produção de mercadorias.

Dessa maneira, a natureza segundo a lógica destrutiva do capital adquire um sentido antagônico à lógica dos povos e comunidades tradicionais da pesca artesanal: torna-se um recurso a ser apropriado. Para que se efetive sua mercadorização e, conseqüentemente, apropriação, a natureza precisa distinguir-se e dissociar-se do humano.

Assim, o binômio homem-natureza responde à conveniente e utilitária ideia – alienada – de externalidade que a natureza precisa adquirir dos sujeitos, haja vista que:

As sociedades, ao reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem relações vitais com a natureza, as quais, em meio ao desenvolvimento histórico desvendam a objetividade e a materialidadedessas relações em suas múltiplas manifestações. É através do trabalho e do tempo histórico que as sociedades ao produzirem e reproduzirem sua condição material de existência fazem como unidade com dois elementos: valor de uso e valor de troca. (Fontenele, 2013, p.36).

Antagônica à ideia de natureza enquanto externalidade está à lógica comunal expressa na condição de existência dos PCTs. Estes, ao estabeleceram uma:

[...] relação direta com a natureza, sem a finalidade imediata do valor de troca, caminham no sentido contrário ao da natureza como externalidade. Vemos, assim, o sentido da apropriação apontado por Marx, pois no caso das comunidades pesqueiras, a apropriação da água não é mediada pela propriedade privada, ela é antes coletiva, e nos moldes da atividade artesanal coordenada pela produtividade da própria natureza, o modo de vida que se estabelece não é controlado pelo tempo do capital (Nunes, 2018, p. 205).

As mulheres marisqueiras ao compreenderem que a condição de sua existência é demarcada pelo ritmo das marés entrelaçam seus corpos, por meio de seu trabalho, à natureza. Essa indissociabilidade demonstra que a forma de apropriar-se da natureza por meio da pesca e mariscagem articula o conhecimento ancestral e empírico das frações do território, da biodiversidade deste com as técnicas artesanais empregadas na captura das espécies.

Logicamente se a existência dessas mulheres depende da condição ambiental do mangue e entorno, para sobreviver da pesca, elas sabem que é necessário manter o funcionamento natural das terras e águas. Diegues (1983) categoriza a captura de acordo com a finalidade e estoque, ou seja, se a/o pescadora/or atende e se insere numa economia natural, a captura serve apenas para subsistência familiar. Já para alguns grupos de pescadoras/es,

mesmo que empregando técnicas simples, o designio está no comércio a fim de angariar lucro.

É desta forma que se diferenciam os sujeitos tradicionais dos atores do capital. Os primeiros muito além de dependerem da natureza, veem nela a possibilidade de existência e, portanto, o hiperativo de cuidá-la e os segundos ao ver se esgotar os recursos pesqueiros pela atividade degradante que mantêm com a natureza, não veem sentido em permanecer naquele território – buscando o próximo recurso a ser conquistado e saqueado – mantendo apenas uma relação utilitarista com a natureza.

A compreensão de que a natureza é um bem finito evoca das comunidades tradicionais pesqueiras o respeito necessário aos limites do mangue e das águas que, de modo gentil, concede a eles os frutos de sua existência. Logo, a atividade da pesca artesanal se opõe à produtividade capitalista ao entender-se condicionada aos ciclos da natureza. Mas, contraditoriamente é subornada a ele.

Porém, é preciso afirmar que mesmo sendo respeitosa a relação das marisqueiras com a natureza, elas experienciam – de maneira violenta – a mediação de relações antagônicas ao seu modo de vida. Este, sendo constantemente ameaçado, uma vez que as formas predatórias de apropriação – em nome do avanço da produção estérea capitalista – dos territórios põe em risco a sobrevivência destas mulheres por meio de seu trabalho.

Portanto, elas enxergam a luta política – organizada ou não – como necessidade, pois somente assim haverá ainda alguma garantia de permanência do seu modo de vida nos territórios. Novamente, reitera-se: Sem mangue não há marisqueira. Sem natureza não há corpos que sobrevivam do trabalho nesta.

En este argumento el cuerpo visto como territorio es en sí mismo un espacio, un territorio-lugar, que ocupa, además, un espacio en el mundo y puede vivenciar todas las emociones, sensaciones y reacciones físicas, para encontrar en él, un lugar de “resistencia” y resignificación (Hernández, 2016, p.8).

Como as linhas que vão costurando as redes de pesca, as marisqueiras entrelaçam suas vidas na lama – que para elas é sinônimo de riqueza –. Sentem, deste modo, no corpo os impactos e violências causadas pela territorialização de megaprojetos e atividades de desenvolvimento capitalista: Sentem as pernas cansadas pelas distâncias cada vez maiores que têm que percorrer para desviar das cercas no mangue.

Sentem na pele infecções e abscessos pela contaminação de lesões cutâneas. Sentem no estômago o peso do mercúrio, arsênio, chumbo, cobre, ferro, cádmio, metais e hidrocarbonetos de efeito carcinogênico que contaminam os peixes e mariscos que alimentam suas comunidades. Sentem também a infecção das águas por resíduos e esgotos sanitários

domésticos e industriais em suas veias. Sentem em seus corpos o adoecimento psicoemocional ao presenciar a destruição de seus territórios. Nada do que acontece à natureza deixa de afetar o corpo de uma mulher marisqueira.

Desse modo, as concepções antagônicas entre as comunidades tradicionais pesqueiras e a lógica do capital em torno do uso e ocupação dos territórios, se expressa numa disputa histórica acerca do acesso à biodiversidade presente nestes. Não se pode olvidar que estamos tratando de uma sociedade racista, patriarcal onde a diversidade é desvalorizada em detrimento das monoculturas, assim sendo, os conflitos por terra e água também carregam a marca da desigualdade e injustiça social em seu cerne.

Relacionar a condição de subjugo das mulheres com a degradação ambiental em torno da privatização, exploração e contaminação da natureza traz à tona a categorização hierárquica entre os binômios – baseados na concepção essencialista – mulher-natureza, homem-cultura.

Os homens – bem como a lógica masculina de reger os processos – estão representados nas grandes corporações e, ainda hoje, nos aparelhos do Estado. Logo, levando em consideração a organização social em torno dos polos dominação- exploração, afirmamos que o domínio patriarcal dos homens sobre as mulheres se entrelaça com a lógica de produção capitalista que inferioriza a natureza em detrimento ao enaltecimento da mercadorização da vida.

A partir da biologização do corpo, e existência da mulher, em consonância com a função social designada a elas no âmbito privado e doméstico, há o ideal cultural de que estas seriam mais próximas à natureza (Di Ciommo, 2003). Todavia, esse pensamento oculta questões históricas em torno do gênero, responsáveis por demonstrar que a interação das mulheres com o território, também é intermediado por classe, geração, raça e etnia.

Por conseguinte, não se pode anular que tanto os territórios quanto os sujeitos estão inseridos numa sociedade que é distinguida por estruturas de poder específicas e bem demarcadas: o patriarcado, o capitalismo e o racismo. Assim, na próxima seção, baseados em Saffioti (1987; 2013; 2015), discutiremos como essas estruturas atuam no entrelaçar do chamado “nó estrutural”, iluminando a compreensão acerca da violência contra as mulheres marisqueiras decorrente dos conflitos por terra e água.

6 - Modo de Produção Capitalista e Patriarcado: Simbiose Classe, Gênero, Raça

A violência contra as mulheres não é algo novo, tampouco inalienável ao ser humano. Compreende-se como uma problemática social que passa a ser naturalizada a partir do surgimento da propriedade privada e o confinamento da mulher, à qual, vista como frágil e incapaz, é negado o direito da individualidade, necessitando sempre da tutela de um homem para conseguir realização pessoal, profissional e social.

Para Campos (2011), “esse é um fator que adquiriu *status* de “natural”, por isso se manteve mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, que revolucionou tão profundamente a estrutura e a superestrutura das formações sociais anteriores” (Campos, 2011, p.29). A condição de marginalização da mulher foi construída historicamente através de mitos, ideologia e nas relações de poder.

Dessa forma, através do arcabouço teórico, estas ferramentas analíticas nos concernem verificar que a opressão das mulheres não se configura, desde o início das sociedades ocidentais especificamente, como uma lei natural e muito menos ocorre de forma a-histórica, sendo fundamentalmente assentada na criação da divisão social de classes.

Entre todos os eixos da dominação, o sistema patriarcal que naturaliza a dominação do conjunto – heterogêneo – das mulheres é historicamente o mais antigo, geograficamente mais abarcante e ideologicamente mais ocultador e menos reconhecido. O patriarcado está presente e sustenta-se a partir do conjunto de instituições políticas, sociais, econômicas, ideológicas e afetivas que produzem e reproduzem práticas cotidianas coletivas e individuais nos espaços públicos e privados.

A divisão sexual do trabalho, a feminização da pobreza, a violência contra as mulheres, a mercantilização do corpo feminino, o tráfico de mulheres, a prostituição, a maternidade compulsória, solitária e desprotegida, a dependência corporal e econômica, a submissão afetiva, a segregação ocupacional e política são alguns dos males que derivam do sistema patriarcal (Carosio, 2015).

Para Saffioti (2015, p.79) “é óbvio que a sociedade considera natural que homens maltratem suas mulheres, assim como pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, desse modo, a pedagogia da violência”. Nesses ditames sociais capitalistas epatriarcais, se evidencia que a problemática da violência contra as mulheres está intrinsecamente ligada à relação de poder, portanto, concordamos com Presser (2014) ao afirmar que:

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio (Presser, 2014, s/n.).

Esse corrobora com o pensamento de Saffioti (2001) quando a mesma elucida sobre a execução de um projeto social de dominação-exploração por meio da violência:

Contudo, ainda que não haja nenhuma tentativa de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência (Saffioti, 2001, p.115).

Para essa discussão há alguns conceitos que nos serve de arcabouço teórico, entre eles, o conceito de violência, que segundo Ramos Filho; Romero; Porto- Gonçalves (2017) se traduz enquanto:

[...] o emprego de uma força contra trabalhadores, comunidades ou populações e seus aliados que contrariando suas opções, busca tão somente atingir determinados objetivos do opressor. Essa força assume diferentes expedientes, adota uma miríade de instrumentos e alcança escalas diferentes. Pode traduzir-se na eliminação física dos sujeitos ou causar constrangimentos e profundos efeitos psicológicos e ideológicos, individuais ou coletivos (Ramos Filho; Romero; Porto-Gonçalves, 2017, p. 221).

Dessa forma, esta definição concerne pistas teóricas que iluminam a hipótese central deste estudo: de que os empreendimentos de desenvolvimento capitalista ao adentrarem e instalarem-se nos territórios de comunidades tradicionais, também realizam a masculinização destes, uma vez que carregam em si características e ações misóginas¹⁷ de exploração, violência e degradação tanto contra os sujeitos femininos que sobrevivem em simbiose com o mangue – respeitando seu tempo cíclico –, quanto com a própria natureza constantemente envenenada pelos desígnios destrutivos da produção do capital.

Por masculinização dos territórios compreendemos que os processos em torno do controle territorial por meio da territorialização e monopolização dos territórios tradicionais pelas empresas transnacionais ocorrem mediante as práticas de violência e repressão política.

Essa disputa se dá, muitas vezes, através do uso ideológico das subjetividades individuais e coletivas dos sujeitos que compõem as comunidades pesqueiras, lida enquanto uma política das emoções (Machado, 2014). Logo, como as mulheres são entendidas socialmente enquanto seres vulneráveis tornam-se o público alvo de programas de Responsabilidade Social Corporativa.

Portanto, são ofertados projetos que reforçam os estereótipos de gênero advindos da ideologia patriarcal que hierarquiza as mulheres enquanto passivas logo, facilmente dominável – e, conseqüentemente, pouco combativas –. Esse ideal é embasado por normativas sociais como a maternidade compulsória e a divisão sexual do trabalho.

Dessa forma, no seio da sociedade patriarcal, homens e mulheres experienciam

¹⁷ Conceito que está relacionado à problemática social da violência contra as mulheres e significa aversão ou ódio ao feminino. Este se traduz em comportamentos machistas visando manter hierarquias que se materializam nas desigualdades entre homens e mulheres expressas nas sociedades ocidentais de origem patriarcal.

condições distintas – através dos papéis sociais que atribuem atividades e características generificadas a ambos – e desiguais, uma vez que a separação entre trabalho de homem/trabalho de mulher, esfera pública/esfera privada da vida estabelece a hierarquização enaltecendo os primeiros – considerados enquanto funções geradoras de valor – sobre os segundos – responsáveis apenas pela reprodução familiar –.

Assim, a partir do reforço às desigualdades históricas, corroboramos com Azevedo (1985) de que a violência contra as mulheres se desenvolve com base nos “fatores condicionantes” associados às contradições da sociedade patriarcal capitalista, na qual a instituição da propriedade privada por meio do acúmulo de excedentes da produção produz relações desiguais entre exploradores e explorados.

Essa condição corrobora com a naturalização e invisibilidade de situações de violência que as mulheres experienciam de maneira específica em seus corpos, haja vista que essa é uma condição que resulta da simbiose entre estruturas sociais como o patriarcado, o capitalismo e o racismo.

Através desse “nó” (Saffioti, 1985), os homens, por meio do direito universal concedido historicamente sobre os corpos femininos, subjugam, exploram e violentam o conjunto de mulheres. Esse adquire contornos distintos na medida em que as contradições não atuam de forma livre e isolada, mas se entrelaçam apresentando então uma dinâmica própria do nó (Saffioti, 2015).

Entende-se que ao analisar as relações sociais de sexo é necessário também levar em consideração a história das relações de produção como direcionadora de três conceitos intrínsecos e primordiais ao entendimento das raízes do fenômeno da violência contra a mulher, pautados no sistema simbiótico vigente que estrutura a sociedade: O Patriarcado-Capitalismo-Racismo. Segundo Saffioti (1976):

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada (Saffioti, 1976, p. 30).

Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels (1979) caracteriza os sistemas de parentesco e formas de matrimônio que levaram à formação da família, no intuito de entender como esta começou a existir para manter a posse de bens e propriedade privada por meio da herança.

Sendo a família uma instituição imprescindível para o entendimento dos arranjos nas relações sociais entre os sexos, é retratado na obra o processo evolutivo dos modelos

familiares em consonância ao tipo de economia vigente em cada contexto histórico, separando-as respectivamente em: Família Consanguínea, Família Panaluana, Família Sindiásmica e Família Monogâmica.¹⁸

No que corresponde à condição feminina, quanto mais às relações iam perdendo seu caráter primitivo, mais oprimidas eram as mulheres. Portanto, o maior desenvolvimento das condições econômicas no marco de uma sociedade capitalista tornou o casamento monogâmico à única perspectiva de vida restante para as mesmas, pois dessa maneira a partir do controle da sexualidade e fecundidade é criada a figura do “verdadeiro pai”, o que, nada coincidentemente, representa o proprietário da força de trabalho, dos escravos e dos meios de produção.

A figura do “verdadeiro pai” se institui a partir da coibição de relações poligâmicas para as mulheres, uma vez que por meio da invenção social da monogamia, a linhagem familiar passa a ser levada em consideração a partir do homem e não da mulher. A intenção dessa nova configuração ancora-se na necessidade de obter certeza da paternidade dos filhos através do controle da sexualidade feminina, uma vez que esses irão atuar como mantenedores da propriedade privada do pai por meio da herança, tornando-se os futuros “*Pater Familias*”.

A constituição da família monogâmica de acordo com Engels (1979):

De modo algum foi fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos, antes como agora, permaneceram casamentos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele (Engels, 1979, p. 70).

Consequentemente, as mulheres desempenhavam papel periférico e subalterno na construção da sociedade patriarcal capitalista, porém, essas eram extremamente relevantes no processo de acumulação primitiva e dessa forma responsáveis por contribuir na:

[...] subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas

¹⁸ De acordo com Engels (1979, s/n.), no modelo de Família Consanguínea “[...] Irmãos e irmãs, primos e primas, em primeiro, segundo e restantes graus, são todos, entre si, irmãos e irmãs, e por isso mesmo maridos e mulheres uns dos outros. O vínculo de irmão e irmão pressupõe, por si, nesse período, a relação carnal mútua”. Família Panaluana deriva dos traços de consanguinidade, mas distingue-se desse aspecto uma vez que é excluída a possibilidade de irmãos manterem relações sexuais recíprocas.

Na Família Sindiásmica a linhagem dos filhos continua sendo contada a partir da mãe, assim como na família Panaluana. É um tipo de família matriarcal, segundo a qual o vínculo conjugal pode se desfazer facilmente, seja por meio de infidelidade ou divórcio.

Talvez o tipo de família mais conhecida hoje em dia, a Família Monogâmica, se baseia na supremacia do homem, sendo este o contador da linhagem a partir de então. Sua obrigação é procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível, dessa forma, transferindo os bens através da herança, mantendo assim, a propriedade privada e os bens no seio familiar.

trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental (Saffioti, 1976, p. 32).

Assim, a família monogâmica se configura como a primeira instância da opressão feminina – sobretudo para mulheres brancas –, tendo em vista que a própria palavra abriga significado denotativo de posse cuja origem está no latim *famulus*, “designando o conjunto de escravos domésticos, considerando-se como parte desse grupo a mulher, filhos e agregados” (Leal, 2004, p. 167).

Portanto, o consequente enclausuramento da mulher na esfera privada, historicamente ocorre proporcionalmente ao alto índice de homens tomando espaços de poder, no que consta a criação dos governos e cargos políticos ocupados pelos mesmos, corroborando com a redução e até mesmo a anulação do papel da mulher nessa esfera, tornando o trabalho doméstico, extremamente necessário ao processo de acumulação capitalista, informal e não valorizado socialmente.

Diversos são os motivos impostos cultural, histórica, econômica e socialmente à condição da mulher referente à esfera dos cuidados, compreendendo a descontinuidade do trabalho feminino a partir da maternidade, como justificativa para a preferência do “trabalho masculino para os postos de responsabilidade de que depende o progresso do próprio empreendimento econômico” (Saffioti, 1976, p.51).

Pesquisas realizadas evidenciam que a mulher tem mais necessidade que o homem de se ausentar do trabalho por motivo de doenças leves. Para agravar este problema, quando o homem adoece, a mulher também não comparece ao local de trabalho, pois se espera que permaneça no lar cuidando do marido, o mesmo ocorrendo quando adoecem os filhos. Tudo isto eleva o absenteísmo feminino a taxas realmente muito superiores ao masculino (Saffioti, 1976, p.51).

Em vista disso, ambas as posições sociais ocupadas entre os sexos, possuem inter-relação e são condições base para que o espaço do trabalho possua determinada divisão sexual bem delimitada, uma vez que o trabalho feminino como responsável pela reprodução familiar oportuniza a maior inserção do homem em outras atividades, portanto:

[...] a sociedade necessita do trabalho das mulheres cujos rendimentos são imprescindíveis para sua sobrevivência. Trata-se, aqui, de uma questão de sobrevivência da própria sociedade [...] porque as mulheres constituem metade da humanidade, sendo, pois, mesmo que se atente apenas para a sua condição de reprodutoras, imprescindíveis à conservação da sociedade (Saffioti, 1976, p.38).

Assim, ao utilizarmos o nó de estruturas sociais que trata Heleieth Saffioti em suas obras, pretendemos demonstrar como a condição das mulheres marisqueiras na Ilha Grande, por mais desigual que seja em relação ao grupo masculino, não possui caráter homogêneo.

Nem todas as mulheres foram impelidas a enclausurarem-se nos lares cuidando de suas famílias, algumas delas, inclusive, nunca tiveram a oportunidade de cuidar e serem cuidadas por seus filhos e entes queridos.

As mulheres negras, por exemplo, experienciam na pele de forma muito mais contundente a simbiose entre o patriarcado e o racismo, enquanto simultaneamente se convertem na mão de obra mais barateada – às vezes até mesmo não paga por meio do sistema de escravidão moderna – e explorada no modo de produção capitalista.

Enquanto as mulheres brancas historicamente foram contempladas pelo estereótipo conhecido universalmente como “feminino”: dóceis e frágeis, o ideal racista de que as mulheres negras “tudo suportam, são fortes”¹⁹ perpassa as condições do trabalho de mariscagem, haja vista sua natureza, muitas vezes precária e perigosa.

Destarte, as mulheres negras carregam em suas costas o fardo da históriacolonial que vivenciou o Brasil. Duplamente exploradas por seu gênero e raça, triplicam essa equação quando também são as mais atingidas pela desigualdade socioeconômica –considerando a sua condição, quase como um destino cruel e inevitável, de miséria e pobreza por sua classe social.

Essa problemática de cunho econômico não se encerra somente nessa esfera, uma vez que a faixa de rendimento domiciliar per capita se constitui um fator preponderante na situação de maior vulnerabilidade das mulheres negras a sofrerem violência – sobretudo em forma de agressões física e até mesmo o Feminicídio de seus companheiros nas comunidades.

Destarte, o tripé do Patriarcado-Capitalismo-Racismo (Saffioti, 1987) sustenta a contradição que preside cada uma dessas estruturas, que unidas, apresentam uma dinâmica própria, permeando também os conflitos que atingem os corposterritórios das mulheres marisqueiras de maneira específica.

Assim, materializa-se através das situações de violência que decorrem dos conflitos territoriais, a condição patriarcal de controle que subordina as mulheres – enquanto meras reprodutoras, corpos objetificados e força de trabalho triplamente explorada – e os territórios à lógica expansiva e destrutiva dos empreendimentos capitalistas de desenvolvimento.

O fato de as mulheres serem consideradas ao longo da história da humanidade “seres de segunda categoria” (Beauvoir, 1967), seja no mundo do trabalho ou na domesticidade do lar, configura o espaço social (Lefebvre, 2008) como desigual, excludente e violento, tendo

¹⁹ Discurso proferido por Sojourner Truth como uma intervenção na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião de clérigos onde se discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis, intelectualmente débeis, porque Jesus foi um homem e não uma mulher e porque, por fim, a primeira mulher fora uma pecadora. Ver discurso inteiro em: <https://www.geledes.org.br/nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>.

em vista que as relações materializadas no mesmo possuem uma marca histórica da exploração-dominância do conjunto de mulheres.

Os processos citados acima são aprofundados a partir desta nova estrutura de trabalho que está amparada na figura patriarcal do homem provedor e da mulher dependente de seu salário (Vázquez, 2017; Colectivo Miradas Criticas del Territorio desde el Feminismo, 2014).

Federici (2010) traz em suas obras o conceito de “patriarcalização do salário” que elucida quando o trabalho feminino é incorporado, intencionalmente, de forma subordinada e precária ou quando as mulheres são excluídas da esfera pública da vida. Toda esta problemática está embasada na divisão sexual e racial do trabalho alicerçado nos estereótipos patriarcais de gênero.

Assim, as relações de (re)produção social alimentam a masculinização do espaço. Por espaço social entende-se que esse é produto das relações humanas e:

[...] resulta do trabalho e da divisão do trabalho; a esse título, ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, “funcional” [...] O espaço é o objetivo, ou melhor, a objetivação do social e, conseqüentemente, do mental (Lefebvre, 2008, p. 44).

Assim, sendo o espaço social produto das relações baseadas na divisão do trabalho, enfatizamos seu papel na reprodução da sociedade, focalizando também a dimensão sexual dessa divisão do trabalho. O modo de produção capitalista, como exposto por Engels (1979), pressupõe a propriedade privada, subjugando as mulheres dentre os sujeitos de classes, conseqüentemente, tornando seu trabalho condicionado ao ambiente privado.

O desenvolvimento da nova divisão sexual do trabalho a partir do patriarcado e baseada na exclusão das mulheres do assalariamento – estendendo assim o fator da subordinação também à esfera econômica – e a maternidade como função biológica essencial na produção de novos trabalhadores foram algumas características advindas do momento histórico de desenvolvimento do capitalismo, perdurando ou ganhando novas feições no cotidiano social até os dias de hoje.

Nessa perspectiva, o patriarcado também permeia diretamente a produção do espaço geográfico por meio das relações sociais sexistas e racistas, conseqüentemente também sendo materializado no espaço a legitimidade e universalidade do direito masculino, heterossexual e branco, convertendo-os em juizes e proprietários das esposas e filhas, concedendo até mesmo o direito de decisão sobre a vida e morte das mesmas.

O fortalecimento da estrutura societária de classes retoma a necessidade do olhar sobre os espaços desiguais gestados pelo desenvolvimento do capitalismo, tendo em vista que o mesmo “eleva ao máximo a contradição presente em todas as formações econômico-sociais

anteriores, assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano” (Saffioti, 1976, p. 25).

Assim, o espaço tem em sua materialidade e significações, através das relações sociais entre homens e mulheres, marcas de opressão, submissão, exploração e violência contra as mulheres, uma vez que “o espaço nunca é neutro e ‘puro’” (Lefebvre, 2008, p. 40).

Além dos sujeitos distintos que o produzem, o espaço possui intencionalidades que concernem a estratégias políticas, sendo um “modo [...] individual ou coletivo, isto é, de um poder [...] de uma classe dominante [...] ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quando ter seus próprios objetivos[.]” (Lefebvre, 2008, p.44-45).

Dessa forma, podemos designar que por meio da supremacia masculina estabelecida ao longo da história, o espaço se designa masculino, pois são as aspirações, leis e direitos desse grupo que ditam os contornos morais, jurídicos e sociais das relações e representações espaciais em sua totalidade, subjugando as mulheres a lugares marginais dentro desse contexto explícito.

Aglutinados em habitações subnormais e vulnerabilizados pela exploração do seu trabalho precarizado e alienado, muitos dos funcionários homens das empresas recorrem ao turismo e exploração sexual como forma de amortecer a pressão sofrida cotidianamente. Não é justificando ações machistas individuais, mas compreendendo que a problemática é constituída, ao mesmo tempo em que constituinte, das estruturas Patriarcais-Capitalistas-Racistas essas explanam os gargalos sociais de violência contra meninas e mulheres nos territórios.

É preciso reiterar novamente que, não há justificativas ou causalidades nesta análise, mas que a partir das noções patriarcais enraizadas na sociedade ocidental, historicamente as mulheres foram categorizadas enquanto objetos passíveis de desumanização, valoração de maneira a mercantilizar e explorar seus corpos e serem violentadas pelos homens.

Um bom exemplo é o aumento de casos em que jovens grávidas têm filhos sem paternidade reconhecida ou de construção de casas de exploração sexual infanto-juvenil nas comunidades que passam por duplicação de estradas de ferro, construção de rodovias, barragens e territorialização de filiais de empresas transnacionais nos territórios.

As mulheres tornam-se funcionais, através da objetificação e violação de seus corpos, às empresas e ao próprio Estado, no sentido de atenuar – ilusória e violentamente – a precariedade da vida de pessoas vulnerabilizados econômica e socialmente no contexto de avanço do capital nos territórios.

Outra maneira de masculinização do espaço ocorre por meio do disciplinamento da

população. Esta podendo ocorrer por meio de segurança privada das próprias empresas quanto de expressões militarizadas do Estado. Seabra (2018) exemplifica esta situação a seguir:

No Rio de Janeiro, observamos o atrelamento entre grandes empreendimentos econômicos, particularmente no complexo Industrial e Portuário da Baía de Sepetiba, na ZO, e forças paralelas que constroem militantes envolto/as nos processos de enfrentamento. Elas impõem sobre esses territórios uma ordem conservadora e heteronormativa impactando a possibilidade de exercício da sexualidade, das identidades de gênero e da liberdade de expressão, principalmente entre jovens. Nessa região periférica estão presentes também os piores índices de violência sexual contra mulheres, adultas, jovens e crianças do município (Seabra, 2018, p.12-13).

Por fim, abordar as relações entre os sexos, classes e raças fornecem subsídios analíticos à Geografia, tendo em vista que a mesma se preocupa com a produção do espaço geográfico, servindo então como elementos de diferenciação social, pois a construção social do espaço, assim como da classe operária, se dá a partir de dois sexos (Souza-Lobo, 1991).

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a incursão à temática, seja por meio da teoria lida e refletida ou através da observação empírica no trabalho de campo, ficou nítido que a relação entre os povos de comunidades tradicionais da pesca e mariscagem com a natureza se diferencia dos demais sujeitos que compõem a categoria política do campesinato, sendo imprescindível que as discussões que abrangem a questão agrária brasileira, leve em consideração a singularidade destes.

Contudo, não é pelo motivo desses sujeitos possuírem uma relação específica com a natureza – baseada no tempo e ritmo das marés –, que eles se livram do avanço da lógica do capital, bem como da territorialização de seus atores. Justamente por estabelecerem seus saberes e práticas em espaços onde há abundância de biodiversidade, que são intensamente afetados pelo avanço das atividades de desenvolvimento capitalista em seus territórios de vida.

Apesar de Ilha Grande – São Cristóvão/SE – ser considerada tanto pelos turistas quanto governantes, e até mesmo comunitários, um “paraíso na terra”, o fato de este território estar rodeado por recursos naturais que interessam ao desenvolvimento do capital, sob a forma de atividades como a carcinicultura, construções de hotéis e turismo pradatório, traz riscos à manutenção do modo de vida artesanal às margens do Vaza-Barris.

Um dos maiores conflitos notados está na construção de tanques de carcinicultura em áreas adjacentes à ilha. Segundo os moradores mais antigos que ainda residem neste território, essa não é uma realidade recente e remonta a longos anos na história da cidade de São Cristóvão, crescendo atualmente de maneira exponencial.

Percebe-se também, de acordo com as marisqueiras entrevistadas, que o desenvolvimento desta atividade predatória – e com fins à exportação de espécies exóticas, como por exemplo, o camarão – trouxe algumas marcas de degradação aos seus territórios, afetando, inclusive, o trabalho da coleta de mariscos como o sururu.

O crescimento desta atividade predatória confirma, inclusive, que o fato de nos últimos anos o governo federal incentivar, por meio da liberação de investimentos através de bancos públicos à maricultura, psicultura e carcinicultura de maneira indiscriminada e sem delimitação clara de parâmetros de seleção, tem permitido que os empreendimentos fossem implantados desequilibrando as condições naturais dos ambientes estuarinos.

Assim, a comunidade de Ilha Grande, margeada²⁰ por tanques de carcinicultura, sofre os impactos desta atividade a partir da diminuição – e até extinção – de mariscos e espécies de peixes que antes eram encontrados em abundância nas pescarias comunitárias. Essa realidade acontece devido à utilização de várias substâncias químicas, a exemplo do metabissulfito, que impulsionadas pela dinâmica natural das marés são despejadas nas águas onde as marisqueiras e pescadores artesanais trabalham diariamente.

O fato de que há muitos tanques construídos em outras localidades que também são banhadas pelas águas do rio Vaza-Barris e seus afluentes, faz com que toda matéria orgânica – a respeito do acúmulo da ração destinada aos camarões, gerando fitoplâncton – e inorgânica com a elevação da maré, seja carregada para a Ilha Grande, impactando-a.

Outro conflito que se expressa é o avanço das redes de hotelaria com vistas ao turismo a exemplo da construção do VIDAM Clube Náutico & Praias que se designa enquanto um grupo que “[...] surge como uma holding²¹ propondo soluções para a comunidade” e que pauta-se em três eixos: “Educação, Agronegócios e Turismo” (VIDAM, 2023).

Disfarçado sobre o discurso de ecoturismo, amparado pela falácia insustentável do “Capitalismo verde” o VIDAM se propõe a unir princípios da ecologia aos da economia de mercado. O hotel está localizado na margem esquerda do rio Vaza-Barris, bem próximo a Ilha Grande, como se vê a seguir:

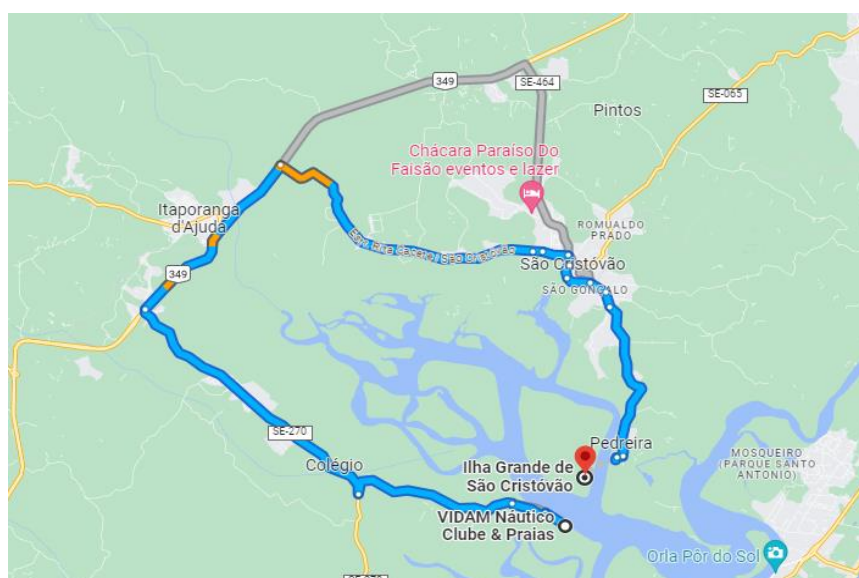


Figura 17: Distância entre o empreendimento VIDAM Náutico Clube & Praias e Ilha Grande/São Cristóvão. Fonte: Google Maps.

²⁰ Expressão utilizada como metáfora para designar a construção de tanques de carcinicultura nas áreas adjacentes à Ilha Grande, uma vez que esta se dá de forma literal às margens das águas que banham a ilha – rio Vaza-Barris e seu afluente, rio Paramopama –.

²¹ As empresas no formato *holding* têm como principal objetivo a administração, via controle, de uma ou mais empresas. Além de poder gerir mais de uma companhia, a sociedade *holding* pode gerir empresas de diferentes áreas.

O hotel não foi construído no município de São Cristóvão, estando situado no município de Itaporanga D'ajuda, contudo, se instalou às margens do rio Vaza-Barris que banha a comunidade estudada. Logo, conclui-se que devido ao ambiente em que este foi edificado – uma área de pontal –, avançando, apenas com seu píer, 89,94 metros dentro do rio, o empreendimento afeta tanto o ecossistema manguezal quanto as comunidades que têm seu modo de vida intrínseco ao pleno funcionamento deste.



Figura 18: Píer construído no VIDAM Náutico Clube & Praias. Fonte: Google Maps.

A partir da fala das entrevistadas, percebe-se que a presença do empreendimento turístico do VIDAM afetou a condição natural do mangue, maré e rio dificultando a manutenção do trabalho de base artesanal desempenhado pelos sujeitos comunitários, haja vista que a própria degradação via desmatamento, assoreamento e poluição desse ambiente, resulta na diminuição da disponibilidade de peixes e mariscos, bem como bloqueia o acesso às áreas de uso comum, agora, privatizadas.

A presença dos empreendimentos turísticos altera a dinâmica natural dos ecossistemas, bem como os padrões socioculturais – entendidos aqui como modos de vida tradicionais do trabalho artesanal na pesca e mariscagem – das populações que vivem nas áreas impactadas e que abrange o conflito entre sujeitos e atores do capital.

Outro processo decorrente deste conflito é a proletarianização dos sujeitos tradicionais. Muitas marisqueiras – principalmente as mais jovens – a partir deste cenário onde há maior dificuldade em obter as espécies coletados por elas, afastam-se da maré e buscam no trabalho assalariado como cozinheiras, serventes e camareiras do hotel uma melhoria de vida.

O resultado disto é uma mudança tanto nos padrões culturais alimentares, tendo em vista que passam a consumir cada vez mais produtos industrializados e menos os frutos da maré e da agricultura familiar, gerando assim, maior insegurança alimentar, bem como aprofundamento do empobrecimento concomitante ao aumento das jornadas de trabalho as quais estão submetidas – pois muitas não largam totalmente o trabalho na maré, acumulando junto a este, o trabalho assalariado e o trabalho doméstico as quais são responsabilizadas histórica e socialmente.

Por fim, os conflitos por terra e água através do avanço dos atores do capital – neste caso a aquicultura, carcinicultura e empreendimentos de turismo predatório – no território tradicional pesqueiro de Ilha Grande atesta que as estruturas Patriarcais-Capitalistas-Racistas (Saffioti, 1987) se materializam tanto por meio da condição identitária de marisqueiras que têm seu modo de vida expropriado quanto na condição socioeconômica e histórica de ser mulher, vivenciando o aprofundamento da degradação de seus territórios e a intensificação das múltiplas violências desferidas, especificamente por razão de seu gênero, em seus corpos.

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGARWAL, Bina. **‘Bargaining’ and gender relations: within and beyond the household.** Feminist Economics, 1997.

ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera. **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental.** SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas. A violência denunciada.** São Paulo: Cortez, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo, Vol.1: Fatos e Mitos.** Difusão Europeia do Livro, 1967.

BONJARDIM, Solimar G. Messias; MUNDIM VARGAS, Maria Augusta. “O visível E O invisível: A Paisagem arqueológica Da Morte Em São Cristóvão E Laranjeiras – SE. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 2. Goiânia, 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Lex: **coletânea de legislação: edição federal**, 2007.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A Face Feminina da Pobreza Em Meio À Riqueza do Agronegócio.** São Paulo: Outras Expressões, 2011.

CARDOSO, E. S. Pescadores artesanais: Natureza, Território, Movimento Social. 2001. 143 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia física/USP, São Paulo, 2001.

CAROSIO, Alba et al. **Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en américa latina.** Buenos Aires: Clacso, 2015.

CATELLA, A.C.; MORAES, A.S.; MARQUES, D.K.S.; NASCIMENTO, F.L.; LARA, J.A.F. de; OLIVEIRA, M.D. de; BORGHESI, R. **Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal.** Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2012.

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. **La vida em el centro y el crudo bajo tierra: El Yasuní em clave feminista.** Ecuador, Quito, 2014.

COLTRO, Fábio ; BORINELLI, BENILSON . Antropoceno e Capitaloceno: novas perspectivas, velhos combates. Estado e sustentabilidade : múltiplas e contestadas faces. 1ed. Palhoça: Ed. UNISUL, 2020, v. 1, p. 157-176.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **Revista Esforia:** Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas/UFSC, 2004, v. 2, ano 2, p. 79 – 91.

DE PAULA, C. Q. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira.** 451 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018A.

DE PAULA, C. Q. **Conflitos por território na pesca artesanal brasileira.** Revista NERA, (51), 180-204, 2020.

DI CIOMMO, Regina Célia. **Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade.** Revista Estudos Feministas. Vol 11, n. 2. Florianópolis, 2003.

DIEGUES, A.C.S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar.** São Paulo. Ed. Ática. 30p, 1983.

DIEGUES, A. C.; Arruda, R. S. V.; Silva, V. C. F.; Figols, F. A. V.; Andrade, D.(Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

DURAND, J. R.; LEMOALLE, J.; WEBER, J. (Ed.). *La Recherche Face à la Pêche Artisanale*. **Symposium International Orstom-Ifremer**, Montpellier. Paris: Orstom., 2: 1070 p, 1991.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FAO. Expert consultation on small-scale fisheries development. **FAO Fisheries Report**, Rome. 169p, 1975.

FEDERICI, Silvia. **Calibán y la Bruja**. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

FIGUEIREDO, Marina Morenna A.; PROST, Catherine. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 1, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro, José Olympio, 7ed., 1985.

FRITSCH, J. In SEAP-PR-Memória do I Encontro Nacional das trabalhadoras da Pesca e Aqüicultura: **Rumo à superação das desigualdades sociais**. Brasil, 2004.

FONTENELE, Ana. C.F. **Natureza, Políticas Públicas e (RE) Ordenamento do Espaço**: Interfaces das Políticas Ambientais em Sergipe. 2013. 358.f. Tese (Tese em Geografia) - UFS. São Cristóvão, 2013.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&pm, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos**. Solar, Lima, v. 12, n. 1, p. 35-46, dez. 2016.

IBAMA. **Estatística da Pesca 2007 - Grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

IORIS, A. Desenvolvimento nacional e a gestão de recursos hídricos no Brasil. **Revista Científica de Ciências Sociais**, 85, p.23-41, jun.2009.

LAWSON, R. 1977. New direction in developing small-scale fisheries. **Marine Policy**, 1(1): 45-51.

LEAL, R. B. L. **A discussão contemporânea do saber-fazer do professor**. Universidade de Fortaleza. Programa de Capacitação e Atualização Pedagógica Permanente para Docentes da UNIFOR. Curso: A didática do ensino superior. Mimeo, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFF, Enrique. **Ecologia y capital: hacia una perspectiva ambiental del desarrollo**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. Tradução Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fontes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

LUKÁCS, G. **Reboquismo e Dialética: Uma resposta aos críticos de História e Consciência de classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MACHADO, Araújo Horacio. **Territorios y cuerpos em disputas: Extractivismo minero y ecología política de las emociones**. en: INTERSTÍCIOS. Revista Sociológica de Pensamiento Crítico, vol.8 (1), 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro 1. v.1**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas** Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. 1845-1846. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MARTÍ, José. Crônicas del 19 de agosto de 1889. **Obras Completas**. La Habana: Editorial Nacional de Cuba, 1973.

MASSENA DE MELO, M.F.; MATOS, M.M.V.L. **Gênero na Pesca e Economia Familiar. Seminário Internacional Fazendo Gênero: Gênero e Preconceitos**, Florianópolis-SC: UFSC, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MUÑOZ, Enara Echart; VILLARREAL, Maria del Carmen. Women's Struggles Against Extractivism in Latin America and the Caribbean. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 303-325, ago. 2019.

NUNES, Shauane Itainhara Freire. **A mediação natureza/sociedade e as lógicas espaciais e territoriais da luta pela água sob a dimensão dos pressupostos teóricos lukacsianos da ontologia do trabalho**. 2018. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira transformações recentes. Apud. ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Neusa Maria; **Rainha das águas e dona do mangue**: um estudo do trabalho feminino no ambiente marinho. Rev Brasil Estudos Pop, Campinas, 10 (1/2) 1993.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PLATTEAU, J.P. 1989. The dynamics of fisheries development in developing countries: a general overview. **Development and Change**, 20(4): 565-597.

PRESSER, Tiago. **A violência doméstica**. 2014. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8560/A-violencia-domestica>>. Acesso em: 08 de nov. de 2021.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; GONCALVES, Carlos Walter Porto; ROMERO, Lucy Mirtha Ketterer. Violência e Criminalização no Campo na América Latina. **CONFLITOS NO CAMPO BRASIL**, v. 1, p. 1-25, 2018.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza (org.). **Questão Agrária e Conflitos Territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

ROMERO, Lucy Mirtha Ketterer; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; PÉREZ, Mercedes Solá; VASCONCELOS, Michele de Freitas Farias de. Aproximaciones a las condiciones de vida de las mujeres marisqueiras de Sergipe, Brasil, y de las mujeres mapuches de La Araucanía, Chile: violencias en cuerpos y territorios. In: MUÑOZ, Cecilia Mayorga; TREGGIARI, Ferdinando (ed.). **Biodiversidad y Conocimientos Tradicionales**. Chile: Ediciones Universidad de La Frontera, 2018. p. 71-96.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. **Da diáspora negra ao território das águas**: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola conceição de salinas - ba. 2019. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sustentabilidade Junto A Povos e Terras, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p.1-22, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Laiany Rose Souza. A espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe: feminismo e resistência. 2019. 223 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

SILVA, J. M. Gênero e espaço: esse é um tema geográfico? In: Azevedo, D. & Moraes, M. (org.). **Ensino de Geografia: novos temas para a Geografia escolar**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, Luiz Geraldo. **Os pescadores na história do Brasil**. Recife: Vozes, 1988.

SILVA, O. P. e. **A Nova Face do Direito do Trabalho**: tecnologia, desemprego, trabalho autônomo e trabalho informal. 2011.

SILVA, Rafael Henrique Teixeira da. **Patrimônio e poética em São Cristóvão (SE)**:: entre a razão e a imaginação. 2018. 202 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Unesp, São Paulo, 2018.

SIMAS FILHO, Américo Furtado (coord.). **Plano Urbanístico de São Cristóvão**. Vol.I e II. Salvador: Governos do Estado de Sergipe e da Bahia, 1980.

SMITH, I.R. A Research framework for traditional fisheries. **ICLARM Studies and Reviews** No. 2. International Center for Living Aquatic Resources Management, Manila. 45p, 1979.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária Tem Dois Sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SVAMPA, Maristella. «**Consenso de los Commodities**» y lenguajes de valoración en **América Latina**. Nueva Sociedad, Buenos Aires, v. 244, p. 30-46, abr. 2013.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O Agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.

TORRES, Ronilse Pereira de Aquino. **O sentido de ser pescador::** signos e marcas no povoado pedreiras - são cristóvão/se. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1987.

VARNHAGEN, Francisco. **História Geral do Brasil:** antes de sua separação e independência de Portugal. São Paulo: Melhoramentos, v.1, 1927, p.236.

VASCONCELOS, L. C. De; Aranha, M. L. M.; Lima, S. V. N.; Trabalho, meio ambiente e saúde em comunidades de marisqueiras de Sergipe. In: **Colóquio Internacional “Educação E Contemporaneidade”**, 6., 2012, São Cristóvão. Anais... São Cristóvão: pp. 1-14.

VÁZQUEZ, Eva. Repatriarcalización de los territorios por actividades extractivas.: salud colectiva, feminismo y ecología política. In: **II JORNADAS DE INVESTIGACIONES FEMINISTAS Y DE GÉNERO SOBRE LA ACCIÓN POLÍTICA**, 2017, Ecuador: Flacso, 2017. p. 1-4.

XX ENCONTRO DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 2018, Salvador. **Construindo leituras feministas sobre territórios atingidos por megaprojetos de desenvolvimento**. Salvador: Redor, 2018.

9 - ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



PESQUISA: “Da Lama ao Caos, do Caos a Lama, uma ‘mulher’ ‘violentada’ nunca se engana: Os Territórios Pesqueiros São Cristóvenses em Conflito

PESQUISADORA: Carla Apenburg Trindade

Entrevista semiestruturado: Levantamento de dados sobre o sujeito marisqueiras, sua vivência em comunidade, trabalho na pesca e mariscagem e possíveis conflitos com outros sujeitos e agentes do capital

1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA

- a) Ofícios que desempenha: _____
- b) Idade: _____
- c) Escolaridade: _____
- d) Local onde reside: () na comunidade () no município de _____
- e) Atualmente trabalha na pesca e mariscagem ou não? _____
- f) Se já se afastou, por qual motivo? _____

2- SOBRE AS ORIGENS DOS SUJEITOS E COMUNIDADE:

- a) Qual o significado do nome da ilha?
- b) De acordo com a história que você conhece, como se originou a comunidade de Ilha Grande?
- c) Mora em Ilha Grande desde quando?
- d) De onde é sua família?
- e) Onde a senhora nasceu?

3 – SOBRE ESTRUTURA FAMILIAR DO SUJEITO:

- a) Quantos membros possui sua família?
- b) Quantas pessoas moram em sua residência?
- c) Possui filhos/as? Quantos?
- d) Qual seu estado civil?
- e) Onde mora sua família?

4 – SOBRE ACESSO A SERVIÇOS NA COMUNIDADE:

- a) A comunidade possui energia elétrica? Se sim, desde quando?
- b) A comunidade possui água encanada? Se sim, desde quando?
- c) A comunidade possui saneamento básico? Se sim, desde quando?
- d) A comunidade possui escolas? Se sim, quantas? E desde quando?
- e) A comunidade possui postos de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS)? Se sim, quantos? E desde quando?

5 – SOBRE A RELAÇÃO SUJEITO E NATUREZA (TERRITÓRIO):

- a) O que é natureza para você?
- b) Qual o papel do rio na sua vida?
- c) O que é o mangue para você?
- d) Você já pensou sua vida sem o rio/sem o mangue?
- e) O que é ser uma mulher pescadora/marisqueira?
- f) O que é ser uma mulher de Ilha Grande?
- g) O que é território para você?
- h) Qual é o território das mulheres marisqueiras de Ilha Grande? – delimitação.
- i) Como era a relação com a natureza no passado?
- j) Como vocês utilizam o rio hoje?

6 – SOBRE O TRABALHO NA PESCA E MARISCAGEM:

- a) Há quanto tempo trabalha como pescadora e marisqueira?
- b) Com quem aprendeu a técnica da pesca e mariscagem que desempenha hoje?
- c) Como vocês se preparam para o dia de trabalho no mangue?
- d) Quem trabalha na mariscagem aqui em Ilha Grande? *Somente mulheres trabalham como marisqueiras aqui na comunidade de Ilha Grande?*
- e) Quando saem para trabalhar o que seus filhos fazem?
- f) Na sua família só você trabalha com pesca e mariscagem?
- g) Como é sua rotina de trabalho na pesca (mariscagem)?
- h) E o trabalho doméstico? Como é realizado?
- i) A pescaria aqui dá boa? Sempre foi assim? O que mudou?
- j) Quais são os tipos de peixe e mariscos que vocês mais têm aqui? Sempre foi assim? Algo mudou?

- k) Qual produto dá mais dinheiro para vocês?
- l) Qual produto vocês usam para subsistência da família?
- m) A maior parte da pesca e mariscos é para vender ou para consumir?
- n) Quais as atividades que vocês fazem aqui em Ilha Grande?
- o) De qual trabalho vocês se sustentam hoje? Sempre foi assim? Algo mudou?
- p) Em sua opinião, a atividade que a senhora desempenha na pesca e mariscagem é suficiente para manter sua família?

7 – SOBRE CONFLITOS ENVOLVENDO SUJEITOS COMUNITÁRIOS E AGENTES DO CAPITAL

- a) Como é a relação de vocês com outros pescadores/as e marisqueiras de comunidades e áreas próximas?
- b) Muitas pessoas moram na Ilha? Existem pessoas de fora chegando aqui?
- c) Essas pessoas procuram a Ilha para o quê?
- d) Como elas fazem se quiserem morar aqui?
- e) Com o passar dos anos a população tem aumentado ou diminuído em Ilha Grande?
- f) Há presença de turistas com frequência na ilha? Como você enxerga essa situação?
- g) Alguma empresa já trouxe problemas para vocês em Ilha Grande?
- h) Vocês já notaram presença de cercas em áreas de uso comum? Se sim, como você avalia essa situação para a comunidade?
- i) Há presença da atividade da carcinicultura em Ilha Grande e nos arredores das áreas de pesca e mariscagem?
- j) Você trabalha, já trabalhou ou conhece alguém que trabalha na atividade de carcinicultura?
- k) Como vocês percebem a atividade da carcinicultura aqui e nos arredores do mangue?
- l) Já apareceu alguém desconhecido na comunidade falando sobre ser dono de alguma terra em Ilha Grande?
- m) Já apareceu alguém reivindicando a posse de porções de terra/água (natureza) em terrenos particulares?
- n) Já foi falado algo sobre construção de unidades de conservação na comunidade? Se sim, como você enxerga essa ação?

- o) Quais são os empreendimentos/atividades que afetam o trabalho/a vida na comunidade?
- p) Vocês conhecem a Unidade da Petrobrás (Estação de Ilha Pequena) que existe aqui próxima?
- q) O que vocês acham da construção de Unidades como essa próxima a Ilha Grande?
- r) Essa Unidade trouxe alguma restrição de uso do rio/mangue para vocês?
- s) Vocês conhecem o “VIDAM Náutico Clube & Praias”?
- t) O que vocês acham desses hotéis que se instalam no mangue/rios da região?
- u) Desde a construção desse hotel algo mudou para vocês?

8 – SOBRE A SAÚDE DAS MULHERES MARISQUEIRAS

- a) A senhora possui algum problema de saúde?
- b) Algum desses problemas de saúde adquiriu e/ou piorou através do trabalho na pesca e mariscagem?
- c) Há doenças que atingem especificamente as mulheres marisqueiras? Quais as mais comuns?
- d) A senhora acredita que o nível de degradação e contaminação do rio/mangue possui relação com as doenças que atingem as marisqueiras?